



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH
Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia – PPGB
Mestrado Profissional em Biblioteconomia – MPB

Bruna Carla Muniz Cajé

Impresso ou digital ?

Mapeamento e reflexões sobre as políticas de depósito legal de teses e dissertações das áreas de letras e linguística no Brasil

Rio de Janeiro
2014

Bruna Carla Muniz Cajé

Impresso ou digital ?

Mapeamento e reflexões sobre as políticas de depósito legal de teses e dissertações das áreas de letras e linguística no Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia (PPGB) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Biblioteconomia.

Orientadora: Profa. Dra. Simone da Rocha Weitzel

Linha de pesquisa: Biblioteconomia, Cultura e Sociedade.

Rio de Janeiro
2014

C139i Cajé, Bruna Carla Muniz.
Impresso ou digital? Mapeamento e reflexões sobre as políticas de depósito legal das teses e dissertações das áreas de letras e linguística no Brasil / Bruna Carla Muniz Cajé. – 2014.
106 f.; 30 cm.

Orientadora: Simone da Rocha Weitzel.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Biblioteconomia, Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia, Rio de Janeiro, 2014.
Bibliografia: f.84-89.

1. Teses e Dissertações. 2. Bibliotecas Universitárias. 3. Depósito Legal 4. Controle Bibliográfico 5. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações 6. Repositórios Institucionais I. Título.

CDD 025.381

Bruna Carla Muniz Cajé

Impresso ou digital?

Mapeamento e reflexões sobre as políticas de depósito legal de teses e dissertações nas áreas de letras e linguística no Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia (PPGB) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Biblioteconomia.

Aprovada em ___/___/2014.

Banca examinadora

Profª. Dra. Simone da Rocha Weitzel (Orientadora) - UNIRIO

Profª. Dra. Eloisa da Conceição Príncipe de Oliveira - IBICT

Profª. Dra. Cícera Henrique da Silva - FIOCRUZ

Profª. Dra. Nanci Oddone - UNIRIO

Profª. Dra. Sandra Rebel Gomes- UFF

Rio de Janeiro
2014

Dedico esse trabalho à minha mãe que esteve ao meu lado em todos os momentos e me mostrou que eu era capaz de ir muito mais longe, ao meu pai que me incentivou continuamente e à minha irmã que esteve presente em todas as minhas conquistas apoiando-me, sem eles nada teria sido possível.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais pela força, apoio e colaboração no esforço de ver concluída mais esta etapa da minha vida.

À minha irmã, também mestranda, por estar ao meu lado com paciência para me ouvir e me encorajar nos momentos de desespero.

Ao meu marido, Miguel Amorim Neto, com quem compartilhei todos os desânimos e angústias da elaboração de uma dissertação, por sua amizade, paciência, cumplicidade, colaboração e esforços para a elaboração desta dissertação.

À minha família, que se fez presente nos necessários momentos de descontração, pelo apoio, afeto e credibilidade contínuos.

À minha orientadora, Simone da Rocha Weitzel, pela dedicação, incentivo e paciência de acompanhar cada passo deste trabalho.

Aos colegas que me acompanharam ao longo desta jornada, sempre me apoiando, em especial: Edson Serejo, Catarina Felix e Ana Maia.

Aos meus amigos, por me incentivarem e acreditarem na realização deste trabalho e por, simplesmente, serem meus amigos: Anna Karla Silva, Alessandra Hermógenes, Danielli Ramos, Phablo Carvalho e Raquel Melo.

À minha chefe e amiga, Cila Borges, pela colaboração, paciência e esforços que foram fundamentais para que essa pesquisa fosse concluída.

Às minhas amigas e colegas de trabalho, que me incentivaram e me deram forças todas as vezes que desanimei ao longo desses dois anos: Maria Inês Oliveto, Maria Aparecida Motta e Rosângela Coutinho.

À todos que acreditaram e contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

Todos estes que aí estão
Atravancando o meu caminho,
Eles passarão.
Eu passarinho!
(Mário Quintana)

RESUMO

Trata do estudo de caso único da área “Letras/Linguística”. O objetivo geral da pesquisa é analisar as práticas de depósito legal nos acervos de teses e dissertações nas universidades brasileiras, a fim de identificar o controle bibliográfico nas coleções de teses e dissertações, considerando tanto acervo físico quanto impresso. Apresenta o histórico da institucionalização da universidade no Brasil e a criação dos cursos de pós-graduação, para contextualizar o ambiente em que a produção acadêmica ocorre. Aborda as iniciativas de controle bibliográfico da produção acadêmica, desenvolvidas a partir da institucionalização dos cursos de pós-graduação, destacando a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Aborda a trajetória dos repositórios digitais e do movimento de acesso aberto, que garantiu o acesso livre ao conteúdo dos conhecimentos produzidos e depositados nos repositórios, focando os repositórios digitais de teses e dissertações. Expõe os conceitos de depósito legal, bem como, o histórico da lei de depósito legal brasileira, as recomendações da UNESCO para elaboração da legislação e o depósito legal de teses e dissertações. Para atender aos objetivos de pesquisa, foi realizada pesquisa documental, e foram utilizados questionários como técnica de análise qualitativa.

Palavras-chaves: Teses e Dissertações. Bibliotecas Universitárias. Depósito Legal. Controle Bibliográfico. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Repositórios Institucionais.

ABSTRACT

This is a single case study of Letters/Linguistic area. The objective of the research is to analyze the practices of legal deposit in the collections of thesis and dissertation in Brazilian universities, to identify the bibliographic control in thesis and dissertations, considering both the printed and digital collections. Presents the history of the institutionalization of the university in Brazil and the creation of post-graduation courses, to contextualize the academic environment in which production takes place. Approaches the initiatives of bibliographic control of academic production, developed from the institutionalization of post-graduation, highlighting the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations. Shows the trajectory of digital repositories and open access movement, which guaranteed free access to the content of knowledge produced and deposited in repositories, focusing on digital repositories of theses and dissertations. Exposes the concepts of legal deposit, the history of Brazilian law of legal deposit, the UNESCO recommendations for drafting legislation and the legal deposit of theses and dissertations. To meet the research objectives, documentary research was conducted, and questionnaires were used as technique of qualitative analysis.

Key-words: Thesis and Dissertations. Universities Libraries. Legal Deposit. Bibliographic Control. Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations. Institutional Repositories.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Aumento da produção de teses e dissertações nos últimos quatro anos	28
Gráfico 2	Recebimento de cópia impressa das teses e dissertações pelos programas	60
Gráfico 3	Suporte das teses e dissertações pelos programas	60
Gráfico 4	Armazenamento das mídias digitais das teses e dissertações pelos programas	63
Gráfico 5	Preservação da coleção de teses e dissertações pelos programas	63
Gráfico 6	Política de Preservação da coleção de teses e dissertações pelos programas	64
Gráfico 7	Descarte das teses e dissertações pelos programas	64
Gráfico 8	Divulgação das teses e dissertações pelos programas	65
Gráfico 9	Depósito na BDTD local ou no RI pelos programas	65
Gráfico 10	Norma institucional que regulamente entrega obrigatória de cópia impressa	66
Gráfico 11	Norma institucional que regulamente entrega obrigatória de mídia digital	66
Gráfico 12	Recebimento de cópia impressa das teses e dissertações pelas bibliotecas	68
Gráfico 13	Recebimento de mídia digital das teses e dissertações pelas bibliotecas	68
Gráfico 14	Suporte das teses e dissertações recebidas pelas bibliotecas	70
Gráfico 15	Armazenamento de cópia impressa das teses e dissertações pelas bibliotecas	70
Gráfico 16	Armazenamento das mídias digitais das teses e dissertações pelas bibliotecas	70
Gráfico 17	Preservação da coleção de teses e dissertações pelas bibliotecas	71
Gráfico 18	Política de Preservação da coleção de teses e dissertações pelas bibliotecas	71
Gráfico 19	Descarte das teses e dissertações pelas bibliotecas	72
Gráfico 20	Divulgação das teses e dissertações pelas bibliotecas	72

Gráfico 21	Depósito na BDTD local ou no RI pelas bibliotecas	73
Gráfico 22	Depósito legal das teses e dissertações	74
Gráfico 23	Suporte mais frequente das teses e dissertações	75
Gráfico 24	Armazenamento das teses e dissertações	76
Gráfico 25	Preservação das teses e dissertações	76
Gráfico 26	Descarte das teses e dissertações	77
Gráfico 27	Divulgação das teses e dissertações	77
Gráfico 28	Responsável pela divulgação das teses e dissertações	79

LISTA DE QUADROS E IMAGENS

Quadro 1	Principais pontos e objetivos dos PNPGs	23
Quadro 2	Porcentagem de aumento da produção de teses e dissertações	28
Quadro 3	Mestrados/doutorados reconhecidos	29
Quadro 4	Relação de cursos recomendados e reconhecidos	29
Quadro 5	Ranking de países em número de repositórios	39
Quadro 6	Posição dos repositórios brasileiros nos Rankings América Latina e Mundial	40
Quadro 7	Recomendações da UNESCO e lei de depósito legal brasileira	47
Quadro 8	Área: Letras/Linguística	50
Quadro 9	Área: Linguística	52
Quadro 10	Legislação sobre teses e dissertações	56
Imagem 1	Fluxo operacional das teses e dissertações pelos programas – Resposta 1	61
Imagem 2	Fluxo operacional das teses e dissertações pelos programas – Resposta 2	61
Imagem 3	Fluxo operacional das teses e dissertações pelos programas – Resposta 3	62
Imagem 4	Fluxo operacional das teses e dissertações pelos programas – Resposta 4	62
Quadro 11	Normas citadas pelas bibliotecas que regulamentam a entrega obrigatória de teses e dissertações	67
Imagem 5	Fluxo operacional das teses e dissertações pelas bibliotecas – Resposta 1	69
Imagem 6	Fluxo operacional das teses e dissertações pelas bibliotecas – Resposta 2	70
Quadro 12	Divulgação de teses e dissertações com conteúdo sigiloso pelas bibliotecas	73
Imagem 7	Fluxo operacional das teses e dissertações	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDB	Biblioteca Digital Brasileira
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BINAGRI	Biblioteca Nacional de Agricultura
BIREME	Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CENATE	Centro Nacional de Teses
CFE	Conselho Federal de Educação
CIMEC	Centro de Informática do Ministério da Educação e Cultura
CNEN	Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMUT	Comutação Bibliográfica
CTC	Comitê Técnico-Consultivo
ETD-MS	Electronic Theses and Dissertations Metadata Schema
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IMPA	Instituto de Matemática Pura e Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LUME	Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
MEC	Ministério de Educação
MTD-BR	Padrão Brasileiro de Metadados de Teses e Dissertações
OA	Open Access
OAI	Open Access Initiative
OAI-PMH	Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting
PBDCT	Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PICD	Programa Institucional de Capacitação Docente
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento

PNPG	Planos Nacionais de Pós-Graduação
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RI	Repositório Institucional
ROAR	Registry of Open Access Repositories
TEDE	Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UCB	Universidade Castelo Branco
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UMI	University Microfilms International
UnB	Universidade Federal de Brasília
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	UNIVERSIDADE E PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL	17
3	COLEÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES	24
3.1	<u>BREVE HISTÓRICO SOBRE AS TESES E DISSERTAÇÕES</u>	24
3.2	<u>CONTEXTO BRASILEIRO</u>	27
3.3	<u>INICIATIVAS DE ORGANIZAÇÃO E DISSEMINAÇÃO</u>	30
3.3.1	A BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES	33
3.3.1.1	Breve histórico sobre a BDTD	34
3.3.1.2	O modelo utilizado na BDTD	36
3.3.2	REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS DE TESES E DISSERTAÇÕES	36
4	DEPÓSITO LEGAL	41
4.1	<u>RECOMENDAÇÕES DA UNESCO PARA LEI DE DEPÓSITO LEGAL</u>	42
4.2	<u>DEPÓSITO LEGAL NO BRASIL</u>	44
4.3	<u>DEPÓSITO LEGAL DE TESES E DISSERTAÇÕES</u>	46
5	ESTUDO DE CASO DA ÀREA LETRAS E LINGUÍSTICA	49
5.1	<u>PESQUISA DOCUMENTAL</u>	53
5.2	<u>QUESTIONÁRIO</u>	56
5.2.1	DIMENSÃO E VARIÁVEIS UTILIZADAS PARA ELABORAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS	58
5.2.2	ANÁLISE DOS DADOS DOS QUESTIONÁRIOS ENVIADOS AOS PROGRAMAS	59
5.2.3	ANÁLISE DOS DADOS DOS QUESTIONÁRIOS ENVIADOS ÀS BIBLIOTECAS	66
5.2.4	COMPARAÇÃO DOS DADOS DOS QUESTIONÁRIOS	74
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
	REFERÊNCIAS	83
	ANEXOS	89
	APÊNDICES	93

1 INTRODUÇÃO

A proposta para criação dos primeiros cursos de pós-graduação no Brasil, seguindo o modelo dos cursos de pós-graduação europeu, surgiu em 1931 com o Estatuto das Universidades Brasileiras, instituído pelo Decreto nº 19.815/31. Entretanto, a pós-graduação só começou a ser implementada em 1951 com a criação da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)¹, pelo Decreto nº 29.741/51. A institucionalização da pós-graduação ocorreu em 1965, em virtude do Parecer nº 977/65, que a definiu e caracterizou. Na década de 1970, iniciou-se a elaboração dos Planos Nacionais de Pós-graduação, que passaram a estabelecer metas e ações para o desenvolvimento dos programas de pós-graduação, bem como, iniciaram a realização de diagnósticos dos mesmos.

Apesar das primeiras iniciativas para implementação da pós-graduação no Brasil terem ocorrido na década de 1950, até 1965, quando a pós-graduação foi instituída, praticamente não existia preocupação com o controle bibliográfico das teses e dissertações, dificultando o acesso às mesmas. Após a regulamentação dos cursos de pós-graduação, em meados da década de 1960, começaram a surgir, de forma restrita, iniciativas para o controle bibliográfico das teses e dissertações, a partir de tentativas isoladas de catálogos e bibliografias que as relacionavam (CAMPELLO; CALDEIRA, 1977).

Como alternativa para garantir o controle bibliográfico das teses e dissertações, no início da década de 1970, a Biblioteca Nacional passou a ser responsável pelo seu depósito legal. A medida deixou de ser empregada em meados da década de 1990, quando foi deliberado, durante o VIII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), que as instituições de ensino superior passariam a ser responsáveis pela guarda da produção de teses e dissertações. Em 2004, com promulgação da lei nº 10.994, a nova lei do Depósito Legal, essa decisão foi confirmada, posto que a lei determina que somente materiais impressos para distribuição ou venda são captados pelo depósito legal.

Como produto dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, mestrado e doutorado, são originadas as teses e dissertações. As teses e dissertações enquanto registros de experimentos científicos são um testemunho escrito, produto de um indivíduo, criados com um objetivo específico, ou seja, para referendar e conseqüentemente garantir a entrada de um indivíduo como membro em uma determinada “comunidade científica” após a aprovação por seus pares e visam capacitar professores para o ensino superior, além de formar pesquisadores e/ou

¹ Atualmente, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

profissionais de alta qualidade em vários níveis. Portanto, são documentos que fundamentam o fato histórico – científico, e por não contarem com um sistema de publicação comercial são consideradas como um tipo de literatura cinzenta ou não convencional (CAMPELLO, 2000; ALMEIDA, 2000).

O conhecimento produzido como resultado final das pesquisas desenvolvidas retrata como os futuros pesquisadores estão sendo formados e conduzidos na elaboração de seus trabalhos, base pela qual será construída a sua trajetória profissional, espelhando a responsabilidade com a formação do futuro docente/ou pesquisador.

Embora as primeiras iniciativas para controle e divulgação das teses e dissertações, ainda que limitadas, tenham surgido no final da década de 1960, faltava, contudo, uma lei que regulamentasse tal processo. Quanto a isto, destaca-se a Portaria da CAPES nº 13, de 15 de fevereiro de 2006, que institui a obrigatoriedade de divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de pós-graduação nacionais, como um dos requisitos para sua avaliação.

A divulgação das teses e dissertações é absolutamente indispensável, pois através delas, é possível acompanhar o desenvolvimento acadêmico dos programas de pós-graduação, bem como verificar os rumos da ciência, tecnologia e inovação. Portanto, constitui o núcleo de produção científica que alimenta o sistema educacional e de pesquisa, fornecendo indicadores para gestão das políticas, avaliação dos programas, melhor investimento das agências de fomento, estudos de comunicação científica, entre outros.

No entanto, a Portaria não aborda a salvaguarda e preservação das teses e dissertações, ainda que determine que uma cópia impressa seja entregue, juntamente com um arquivo digital das teses e dissertações, não esclarecendo o destino das mesmas. Quanto a isto, destaca-se a Tabela de Temporalidade de Documentos de Arquivo Relativo às Atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, aprovada pela Portaria nº 092/2011, de 23 de setembro de 2011, que determina que as teses e dissertações são documentos de guarda permanente.

Evidencia-se que, embora, a divulgação, acesso e guarda das teses e dissertações sejam determinadas pela Portaria nº13, da CAPES, e pela Tabela de Temporalidade, faltam, no entanto, diretrizes, políticas e/ou normas que regulamentem tais processos. Somando-se a isso, embora em 1994, no VIII SNBU, tenha sido deliberado que as universidades passariam a ser responsáveis pela guarda das teses e dissertações nelas produzidas, carece, contudo, de diretrizes que oriente e padronize essa decisão. Percebe-se, entretanto, que as universidades

brasileiras enfrentam problemas na sistematização da preservação e acesso às teses e dissertações ocasionados pela falta de políticas nacionais que normalizem tais processos.

Estudar esses registros científicos é a melhor forma de identificar as ações para preservá-los, observar as características deste tipo de documento, permitirá uma visão mais abrangente e não limitada das práticas que podem ser implementadas para acessar as informações nelas contidas. Neste momento se colocam as seguintes questões:

As práticas e/ou políticas internas das universidades brasileiras para depósito legal de teses e dissertações contribuem para a sistematização e acesso dessas coleções no país de forma permanente?

Como se realiza o depósito legal e o provimento do acesso aos conteúdos das teses e dissertações nas universidades brasileiras?

O presente trabalho tem por objetivo geral analisar as práticas de depósito legal nos acervos de teses e dissertações nas universidades brasileiras, através do estudo de caso da área Letras/Linguística a fim de identificar subsídios que evidenciem a necessidade de elaboração de uma política nacional de depósito de teses e dissertações considerando tanto o acervo impresso como o digital.

Os objetivos específicos são:

- a) Analisar as leis, portarias e projetos de leis que tratam ou abordam a divulgação e acesso, bem como, a preservação e salvaguarda das teses e dissertações nas instituições de ensino superior brasileiras,
- b) Identificar e analisar as práticas mais comuns de **depósito** de teses e dissertações nesses acervos sob a ótica das bibliotecas universitárias e dos programas de pós-graduação no Brasil por meio do estudo de caso das áreas de Letras e Linguística;
- c) Identificar e analisar as práticas mais comuns de **acesso** aos conteúdos das teses e dissertações implementadas pelas bibliotecas universitárias e dos programas de pós-graduação no Brasil por meio do estudo de caso das áreas de Letras e Linguística;
- d) Identificar e analisar as práticas mais comuns de **armazenagem** dos acervos impressos e digitais de teses e dissertações;
- e) Identificar e analisar as práticas mais comuns de **preservação** dos acervos físicos e digitais de teses e dissertações;
- f) Identificar o *modus operandi* do fluxo de depósito e guarda/preservação das teses e dissertações nas universidades brasileiras.

2. UNIVERSIDADE E PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

O ensino superior estabeleceu-se no Brasil com a chegada da família real portuguesa, no começo do século XIX. Foram criados escolas e cursos superiores, em seguida, criaram-se as primeiras faculdades, como Medicina, Direito e Politécnica, que adotaram o modelo de organização didática e estrutura política das escolas francesas, baseadas em cátedras vitalícias² (OLIVE, 2002).

O ensino superior foi organizado como universidade com o Decreto nº14.343/20, de 07 de setembro de 1920, que instituiu a Universidade do Rio de Janeiro, resultado da reunião de três faculdades isoladas, são elas: a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, conservando, contudo, a orientação profissional dos cursos por elas ministrados e a autonomia das faculdades (BRASIL, 1920).

No Brasil, a proposta para criação dos primeiros cursos de pós-graduação, seguindo os moldes dos cursos europeus, com o intuito de qualificar os docentes para atuarem no ensino superior, surgiu a partir do Estatuto das Universidades Brasileiras, promulgado pelo Decreto nº 19.815/31, de 11 de abril de 1931. O artigo 35 desse decreto determinava que nas instituições de ensino superior fossem realizados os seguintes cursos: cursos normais, nos quais os programas oficiais das disciplinas seriam ministrados por professores catedráticos; cursos equiparados, com mesmo efeito legal dos cursos normais, nos quais os programas, aprovados pelo conselho técnico-administrativo de cada instituição, seriam ministrados por livre docentes; cursos de aperfeiçoamento, que objetivam a ampliação de conhecimentos em determinadas disciplinas; cursos de especialização, “destinados a aprofundar, em ensino intensivo e sistematizado, os conhecimentos necessários a finalidades profissionais ou científicas”; cursos livres, que obedeceriam a programa aprovado pelo conselho técnico-administrativo da instituição onde será realizado, e que abordariam assuntos de interesse geral ou relacionados a alguma das disciplinas ensinadas na instituição; cursos de extensão universitária, objetivando a prolongação das atividades técnicas e científicas dos institutos universitários. Contudo o Estatuto das Universidades Brasileiras não evidenciou em caráter formal do termo pós-graduação. (BRASIL, 1931).

² O professor catedrático era o professor universitário titular que dominava um campo do conhecimento, escolhendo seus assistentes e permanecendo no topo da hierarquia acadêmica durante toda sua vida. Esse cargo foi abolido no Brasil com a reforma universitária em 1968 (INEP, 2011).

O termo pós-graduação foi utilizado formalmente pela primeira vez no artigo 71, do Estatuto da Universidade do Brasil, instituído pelo Decreto nº 21.321, de 18 de junho de 1946. Ainda nesse artigo é possível observar que a estrutura dos cursos universitários difere da estrutura atual.

Art. 71. Os cursos universitários serão os seguintes:

- a) cursos de formação;
- b) cursos de aperfeiçoamento;
- c) cursos de especialização;
- d) cursos de extensão;
- e) cursos de pós-graduação;
- f) cursos de doutorado (BRASIL, 1946).

Segundo Olive (2002, p. 40-41), o desenvolvimento da pós-graduação foi consequência dos sete fatores, são eles:

- a) a valorização de recursos humanos de alto nível, principalmente nas áreas técnicas, visando à implantação do projeto de modernização conservadora sustentado pelos governos militares;
- b) liberação de verbas para o desenvolvimento de programas de pós-graduação stricto sensu no Brasil [...];
- c) a atuação de agências de fomento ao desenvolvimento científico: a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior), voltada à formação do magistério de nível superior, e o CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento), voltado ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, ambos criados em 1951;
- d) a escolha das universidades públicas, como o *locus* principal das atividades de pesquisa, até então incipientes no país [...];
- e) a autonomia administrativa dos programas de mestrado e doutorado. A flexibilidade ou “desinstitucionalização” foi uma característica dos programas e facilitou o seu desenvolvimento;
- f) o processo de avaliação sistemático dos cursos de mestrado e doutorado, iniciado pela CAPES, em 1972, que serviu de orientação às suas políticas;
- g) Criação de inúmeras associações nacionais de pesquisa e pós-graduação em vários ramos do conhecimento [...].

As primeiras iniciativas governamentais na promoção e institucionalização da pós-graduação no país, tais como: convênios entre universidades e escolas brasileiras e norte-americanas através de intercâmbio de pesquisadores, professores e estudantes ocorreu em 1951, com a criação da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), atualmente Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, e do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), hoje denominado Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

A CAPES foi criada pelo Decreto nº 29.741/51, de 11 de julho de 1951, com o objetivo de garantir a existência de pessoal qualificado em número e qualidade suficientes para atender às demandas das iniciativas públicas que visavam o desenvolvimento do país.

Atualmente, a CAPES atua na pós-graduação brasileira através dos serviços de avaliação dos cursos *stricto sensu* e *lato sensu*; da divulgação e acesso à produção científica e das informações produzidas pela pós-graduação, apresentando os seguintes serviços: Banco de Teses Referencial, Portal de Periódicos e Revista Brasileira de Pós-Graduação; dos investimentos na disposição de recursos de alto nível no Brasil e no exterior e da promoção da cooperação científica internacional (CAPES, 2006).

O CNPq, também criado em 1951, tinha por objetivo a promoção da capacitação científica e tecnológica no país, bem como, responder pelas atividades na área de energia nuclear. Hoje, tem como atribuições o fomento da pesquisa científica e tecnológica e o incentivo na formação de pesquisadores brasileiros (CNPq, 2013).

Os cursos de pós-graduação foram referenciados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, LDB 4.024/61, (BRASIL, 1961, p. 12) como cursos “abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído a graduação e obtido os respectivos diplomas [...]”. Entretanto, sua institucionalização efetivou-se com o Parecer nº 977/65, do Conselho Federal de Educação (CFE), que definiu e caracterizou os cursos de pós-graduação. O Parecer distinguiu dois níveis de pós-graduação, a saber: os cursos *stricto sensu* e os cursos *latu sensu*. Nesse, fazem parte os cursos de especialização e aperfeiçoamento, concedendo aos concluintes os certificados. Naquele, incluem-se os cursos de mestrado e doutorado, conferindo grau acadêmico (CONSELHO...,1965).

Com a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que promoveu a Reforma Universitária, fixando normas de funcionamento e organização do ensino superior, ocorreram mudanças na infraestrutura das universidades, que começaram a se organizar baseando-se em departamentos que substituíram as antigas cátedras vitalícias. A ampliação da pós-graduação foi impulsionada com a criação de novos cursos e grandes investimentos na pesquisa. A lei regulamentou os cursos de pós-graduação, incorporando princípios e recomendações contidas no Parecer nº 977/65. A estruturação dos cursos baseou-se no modelo de pós-graduação norte-americana, que se tornou referência para os programas das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras (NEVES, 2002, p. 74).

A partir da década de 1970 iniciou-se a criação dos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG) que se tornaram fundamentais para a consolidação e o desenvolvimento da pós-graduação no Brasil. “Através deles realizaram-se diagnósticos sobre a situação da pós-graduação e foi formulado um conjunto de metas e ações que em grande parte foram cumpridas” (NEVES, 2002, p. 74).

O primeiro PNPG, aprovado em 1974, compreendeu o período de 1975-1979, estabeleceu que a expansão do sistema de pós-graduação deveria ser objeto do planejamento do Estado, passando a ser considerado como parte integrante do sistema universitário. A pós-graduação deveria estar incorporada ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e ao II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT). O principal intuito do PNPG era o crescimento da pós-graduação buscando a capacitação docente das IES, as principais finalidades eram o aumento da titulação e do número de vagas nos cursos de mestrado e doutorado. Para a execução de tais metas foram propostos três programas: a concessão de bolsas de tempo integral para alunos, a criação do Programa Institucional de Capacitação Docente (PICD) e a admissão de docentes (BRASIL, [1975]).

O segundo PNPG, que vigorou de 1982-1985, tinha como objetivo central, assim como o plano anterior, a formação de recursos humanos qualificados para as atividades docentes e de pesquisa. Contudo, devido a forte crise econômica no país no período de sua elaboração implicando na redução de investimentos financeiros na pós-graduação, o foco, diferente do I PNPG, era a elevação da qualidade do ensino e sua adequação às necessidades brasileiras, e não apenas sua expansão (BRASIL, [1982]).

O terceiro PNPG, aprovado em 1985, em vigor entre 1986 e 1989, enfatizava o desenvolvimento da pesquisa na universidade e a integração da pós-graduação ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. O III PNPG tinha três objetivos principais: a consolidação e a melhoria dos cursos de pós-graduação; a institucionalização da pesquisa nas universidades; a integração da pós-graduação ao setor produtivo (BRASIL, [1986]).

O período compreendido entre 1990 e 2004 é marcado pela inexistência de planos nacionais para a pós-graduação, oficializados e divulgados para a comunidade científica. Durante esse período foram elaboradas diversas redações preliminares do IV PNPG, com circulação restrita entre os membros da diretoria da CAPES. Entretanto, devido a restrições orçamentárias e falta de articulação entre as agências de fomento nacionais, o documento oficial não se concretizou (BRASIL, [2011]).

O quarto PNPG, elaborado em 2004, em vigor de 2005 a 2010, diferente dos planos anteriores, preocupou-se com a desigualdade regional. O IV PNPG teve como objetivos: o crescimento equilibrado do sistema nacional de pós-graduação, visando atender as demandas da sociedade; e o subsídio à formulação de políticas públicas voltadas às áreas de educação, ciência e tecnologia.

[...], tornou-se necessário que o PNPG 2005-2010 contemplasse a indução de programas, como linha programática, visando reduzir as diferenças

regionais, intra-regionais e estaduais; bem como a estabelecer programas estratégicos, buscando a sua integração com políticas de médio e longo prazo. (BRASIL, [2011a], p.29).

O atual Plano Nacional de Pós-graduação (2011-2020) objetiva a definição de metas, diretrizes e estratégias que permitam a continuidade e o avanço nas propostas para as políticas de pós-graduação e pesquisa no país. Vale destacar que diferente dos PNPGs anteriores que compreendiam períodos de cinco anos, o plano atual compreende o período de dez anos. As principais propostas do PNPG em vigor são:

- I. Objetivo da pós-graduação
 - Doutorado como objetivo da formação pós-graduada acadêmica. A critério das universidades, o título de mestre poderá ser concedido ao se cumprir uma dada etapa do doutorado.
 - Eliminação do mestrado acadêmico.
 - Mestrado profissional como única modalidade de formação final neste estágio.
- II. Estrutura da pós-graduação
 - Os programas de pós-graduação terão flexibilidade para definição de grade curricular, estrutura de créditos, formas de interação com a pesquisa.
 - Haverá um período de transição do modelo regulado vigente para um modelo flexível e mais favorável à diversificação dos programas. A implantação do modelo mais flexível começará com os programas de excelência comprovada que ficarão livres para organizar-se sem seguir as normas do MEC/CAPES.
- III. Avaliação
 - A pós-graduação será avaliada apenas pelos seus resultados: quantidade de titulados; **qualidade de teses e divulgação por meio da publicação de seus achados**; qualidade do corpo docente, medida por sua produção científica e liderança acadêmica; internacionalização medida pela presença de pesquisadores internacionais e capacidade de atrair estudantes estrangeiros.
 - Reestruturação do Qualis: Qualis prospectivo e aceitação da diversidade das áreas em termos de seu potencial de internacionalização.
 - Criação de um índice de citações nacional, nas áreas em que a produção de circulação apenas é e continuará sendo importante.
 - Reestruturação dos comitês de avaliação e participação de avaliadores estrangeiros.
- IV. Internacionalização
 - Programa de doutorado pleno no exterior contemplando alunos de desempenho excelente.
 - Mudança das regras que regem os concursos nas universidades públicas para aumentar o recrutamento de professores estrangeiros.
 - Reestruturação e ampliação dos programas de professor e pesquisador visitante.
 - Incentivo ao recrutamento de estudantes estrangeiros.
 - Programa de apoio e incentivo ao duplo diploma e a projetos colaborativos de larga duração (BRASIL, [2011b], p. 17, grifo nosso).

Os Planos Nacionais de Pós-Graduação ao estabelecerem metas e ações e ao realizarem diagnósticos, conferiram a pós-graduação uma direção macro-política para sua

condução. A partir dos PNPGs, o sistema de pós-graduação passou a ser entendido como subsistema do sistema educacional.

Outro fator que contribui para a busca de padrão de excelência acadêmica para os cursos de pós-graduação é o sistema de avaliação da CAPES. Os resultados obtidos a partir da avaliação funcionam como base para a formulação de políticas para o sistema de pós-graduação.

No entanto, percebe-se que, apesar dos PNPGs terem contribuído para a institucionalização e consolidação dos cursos de pós-graduação, não contemplam estratégias, diretrizes, objetivos ou metas relacionadas à produção, organização e acesso às teses e dissertações, a não ser em relação à qualidade e produção de indicadores para a avaliação dos cursos de pós-graduação. No quadro a seguir, será apresentado o resumo das principais recomendações e objetivos dos Planos Nacionais de Pós-Graduação.

Quadro 1: Principais pontos e objetivos dos PNPGs

	I PNPG	II PNPG	III PNPG	IV PNPG	Atual PNPG
Ano da elaboração	1974	1982	1985	2004	2010
Período de vigência	1975-1979	1982-1985	1986-1989	2005-2010	2011-2020
Principais pontos	Expansão do sistema de pós-graduação como objeto de planejamento do Estado; Pós –graduação como parte integrante do sistema universitário	Foco na elevação da qualidade de ensino; Adequação da pós-graduação às necessidades brasileiras.	Desenvolvimento da pesquisa na universidade; Integração da pós-graduação ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia	Preocupação com as desigualdades regionais	Avaliação da pós-graduação apenas pelos seus resultados; Flexibilidade aos cursos de pós-graduação para definição de grade curricular.
Objetivos	Crescimento da pós-graduação a fim de capacitar docentes das IES; Aumento da titulação; Aumento do número de vagas nos cursos de mestrado e doutorado.	Formação de recursos humanos qualificados para as atividades docentes e de pesquisa.	Consolidação e melhoria dos cursos de pós-graduação; institucionalização da pesquisa; Integração da pós-graduação ao setor produtivo.	Crescimento equilibrado do sistema nacional de pós-graduação; Formulação de políticas públicas voltadas às áreas de educação, ciência e tecnologia.	Definição de metas, objetivos, diretrizes e estratégias para continuidade e avanço nas propostas para políticas de pós-graduação e pesquisa no Brasil.

Fonte: o autor, com base em I PNPG (1974), II PNPG (1982), III PNPG (1985), IV PNPG (2004), PNPG (2010).

3 COLEÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES

Nesta seção, serão apresentadas as diferentes acepções para os termos tese e dissertação, bem como o histórico sobre as teses e dissertações, o contexto brasileiro atual das teses e dissertações, as primeiras iniciativas para tratamento e divulgação das teses e dissertações desde o surgimento da pós-graduação no Brasil, o histórico sobre a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e o modelo utilizado por esta, e os repositórios institucionais de teses e dissertações.

3.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE AS TESES E DISSERTAÇÕES

As teses e dissertações são documentos originados como resultados dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*: mestrado e doutorado. Os cursos de pós-graduação objetivam a formação de pesquisadores e profissionais qualificados, além de capacitar professores para atuação no ensino superior. Para obtenção do grau de doutor, nos cursos de doutorado, “o aluno deve produzir uma tese que envolva uma revisão bibliográfica adequada, sistematização das informações existentes, planejamento e realização de trabalho necessariamente original”. Para obtenção do grau de mestre, nos cursos de mestrado, o aluno deve “elaborar uma dissertação consistindo em um trabalho de pesquisa que demonstre sua capacidade de sistematização e domínio do tema e da metodologia científica” (CAMPELLO, 2000, p. 121).

Na França e na Alemanha, diferente do Brasil, para a obtenção de grau acadêmico, tanto o de mestre como o de doutor, o aluno deve reproduzir sua tese ou dissertação em múltiplas cópias para distribuição e depósito legal. Na França, o número de cópias requeridas varia entre 01 e 85. Na Alemanha, esse número é entre 50 e 150 cópias (RUTLEDGE, 1994)³.

O Conselho de Escolas de Pós-Graduação dos EUA, em sua política, observou que existe um consenso geral entre os administradores dos cursos de pós-graduação na definição e caracterização de que uma dissertação deve ser original, substancial, significativa e elaborada de forma independente pelo aluno. Em seu estudo, o Conselho de Escolas de Pós-Graduação dos EUA, enfatiza que uma dissertação deve ser publicável (RUTLEDGE, 1994).

Vale destacar que os termos tese e dissertação são utilizados de diferentes maneiras em outros países. O termo dissertação, do latim *dissertatio*, possui diversas acepções, algumas delas, podem ser vistas na seguinte definição: “documento escrito científico, técnico ou

³ O autor não esclarece o destino dado às cópias.

literário, apresentado a uma banca examinadora para obtenção, em geral, do grau de mestre. [...]. Trabalho escrito pelo aluno sobre tema indicado pelo professor” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 130). Onde podemos observar que a última acepção do termo, é muito comum na área das ciências exatas.

Já o termo tese, do latim *thesis*, segundo os mesmos autores, é definido como

documento que relata os resultados ou as conclusões de uma pesquisa científica original, submetido pelo autor, como suporte à candidatura para obtenção de título acadêmico de pós-graduação, de uma qualificação profissional, ou outro título ou prêmio. ‘Documento que se destina a defender perante uma comissão ou sustentar em público a proposição ou a posição sobre qualquer assunto técnico-científico’ (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p.362).

As definições dos termos tese e dissertação acima apresentadas são utilizadas no contexto brasileiro. No Brasil, o termo dissertação está associado ao grau acadêmico de mestre, e o termo tese, ao título de doutor. Na Alemanha e nos Estados Unidos, o termo dissertação é utilizado para designar tanto as teses quanto as dissertações, independente do grau acadêmico. No Reino Unido e na França, o termo mais utilizado é tese, para designar todo o gênero (ALMEIDA, 2000).

Vale ressaltar, também, que no Reino Unido, diferente dos EUA e dos países falantes de língua alemã, o grau de doutor não representa grande prestígio, pois não é visto com grande distinção em relação ao grau de mestre (RUTLEDGE, 1994).

As primeiras teses e dissertações foram apresentadas nas universidades medievais que concediam graus acadêmicos desde o século XII. Essas universidades, diferente das atuais, consistiam em agremiações informais de alunos e docentes. O emprego dos professores nessas universidades era quase sempre estabelecido através de contrato direto com os estudantes, que pagavam determinada quantia pelas aulas que assistiam. Entretanto, com o crescimento do número de universidades, surgiu a necessidade de proteger a reputação e qualidade do ensino das escolas, forçando o aparecimento de um sistema que pudesse assegurar a competência dos novos professores, passando os candidatos a serem submetidos à avaliação de seus conhecimentos, feita por um grupo de professores mais antigos da universidade (CAMPELO, 2000).

Os candidatos aprovados nessa avaliação recebiam o título de mestre, indicando que os mesmos dominavam o objeto de sua área de estudo. Nessa época, o título de doutor era equivalente ao título de mestre, sendo em algumas universidades dado aos membros da administração superior. “O termo doutor com seu atual significado, isto é, designando a titulação do candidato que tenha se submetido a uma educação acadêmica aprofundada,

seguida de defesa de tese, surgiu no século XIX, na Alemanha [...]” (CAMPELO, 2000, p. 123)⁴.

O termo literatura cinzenta, tradução do termo inglês *grey literature*, está consolidado no continente europeu desde 1978. Esse tipo de literatura é utilizada com familiaridade pela comunidade científica na Europa e nos Estados Unidos desde o final do século XIX (POBLACIÓN, 1992).

As teses e dissertações estão categorizadas como literatura cinzenta tal como os relatórios técnicos ou científicos, os trabalhos apresentados em congressos, as pré-publicações [*preprints*], as publicações de órgãos oficiais, as traduções não publicadas impressas em boletins das sociedades não comerciais e a literatura de propaganda industrial [*house organ*]. As teses e dissertações são consideradas como um tipo de literatura cinzenta ou não convencional, por não disporem de um sistema comercial de divulgação e distribuição. A literatura cinzenta caracteriza-se, principalmente, por ter circulação, acesso e disponibilidade restritos. (ALMEIDA, 2000).

Além dessa característica, acrescentam-se: o controle bibliográfico ineficaz, esse tipo de literatura não é controlada pelas agências de informação depositária; tais como: a dificuldade de uso, algumas das informações se encontram em suportes que dificultam sua utilização; a produção institucional, a literatura cinzenta, na maioria das vezes, é editada por universidades, centros de pesquisa ou organismos governamentais; a falta de regras de produção e edição, a literatura cinzenta é produzida a partir de meios de reprodução diversos; e a brevidade, “têm caráter menos detalhado que a literatura convencional, visto que, em princípio, não se tem a intenção de publicar” (ALMEIDA, 2000, p. 40).

Gomes, Mendonça e Souza (2000, p. 99) caracterizam a literatura cinzenta como documentos de caráter preliminar, reproduzidos em quantidade limitada. A literatura cinzenta contribui para a comunicação científica por apresentar, na maioria das vezes, informações mais detalhadas do que as encontradas em livros e artigos científicos, “além de não aparecer comumente em outras fontes, ou seja, não é publicada formalmente; é uma informação altamente atualizada, disponível e não determinada apenas por interesses comerciais”.

⁴ Existe, também, o grau acadêmico de livre docente que consiste em concurso aberto por uma IES para a concessão do título de livre docente a professores do ensino superior. Esse concurso é aberto através de edital e os candidatos inscritos devem desenvolver uma tese sobre um tema acadêmico e defendê-la na presença de uma banca examinadora, além de submeterem-se a uma prova escrita. Atualmente, para inscrever-se nesse concurso é necessária posse do título de doutor, anteriormente, o concurso era aberto para qualquer candidato (INEP, 2011).

Vale ressaltar que, o conceito de literatura cinzenta tem mudado nos últimos anos, em virtude do aparecimento das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC). Meadows (1999, p. 152) reflete sobre o uso das novas tecnologias destacando que

Um cientista sentado diante de um terminal de computador ligado a uma rede pode estar envolvido, mais ou menos simultaneamente, na remessa de um correio eletrônico, na participação numa conferência por computador e no envio de um artigo para um periódico eletrônico. Na realidade, a mesma informação pode estar sendo objeto das três atividades. Nessas circunstâncias, estamos voltando aos tempos anteriores à existência do periódico científico, quando a informação científica era transmitida por meio de correspondência ‘pessoal’, mas com a intenção de que fosse divulgada mais amplamente.

Ainda, de acordo com Meadows (1999, p. 152) o uso das TICs (tecnologia de informação e comunicação) pode alterar as categorias tradicionais de comunicação científica, dificultando a diferenciação entre os domínios formal e informal, dessa forma “a diferença entre pré-publicação eletrônica e periódico começa a tornar-se difusa”.

3.2 CONTEXTO BRASILEIRO

Com o objetivo de demonstrar como a produção de teses e dissertações é crescente foi realizado um levantamento do número de mestrados (na modalidade acadêmica e profissional) e de doutorandos matriculados, bem como, o levantamento do número de mestres e doutores titulados nos últimos quatro anos (de 2009-2012).

A CAPES registrou no ano de 2009 a formação de 35.686 mestres na modalidade acadêmica, 11.368 doutores e 3.102 mestres na modalidade profissional, uma produção anual de 50.156 teses/dissertações. Nesse mesmo ano foi registrada a matrícula de 93.016 mestrados na modalidade acadêmica, 57.917 doutorandos e 10.135 mestrados na modalidade profissional.

Já no ano de 2010, registrou-se a matrícula de 98.611 mestrados na modalidade acadêmica, 10.212 mestrados na modalidade profissional e 64.588 doutorandos. No mesmo ano registrou-se a formação de 36.247 mestres na modalidade acadêmica, 3.343 mestres na modalidade profissionalizante e 11.314 doutores, totalizando uma produção anual de 50.904 teses/dissertações, representando um crescimento de 8,94% na produção desses documentos.

Em 2011, foi computada a formação de 39.544 mestres na modalidade acadêmica, 3.689 mestres na modalidade profissionalizante e 12.321 doutores, uma produção anual de 55.554 teses/dissertações, apresentando 1,49% de crescimento em relação ao ano de 2010.

Ainda esse ano, há registro da matrícula de 105.240 mestrandos na modalidade acadêmica, 12.505 mestrandos na modalidade profissionalizante e 71.890 doutorandos.

No ano de 2012 foi registrada a formação de 42.878 mestres na modalidade acadêmica, 13.912 doutores e 4.262 mestres na modalidade profissionalizante, uma produção anual de 61.052 teses/dissertações que apresentou crescimento de 9,1% em relação ao ano anterior. Nesse mesmo ano, foi registrada a matrícula de 109.515 mestrandos na modalidade acadêmica, 79.478 doutorandos e 14.724 mestrandos na modalidade profissionalizante.

As informações referentes ao ano de 2013 ainda não estavam disponíveis para acesso no site da CAPES na época do levantamento do autor. No quadro, a seguir, serão apresentadas a porcentagem de aumento da produção de teses e dissertações entre 2009 e 2012.

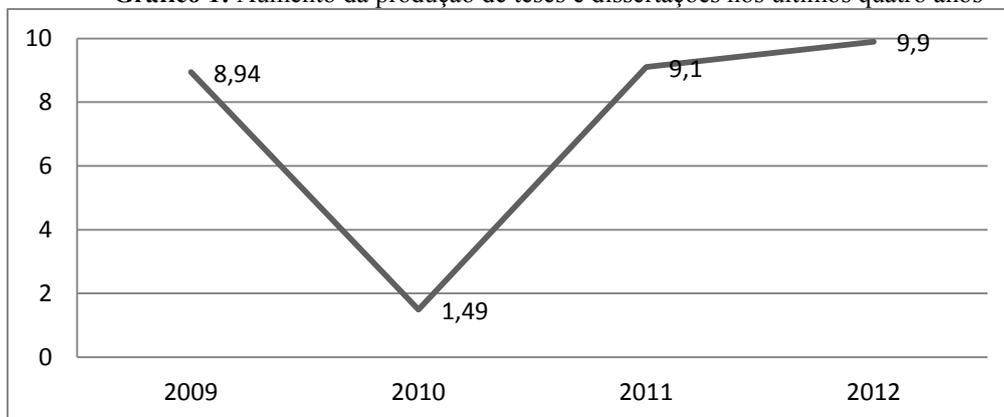
Quadro 2: Porcentagem de aumento da produção de teses e dissertações

	2009	2010	2011	2012
Número total de dissertações	38.788	39.590	43.233	47.140
Número total de teses	11.368	11.314	12.321	13.912
Número total de teses/dissertações	50.156	50.904	55.540	61.052
Porcentagem de aumento em relação ao ano anterior	8,94%	1,49%	9,1%	9,92%

Fonte: o autor, com base em dados obtidos no site GeoCapes.

A média anual de crescimento da produção de teses e dissertações de 2009 a 2012 é de 7,36%. O gráfico a seguir representa a curva de crescimento do número de teses e dissertações produzidas nos últimos quatro anos.

Gráfico 1: Aumento da produção de teses e dissertações nos últimos quatro anos



Fonte: o autor, com base em dados obtidos no site GeoCapes.

Existem, atualmente, no Brasil, 1.284 programas de mestrado acadêmico, 554 programas de mestrado profissional, 1.777 programas de mestrado e doutorado e 59

programas de doutorado. Totalizando 3.061 cursos de mestrado acadêmico, 554 cursos de mestrado profissional e 368 cursos de doutorado. Como pode ser visto no quadro a seguir, o total de cursos e programas em cada região brasileira:

Quadro 3: Mestrados/doutorados reconhecidos

REGIÃO	Programas de pós-graduação					Totais de Cursos de pós-graduação			
	Total	M	D	MP	M/D	Total	M	D	MP
<u>Centro-Oeste</u>	298	138	7	36	117	415	255	124	36
<u>Nordeste</u>	721	353	16	94	258	979	611	274	94
<u>Norte</u>	192	102	4	32	54	246	156	58	32
<u>Sudeste</u>	1.702	410	26	280	986	2.688	1.396	1.012	280
<u>Sul</u>	761	281	6	112	362	1.123	643	368	112
Brasil:	3.674	1.284	59	554	1.777	5.451	3.061	1.836	554

Fonte: CAPES (2013).

Esses cursos estão distribuídos em nove grandes áreas, são elas: Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde; Ciências Exatas e da Terra; Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas; Engenharias; Linguística, Letras e Artes; e, Multidisciplinar. No quadro a seguir é possível verificar o total de programas e de cursos de mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado por grande área.

Quadro 4: Relação de cursos recomendados e reconhecidos

GRANDE ÁREA	Programas de pós-graduação					Totais de Cursos de pós-graduação			
	Total	M	D	MP	M/D	Total	M	D	MP
<u>CIÊNCIAS AGRÁRIAS</u>	386	135	1	23	227	613	362	228	23
<u>CIÊNCIAS BIOLÓGICAS</u>	288	72	3	19	194	482	266	197	19
<u>CIÊNCIAS DA SAÚDE</u>	587	137	17	101	332	919	469	349	101
<u>CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA</u>	307	107	8	20	172	479	279	180	20
<u>CIÊNCIAS HUMANAS</u>	522	208	3	51	260	782	468	263	51
<u>CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS</u>	461	196	2	93	170	631	366	172	93

GRANDE ÁREA	Programas de pós-graduação					Totais de Cursos de pós-graduação			
	Total	M	D	MP	M/D	Total	M	D	MP
<u>ENGENHARIAS</u>	388	154	3	67	164	552	318	167	67
<u>LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES</u>	188	76	1	9	102	290	178	103	9
<u>MULTIDISCIPLINAR</u>	547	199	21	171	156	703	355	177	171
Brasil:	3.674	1.284	59	554	1.777	5.451	3.061	1.836	554

Fonte: CAPES (2013).

A crescente produção de teses e dissertações afeta diretamente as políticas bibliotecárias para armazenamento e manutenção das coleções visando acesso. Tendo em vista que os índices de produção nacional aumentam a cada ano é emergencial a necessidade de criar políticas específicas para o desenvolvimento de coleções em nível nacional.

3.3 INICIATIVAS DE DIVULGAÇÃO E DISSEMINAÇÃO

Até a década de 1960, quando a pós-graduação começou a ser implantada em maior proporção no Brasil, em virtude do Parecer nº 977/65 que a regulamentou, a preocupação com o controle bibliográfico das teses e dissertações praticamente não existia. Somando-se a isso, grande parte das teses e dissertações defendidas até então objetivavam a obtenção do grau de livre-docente e professor catedrático. Dessa forma, faltava aos pesquisadores um instrumento que lhes permitisse conhecimento e acesso aos trabalhos produzidos por seus pares. Assim, o acesso só poderia ser realizado através do contato pessoal entre os pesquisadores ou por meio de consulta ao Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional e às bibliografias especializadas, publicadas pelo IBBD (Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação), atualmente IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia), tais como: Bibliografia Brasileira de Botânica, Bibliografia Brasileira de Ciências Sociais, Bibliografia Brasileira de Matemática e Física, Bibliografia Brasileira de Química, Bibliografia Brasileira de Zoologia, Periódicos Brasileiros de Cultura, entre outros, publicações que relacionavam as teses e dissertações que chegavam ao conhecimento ou eram recebidas por essas instituições (CAMPELLO; CALDEIRA, 1977).

Após a regulamentação e a implementação dos cursos de pós-graduação no Brasil começou a surgir, de forma restrita, a preocupação com o controle bibliográfico das teses e dissertações, a partir de tentativas isoladas de catálogos e bibliografias relacionando-as.

Em 1967, a bibliotecária⁵ da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) reuniu aproximadamente 550 teses de doutorado, livre-docência e cátedra na *Bibliografia de teses apresentadas às Faculdades de Odontologia do Brasil*. Ainda na UFMG, algumas bibliografias de teses e dissertações foram compiladas como trabalhos de conclusão de curso da Escola de Biblioteconomia (CAMPELLO; CALDEIRA, 1977).

Em 1974, o Grupo de Trabalho em Tecnologia da Associação Paulista de Bibliotecários inventariou 751 dissertações e teses no *Catálogo de Teses e Dissertações em Tecnologia do Estado de São Paulo, de 1900 a 1973* (CAMPELLO; CALDEIRA, 1977).

Em 1975, o Grupo de Trabalho em Tecnologia da Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado da Bahia reuniu 350 referências das teses e dissertações apresentadas às unidades da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e editou obra intitulada *Teses em Ciência e Tecnologia* (CAMPELLO; CALDEIRA, 1977).

Ainda em 1975, o projeto piloto *Catálogo de Teses da UFRGS* foi iniciado, pela Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como parte do subsistema de *Processamento Técnico Centralizado*. A edição preliminar foi publicada em 1977, e desde então passou a ser editado e atualizado, para uso interno, pela Biblioteca Central, é “arranjado por autor, com entrada dupla para nome pessoal e instituição, por data de publicação e por biblioteca setorial que possui a tese” (SHREINER, 1980, p. 115).

Em 1976, foi editado, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), obra intitulada *A Pós-Graduação na PUC/RJ dez anos de teses: 1965-1975*. A publicação conta com 677 resumos de teses e dissertações, arrolando as seguintes áreas: ciência e tecnologia, medicina, teologia, ciências biológicas e ciências humanas (CAMPELLO; CALDEIRA, 1977).

Além das iniciativas isoladas, alguns órgãos tentaram realizar o controle bibliográfico das teses e dissertações.

Em 1974, a CAPES produziu a *Listas de dissertações e teses de mestrado e doutorado*, na qual as mesmas foram organizadas em ordem alfabética e por assunto. Essa publicação foi complementada, em dezembro de 1975, pela obra intitulada *Pós-Graduação no Brasil; relação das dissertações e teses defendidas Jan. 1974- Jun.1975*,

Incluindo autor, título, data, orientador e nível da tese; abrange os seguintes assuntos: ciências exatas, biológicas e sociais, agroindustriais; letras, linguística e artes. A obra é arranjada por área e subárea, universidade, assunto, grau (mestrado ou doutorado) e data (CAMPELLO; CALDEIRA, 1977, p. 200).

⁵ As autoras não citaram o nome da bibliotecária.

O IBICT, antigo IBBD, objetivando a divulgação das teses e dissertações, fazia uso de dois meios para colecioná-las, são eles: o CNPq Boletim, publicado pelo CNPq, contendo resumos de teses e dissertações; e, “o suplemento Livro do Jornal do Brasil, desde maio de 1975, onde relacionava a referência bibliográfica completa e o resumo da tese” (CAMPELLO; CALDEIRA, 1977, p. 200).

Em 1977, foi publicado, pelo Centro de Informática do Ministério da Educação e Cultura (CIMEC), em convênio com o IBICT, primeiro volume do *Catálogo do Banco de Teses*, objetivando a divulgação das teses e dissertações escritas por pesquisadores e professores vinculados a instituições de ensino e pesquisa. O catálogo relacionava aproximadamente 3.000 teses e dissertações “fornecendo a referência bibliográfica completa, objetivo, síntese e conclusão, além de endereços aos quais se dirigir para obtenção de cópia” (CAMPELLO; CALDEIRA, 1977, p. 200). O catálogo teve cinco volumes publicados e foi interrompido em 1982.

Ainda em 1977, foi publicado pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) catálogo intitulado *Atividades Recentes do IMPA em Pós-Graduação*. A obra relaciona autores de teses e dissertações defendidas na instituição durante o período de junho de 1971 e setembro de 1976. Além de relacionar os autores, o catálogo apresenta o resumo das teses (CAMPELLO; CALDEIRA, 1977).

Visando a divulgação das teses e dissertações brasileiras, foi criado o Centro Nacional de Teses (CENATE), sob a responsabilidade da empresa privada Informações, Microformas, Sistemas S/A (IMS). O CENATE foi desenvolvido baseado no modelo da empresa americana *University Microfilms International* (UMI), que divulga e vende teses e dissertações desde 1938.

O CENATE pretende armazenar (em microfichas), e divulgar (através de catálogos publicados periodicamente), as teses de pesquisadores brasileiros. A divulgação é feita através do ÍNDICE CENATE⁶, publicação quadrimestral, que pretende atingir bibliotecas, curso de pós-graduação e entidades culturais nacionais e estrangeiras. No primeiro número, publicado em junho de 1976, foram listadas 117 teses (CAMPELLO; CALDEIRA, 1977, p. 201)

Em meados da década de 1980, o IBICT passou a desenvolver um banco de teses, com o objetivo de controlar o acervo documental fornecido pelo CNPq. Dessa iniciativa, foi editado e lançado pelo IBICT, em 1993, CD-ROM contendo as teses e dissertações do acervo

⁶ Não foram encontradas informações sobre continuidade da publicação.

de diversas instituições, tais como: Universidade de São Paulo (USP), IBICT, Fundação Getúlio Vargas (FGV) e UFRGS (VILAN FILHO, 1995).

Em 1986, o IBICT, já na sua fase de informatização e retomando o trabalho iniciado pelo IBBD, iniciou a publicação do *Índice de Teses*, gerado a partir da base de dados *Teses*, que incluía dados de quase todas as teses financiadas pelo CNPq e de outras que eram enviadas ao IBICT por instituições de ensino superior do País. Criada em 1984, a base *Teses* incluía aquelas defendidas desde 1982 e, na área de ciência da informação mantinha registro desde de 1971. Em 1996, o IBICT lançou o Sistema de Informação sobre Teses [...] (CAMPELLO, 2000, p. 127).

Durante o período entre 1972 e 1994, a Biblioteca Nacional era responsável pelo depósito legal das teses e dissertações. O depósito parou de ser realizado devido à falta de espaço para armazenamento das teses e dissertações⁷, além disso, durante o VIII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), realizado em Campinas, em 1994, as universidades deliberaram que a guarda desta produção passaria a ser de responsabilidade das universidades onde os trabalhos foram produzidos. (SEMINÁRIO...,1994). No catálogo online de teses e dissertações da Biblioteca Nacional é possível acessar informações bibliográficas de aproximadamente 36.239 teses e dissertações defendidas nesse período, o acesso ao conteúdo completo pode ser realizado através de visita à sede da mesma (Biblioteca Nacional, 2013).

Na seção a seguir será apresentado o histórico da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, bem como, o modelo estrutural utilizado por ela.

3.3.1 A BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES

A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) é uma iniciativa do IBICT em colaboração com instituições de ensino superior e pesquisa brasileira, que visa integrar os sistemas de informação de teses e dissertações dessas instituições. A BDTD tem por objetivo estimular a publicação e o registro das teses e dissertações brasileiras em meio eletrônico, bem como, promover a visibilidade da produção acadêmica e científica nacional (IBICT, 2009).

A BDTD, com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), foi desenvolvida no âmbito do programa da Biblioteca Digital Brasileira (BDB), tal projeto objetiva integrar em um único portal os mais significativos repositórios de informação digital,

⁷ Informação fornecida através de relatos informais por bibliotecárias da Biblioteca Nacional.

permitindo consultas simultâneas e unificadas aos conteúdos informacionais destes acervos (IBICT, 2009).

Em abril de 2002, foi instalado um comitê técnico-consultivo (CTC), composto por representantes do IBCT, do CNPq, do Ministério de Educação – MEC (Capes e Sesu), da FINEP e das universidades que participaram do grupo de trabalho e do projeto-piloto (USP, PUC-Rio e Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC). O CTC é um colegiado responsável por “referendar o desenvolvimento da BDTD, assim como atuar na especificação de padrões a serem adotados no âmbito do sistema da BDTD” (IBICT, 2009).

3.3.1.1 Breve histórico sobre a BDTD

Em meados da década de 1990, o IBICT elaborou um sistema cooperativo que integrava em uma única base de dados referências bibliográficas de teses e dissertações. Os dados desse sistema eram oriundos de 17 IES, e contava com cerca de 120 mil registros em 1995. Embora a iniciativa tivesse importância reconhecida, sua abrangência era limitada, por tratar-se apenas da descrição bibliográfica dos documentos (IBICT, 2009).

Para ter acesso aos documentos, os pesquisadores deveriam consultar pessoalmente os acervos físicos das instituições, o que às vezes não era uma opção viável. Havia a possibilidade de solicitação dos documentos através do serviço de comutação bibliográfica (COMUT), também coordenado pelo IBICT, oferecido pelas bibliotecas universitárias em todo o país, o que também consistia numa opção muitas vezes inviável por depender de pagamento de taxas e postagem.

A publicação eletrônica de documento foi viabilizada com o desenvolvimento das TICs, dessa forma instituições nacionais e internacionais estabeleceram ações para que textos completos desse tipo fossem disponibilizados na rede de computadores (IBICT, 2009).

Em janeiro de 2001, visando seguir a tendência internacional, o IBICT formou um grupo de estudos, reunindo especialistas do IBICT, Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde – BIREME, CNPq, USP, PUC-Rio, UFSC e contratando consultores, “para analisar questões tecnológicas e de conteúdo relacionado com a publicação de teses e dissertações na Internet” (IBICT, 2009).

Essa iniciativa incentivou a criação de um repositório nacional de teses e dissertações, primeiramente denominado Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), hoje, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Na ocasião, a BDTD objetivava:

- estudar experiências existentes no Brasil e no exterior de desenvolvimento de bibliotecas digitais de teses e dissertações;
- desenvolver, em cooperação com membros da comunidade, o modelo para o sistema;
- definir padrões de metadados e tecnologias a serem utilizadas pelo sistema;
- absorver e adaptar as tecnologias a serem utilizadas na implementação do modelo;
- desenvolver um sistema de publicação eletrônica de teses e dissertações para atender àquelas instituições de ensino e pesquisa que não possuem sistema automatizado para implantar suas bibliotecas digitais;
- difundir os padrões e tecnologias adotadas e dar assistência técnica aos potenciais parceiros na implementação das mesmas (IBICT, 2009).

Em dezembro de 2001, um projeto-piloto foi desenvolvido para o qual três universidades (USP, PUC-Rio e UFSC) enviaram amostras dos metadados das teses e dissertações depositadas em seus servidores, seguindo o padrão de metadados estabelecido pelo grupo (MTD-BR). Apesar da base de dados gerada apresentar erros de conversão de formatos, a mesma demonstrou “a viabilidade da solução proposta e a consolidação do padrão nacional de metadados, denominado Padrão Brasileiro de Metadados de Teses e Dissertações (MTD-BR)”. O padrão foi criado tendo como base o padrão internacional *Dublin Core* (IBICT, 2009).

Em 25 de abril de 2002, durante reunião ocorrida no IBICT, foram apresentadas e discutidas metas e ações futuras para o projeto da BDTD. Entre elas, foi discutida uma proposta que previa incorporar a base de dados referenciais sobre teses e dissertações à base de dados de textos completos. Nessa reunião, foi aprovado o estabelecimento do Consórcio Brasileiro de Teses e Dissertação, composto por instituições de ensino e pesquisa que colaboram com o instituto, “integrando as duas iniciativas – a do registro bibliográfico e a de publicação eletrônica de teses e dissertações – que passou a ser o principal alimentador da BDTD” (IBICT, 2009).

Foi concluída, em abril de 2003, uma versão preliminar do Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações (TEDE), sistema desenvolvido pelo IBICT, objetivando apoiar instituições de ensino e pesquisa na implantação de bibliotecas digitais de teses e dissertações locais. Para avaliar o sistema, o IBICT instituiu projetos-piloto em quatro universidades: Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Castelo Branco (UCB), Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Federal do Ceará (UFC). As experiências resultantes dos projetos-piloto subsidiaram ações para a instituição do pacote em nível nacional. Foram lançadas alterações no sistema e uma nova versão do padrão de metadados, o MTD2-BR (IBICT, 2009).

Em 26 de maio de 2006, durante a quarta reunião do CTC, foi apresentado e aprovado o projeto para a reestruturação do sistema BDTD (IBICT, 2009).

3.3.1.2 O modelo utilizado na BDTD

O modelo estrutural utilizado, atualmente, pela BDTD é o do *Open Access Initiative* (OAI)⁸ “e adota o modelo baseado em padrões de interoperabilidade consolidado em uma rede distribuída de bibliotecas digitais de teses e dissertações [...]” (IBICT, 2009).

Esse modelo conta com a existência dos provedores de dados (*data providers*) e dos provedores de serviço (*service providers*). Os provedores de serviço “são instituições ou serviços de terceiros que implementam os serviços com valor agregado a partir dos dados coletados junto aos [...] repositórios digitais”. Os provedores de dados são os gestores dos repositórios digitais, devem apresentar as seguintes funcionalidades:

- Mecanismo de submissão para autoarquivamento dos artigos;
- Sistema que permita armazenamento a longo prazo;
- “Mecanismo de exposição de metadados do arquivo para facilitar a sua colheita” pelos provedores de serviço (KURAMOTO, 2006, p. 94).

Na BDTD, o IBICT atua como provedor de serviços, “coletando metadados de teses e dissertações dos provedores, fornecendo serviços de informação sobre esses metadados e expondo-os para coleta por outros provedores de serviços [...]” (IBICT [s.d.]), enquanto as instituições de ensino e pesquisa funcionam como provedores de dados.

Para que as instituições de ensino e pesquisa se integrem a BDTD não é obrigatória utilização de sistemas específicos para que desenvolvam suas bibliotecas digitais. Para tal, é exigida a adesão ao MTD-BR, desenvolvido pelo IBICT e adaptável aos padrões Dublin Core e ao *Electronic Theses and Dissertations Metadata Schema* (ETD-MS), e a instalação da camada do *Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting* (OAI-PMH) (IBICT, 2009).

3.3.2 REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS DE TESES E DISSERTAÇÕES

⁸ O Movimento de Acesso Aberto surgiu em 1999, com a criação do Open Access Initiative (OAI), na Convenção de Santa Fé, realizada no Novo México, em virtude da crise dos periódicos, iniciada em meados de 1980, devido à impossibilidade das bibliotecas universitárias e de pesquisa de manutenção de suas coleções de periódicos. A principal meta do OAI é contribuir para a transformação da comunicação científica (GUÉDON, 2006; KURAMOTO, 2006).

Para começar a tratar do Movimento de Acesso Aberto, também conhecido como Movimento de Acesso Livre, faz-se necessária a distinção entre os termos livre, que é relativo “ao modelo de negócio da revista gratuita”, e aberto, que se refere “à opção de uso do conteúdo, respeitando-se os direitos autorais dos envolvidos” (GUEDÓN, 2006, p. 21-22).

O Movimento de Acesso Aberto surgiu em 1999, com a criação do *Open Access Initiative* (OAI), na Convenção de Santa Fé, reunião de gestores de repositórios digitais realizada no Novo México em outubro de 1999, em virtude da crise dos periódicos, iniciada na década de 1970, objetivando a criação de “mecanismos tecnológicos para tornar interoperáveis os diferentes repositórios funcionando segundo a proposta *Open Archives*” (MARCONDES; SAYÃO, 2009, p. 15).

A crise dos periódicos encontrou seu ápice em 1980, devido à impossibilidade das bibliotecas universitárias e de pesquisa de atualização e manutenção de suas coleções de periódicos. A principal meta do OAI foi contribuir para a reestruturação da comunicação científica, para isso, foram definidos “aspectos técnicos e de suporte organizacional de uma estrutura de publicação científica aberta, na qual ambas, a camada comercial e livre, possam se estabelecer” (KURAMOTO, 2006, p. 94).

Os repositórios digitais, “forma de armazenamento de objetos digitais que tem a capacidade de manter e gerenciar material por longos períodos de tempo e prover acesso apropriado” (VIANA, ARELLANO, SHINTAKU, 2006 apud KURAMOTO, 2006, p. 93), surgiram como alternativa ao tradicional sistema de comunicação científica. No Brasil, os repositórios institucionais têm sido adotados como ferramenta para o depósito e acesso as teses e dissertações, são utilizados como alternativa para as bibliotecas digitais de teses e dissertações.

Na Convenção de Santa Fé foram definidas especificações técnicas e princípios administrativos para o estabelecimento de interoperabilidade entre os repositórios. São considerados essenciais para os repositórios digitais os seguintes componentes:

- Mecanismo de submissão;
- Sistema que permita armazenamento a longo prazo;
- Estabelecimento de política para gerenciamento da submissão e preservação dos documentos;
- Interface aberta que permita coleta de metadados dos arquivos submetidos.

Nessa convenção foi estabelecida, também, a existência dos provedores de dados (*data providers*) e dos provedores de serviço (*service providers*). Os provedores de serviço “são

instituições ou serviços de terceiros que implementam os serviços com valor agregado a partir dos dados coletados junto aos arquivos *e-prints*, ou repositórios digitais”, conforme visto. Os provedores de dados são os gestores dos repositórios digitais, devem apresentar as mesmas funcionalidades consideradas essenciais para os repositórios digitais, conforme apresentado no parágrafo acima (KURAMOTO, 2006, p. 94).

Para o modelo *Open Access* (OA) foi estabelecido um protocolo de comunicação denominado *Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting*, OAI-PMH, para possibilitar a realização da coleta de metadados.

Trata-se de um protocolo de comunicação que possibilita a coleta de metadados a partir de determinado provedor de dados. O provedor de serviços, para realizar a coleta de metadados, deve utilizar um programa chamado *Harvester* (mecanismo de colheita), o qual implementa esse protocolo, (...).O *Harvester*, ao visitar um provedor de dados, dialoga com o programa desse provedor, o qual deve estar preparado para atender a uma demanda do *Harvester* e expor os metadados solicitados por esse mecanismo de colheita (KURAMOTO, 2006, p. 95).

Para que seja possível a realização da coleta de metadados, tais metadados devem construir um padrão. O padrão mais utilizado pelos mecanismos de coleta de metadados é o padrão Dublin Core, porém o protocolo de comunicação OAI-PMH pode ser adaptado a qualquer padrão de metadados.

Guedón (2006) destaca que falta aos repositórios conquistar a confiabilidade de pesquisadores que buscam por informações.

Devem seguir não apenas as normas que garantem interoperabilidade, mas se estruturar para permitir que um pesquisador, recorrendo a uma seleção simples, esteja apto a separar os materiais revisados por pares do restante. O protocolo de coleta Iniciativa dos Arquivos Abertos/Protocolo para Coleta de Metadados (Open Archives Initiative – Protocol for Metadata Harvesting – OAI-PMH) é indispensável para essa tarefa, uma vez que permite aos repositórios serem coletados por mecanismos de busca especializados. (GUEDÓN, 2006, p. 62)

Outra questão, referente aos repositórios de Acesso Aberto, apontada pelo autor é a preservação digital, que se refere aos mecanismos que permitem a perenidade de dados digitais e seus conteúdos.

Leite (2009, p. 20) considera que os repositórios digitais podem ser de três tipos, a saber:

1. *repositórios institucionais*: voltados à produção intelectual de uma instituição, especialmente universidades e institutos de pesquisa [...];
2. *repositórios temáticos* ou *disciplinares*: voltados a comunidades científicas específicas. Tratam, portanto, da produção intelectual de áreas do conhecimento em particular. [...];

3. *repositórios de teses e dissertações (Electronic Theses and Dissertation – ETDs)*: repositórios que lidam exclusivamente com teses e dissertações. Muitas vezes a coleta das muitas ETDs é centralizada por um agregador. [...].

Marcondes e Sayão (2009, p. 9) definem repositório institucional como “uma biblioteca digital destinada a guardar, preservar e garantir livre acesso, via internet, à produção científica no âmbito de uma dada instituição”.

Indicadores a respeito de repositórios de Acesso Aberto podem ser obtidos no *site* denominado *Registry of Open Access Repositories* (ROAR), nele provedores de dados e de serviços inscrevem seus repositórios, indicando o *software* que utilizam. Em levantamento realizado neste *site* por Kuramoto (2006) em 23 de julho de 2006, o Brasil encontrava-se em quarto lugar em número de repositórios de acesso aberto. À sua frente estavam os EUA, em primeiro lugar, o Reino Unido, em segundo lugar, e a Alemanha, em terceiro lugar. Em pesquisa feita no ROAR em 02 de abril de 2013, o Brasil aparece em quinto lugar, com 132 repositórios. À frente do Brasil estão os EUA, em primeiro lugar, com 548 repositórios. O Reino Unido está em segundo lugar, com 249 repositórios. Em terceiro lugar está a Alemanha, com 188 repositórios, e o Japão aparece em quarto lugar, contando com 166 repositórios. Esses dados podem ser melhor visualizados no quadro abaixo.

Quadro 5: Ranking de países em número de repositórios

Posição	País	Número de repositórios
1	EUA	548
2	Reino Unido	249
3	Alemanha	188
4	Japão	166
5	Brasil	132

Fonte: o autor, com base em dados obtidos no site ROAR

De acordo com o *The Ranking Web of World Repositories*, iniciativa do *Cybermetrics Lab*, no ranking da América Latina de Repositórios Institucionais, em consulta realizada em 02 de abril de 2013, três repositórios brasileiros aparecem entre os dez primeiros, são eles: em primeiro lugar está o Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – LUME; a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo aparece em sexto lugar, e por último, em oitavo lugar, está a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Paraná (UFPR). No ranking mundial, estes repositórios aparecem respectivamente: o LUME da UFRGS está em vigésimo primeiro, a BDTD da USP aparece em nonagésimo quinto e a BDTD da UFPR está em centésimo quinquagésimo sétimo. Vale destacar que dos três repositórios, dois são Repositórios Institucionais de Teses e

Dissertações, evidenciando que é uma tendência das universidades brasileira à integração das bibliotecas digitais de teses e dissertações aos repositórios institucionais, o que pode ser visto no quadro a seguir.

Quadro 6: Posição dos repositórios brasileiros nos Rankings América Latina e Mundial

Repositório	Posição no Ranking América Latina	Posição no Ranking Mundial
LUME UFRGS	1°	21°
BDTD USP	6°	95°
BDTD UFPR	8°	157°

Fonte: o autor, com base em dados obtidos no site Ranking Web of Repositories

Björk (2005 apud MUELLER, 2006) classifica e descreve os mais importantes canais existentes atualmente para o acesso aberto em quatro tipos, são eles:

- Os periódicos científicos eletrônicos com avaliação por pares, com surgimento a partir da década de 90, apresentam características semelhantes as dos periódicos tradicionais, com a diferença de serem acessíveis sem pagamento;
- Os repositórios especializados em assuntos específicos, cujo objetivo é “disponibilizar textos que são apresentados em eventos e outros canais paralelos aos periódicos tradicionais e também artigos submetidos, mas ainda não publicados nos periódicos tradicionais” (MUELLER, 2006, p. 6);
- Os repositórios institucionais, que reúnem documentos produzidos na instituição, objetivando a memória institucional;
- O autoarquivamento realizado por autores em suas páginas pessoais, apontado por Björk (2005) como existentes desde o começo da utilização da web e como o mais difundido canal de acesso aberto ao conhecimento acadêmico atualmente.

4 DEPÓSITO LEGAL

O depósito legal pode ser compreendido como a exigência, definida por lei, de realização de entrega de um ou mais exemplares a instituição depositária de toda publicação produzida em um país, em qualquer suporte ou por qualquer processo (ALVES, 1987; LELLIS, 1989; MACHADO, 2003; CAMPELLO, 2006; GRIGS, PACHECO, 2010).

O objetivo intrínseco da lei de depósito legal é a formação, de uma coleção de obras, visando a preservação, difusão e desenvolvimento da língua e da cultura nacional. O objetivo primordial do depósito legal é a elaboração da bibliografia nacional (ALVES, 1987; MACHADO, 2003).

A primeira referência jurídica de depósito legal data de 1537, quando o rei Francisco I, da França, aprovou o *Ordonnance de Montpellier*, decreto que impôs a obrigatoriedade do depósito de livros, objetivando beneficiar a Real Biblioteca e outros órgãos oficiais, e proibiu a venda de qualquer livro sem que antes ao menos um exemplar fosse depositado. Esse decreto estabeleceu o conceito de depósito legal, que posteriormente se generalizou pela Europa, passando a ser adotado por diversos países, como: Grã-Bretanha (1610), Alemanha (1624), Suécia (1661), Dinamarca (1697), Finlândia (1702). Atualmente, diversos países possuem leis de depósito legal que asseguram a preservação das publicações produzidas em seus países (LELLIS, 1989; CAMPELLO, 2006; PACHECO, 2010).

O depósito legal surgiu como forma de concentrar e preservar a produção editorial do século XIV em um ou poucos centros de documentação. Com o advento da imprensa em meados do século XV, o depósito legal foi visto por muitos monarcas como meio de enriquecimento de suas coleções e controle e censura das publicações produzidas agora em larga escala (LELLIS, 1989; CAMPELLO, 2006).

O depósito legal, em sua origem, aplicava-se apenas a material bibliográfico, estendeu-se a itens normalmente colecionados por museus, atualmente inclui material audiovisual. Em alguns países, como a Espanha, o depósito legal compreende, também, conteúdos publicados em *websites*. (ALVES, 1987; MACHADO, 2003).

Tradicionalmente, o depósito legal está associado ao controle bibliográfico universal, cabendo às Bibliotecas Nacionais a coleta da produção nacional. Existem, no entanto, algumas agências que realizam o controle bibliográfico de áreas determinadas, reunindo sua produção. Como é o caso da área da saúde: nos EUA, a produção desta área está concentrada na *National Institutes of Health*; e, no Brasil e nos demais países da América Latina e do Caribe, a produção está concentrada na BIREME.

No Brasil, podemos destacar, ainda, outras instituições responsáveis pela produção técnico-científica de determinadas áreas, tais como: a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN)⁹, que concentra a produção das áreas de energia nuclear e elétrica, física e eletrônica; e, a Biblioteca Nacional de Agricultura (BINAGRI)¹⁰, que exerce a função de Depósito Legal da documentação agrícola produzida no Brasil, regulamentada pela Portaria nº 164/94.

Nas seções a seguir serão apresentadas as recomendações da UNESCO para elaboração de leis de depósito legal; o histórico da legislação de depósito legal no Brasil, desde a primeira lei até a lei atual; e, o depósito legal de teses e dissertações.

4.1 RECOMENDAÇÕES DA UNESCO PARA LEI DE DEPÓSITO LEGAL

Na década de 1970, deu início ao programa Controle Bibliográfico Universal (CBU), idealizado pela IFLA (*International Federation of Library Associations and Institutions*) e adotado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura), que objetivava integrar as iniciativas de controle bibliográfico em níveis nacionais para formação de um grande repertório global de controle e intercâmbio de informações bibliográficas (GRIGS; PACHECO, 2010; MACHADO, 2003).

No Congresso Internacional sobre Bibliografia Nacionais realizado em 1977, em Paris, considerando que muitos países não podiam assegurar um controle bibliográfico eficaz a partir do depósito voluntário das publicações editadas, a UNESCO recomendou que os países instituíssem leis de depósito legal (MACHADO, 2003).

Os princípios básicos da recomendação são os seguintes:

- o depósito deve ser obrigatório, não se recomendando esquemas voluntários de captação;
- deve constituir responsabilidade nacional, sem impedir que outras jurisdições tenham suas próprias leis;
- a coleção formada em decorrência do depósito legal deve ser de propriedade do Estado e a instituição depositária a responsável por sua **manutenção e preservação**;
- deve abranger todos os materiais produzidos, com exceção daqueles explicitamente excluídos da lei;
- os depositantes não devem receber pagamentos ou qualquer outra compensação pelo depósito;
- o acesso à coleção deve ser gratuito, sendo que taxas administrativas razoáveis podem ser cobradas em determinadas circunstâncias (CAMPELLO, 2006, p. 34, grifo nosso).

⁹ <http://www.cnen.gov.br/Default.asp>

¹⁰ <http://www.agricultura.gov.br/biblioteca>

A seguir serão apresentadas as recomendações feitas pela UNESCO acerca do da lei de depósito legal.

A lei de depósito legal deve garantir o desenvolvimento de uma coleção de materiais produzidos em diversos formatos; assegurar à população acesso às publicações do país; e, propiciar a reunião da bibliografia nacional, garantindo o controle bibliográfico da coleção. Tais objetivos devem estar esclarecidos no texto da lei (CAMPELLO, 2006).

A UNESCO recomenda que a instituição incumbida de produzir a bibliografia nacional seja definida na lei de depósito legal como instituição depositária, biblioteca ou instituição designada por lei para receber os materiais publicados no país, oriundos do depósito legal (CAMPELLO, 2006; ALMEIDA, 1989).

A lei de depósito abrange apenas as publicações nacionais, por se aplicar dentro dos limites geográficos de cada país. Em caso de interesse em adquirir materiais publicados no exterior, faz-se necessário a utilização de outras formas de captação, tais como compra ou permuta “Razões de ordem prática, como espaço, recursos humanos e tecnológicos, podem levar à definição de limites na captação de documentos e, segundo as recomendações, esses limites nunca devem incidir sobre o conteúdo da publicação”. A UNESCO recomenda alguns critérios para exclusão da captação da publicação, como: material com número de páginas reduzido, tiragem reduzida e material de duração efêmera (CAMPELLO, 2006, p. 36).

A legislação de depósito legal deve definir o depósito de pelo menos 02 exemplares, sendo um para acesso e outro para a preservação do material. Recomenda-se que a lei considere “a capacidade da instituição depositária para abrigar e tratar adequadamente o material captado” (CAMPELLO, 2006, p. 39).

A UNESCO recomenda que o depósito seja realizado o mais rápido possível, respeitando o prazo de até um mês após a publicação. “Esse prazo leva em consideração o objetivo primário do depósito legal, que é a compilação da bibliografia nacional, com a finalidade de divulgar a produção intelectual do país e, cuja distribuição, portanto, não deve ser atrasada” (CAMPELLO, 2006, p. 39).

Atualmente, a legislação de depósito legal define o editor como o responsável pelo depósito. No entanto, a responsabilidade já foi atribuída ao impressor, ao editor, ao autor e ao distribuidor. É recomendado que os proprietários ou os distribuidores ou os indivíduos e instituições que produzem, publicam e disponibilizam o material sejam os responsáveis pelo seu depósito (GRIGS; PACHECO, 2010; CAMPELLO, 2006).

Para que a lei de depósito legal seja efetiva, faz-se necessário o estabelecimento de uma forma de controle de seu cumprimento, com penalidades previstas para os infratores. “O

método recomendado pela UNESCO, em 1977, foi a vinculação do depósito ao fornecimento dos números ISBN e ISSN” (CAMPELLO, 2006, p. 40). É recomendada a realização de campanhas que esclareçam aos responsáveis pelo depósito sobre a importância do depósito legal, que possibilita a preservação dos itens depositados em longo prazo e concede visibilidade aos mesmos pela bibliografia nacional.

4.2 DEPÓSITO LEGAL NO BRASIL

No Brasil, existem, desde 1805, dispositivos semelhantes ao depósito legal, quando as tipografias portuguesas eram obrigadas a enviar exemplares de suas publicações para a Real Biblioteca. A primeira legislação, no entanto, data de 12 de novembro, quando José Bonifácio, em nome do governo imperial, determinou que a Tipografia Nacional enviasse à Biblioteca Imperial e Pública da Corte, atual Biblioteca Nacional, um exemplar de todas as obras, folhas periódicas e volantes lá impressos (ALVES, 1987; LELLIS, 1989; CAMPELLO, 2006; GRIGS, PACHECO, 2010).

Este primeiro ato, determinando o depósito de obras no Brasil independente, vinha precedido de outras determinações no mesmo sentido, quando a Biblioteca ainda se encontrava em Portugal. O ato de D. Maria I, de 08 de junho de 1798, obrigava ao depósito as obras da Imprensa Régia, e o Alvará de 12 de setembro de 1805, já assinado pelo Príncipe Regente, estende a obrigatoriedade de depósito a todas as oficinas tipográficas nacionais (ALVES, 1987, p. 38).

A primeira determinação foi aperfeiçoada pelo decreto nº 433, de 03 de junho de 1847, que determinava que as tipografias da corte enviassem um exemplar de todos os seus impressos para a Biblioteca Nacional e às bibliotecas públicas das capitais. Em 1853, o decreto de 1847 foi regulamentado por decreto que ameaçava os infratores com penas de prisão por 06 dias a 02 meses no caso do não cumprimento da determinação. Em virtude do não cumprimento dos decretos anteriores, foi expedido, em 1865, um aviso concedendo à Polícia a atribuição de aplicação das punições aos infratores (ALVES, 1987).

Em 20 de dezembro de 1907 foi promulgado o decreto nº 1.825, o primeiro da República, que regulou o depósito legal no Brasil, instituindo a Biblioteca Nacional como sua única beneficiária. Esse decreto foi atualizado por instruções em 1922 e 1930 (LELLIS, 1989, PACHECO, 2010).

Alguns estudos e projetos para a atualização da lei foram elaborados, segundo Alves (1987), tais como:

- Em 1942, Simões dos Reis propôs que nenhuma tipografia distribuisse tiragem de obra antes que o editor ou autor realizasse depósito legal da mesma;
- Em 1970, grupo de trabalho criado por Adonias de Aguiar Filho propõe projeto de decreto alterando a multa para 10 vezes o valor comercial da obra;
- Em 1971, Jarbas Gonçalves Passarinho, então Ministro da Cultura, submeteu anteprojeto de lei estendendo o depósito legal a documentos audiovisuais e gravações sonoras; tornando responsáveis pelo depósito editores ou produtores, impressores, autores e distribuidores; definindo a Biblioteca Nacional e o Instituto Nacional do Livro instituições depositárias; concedendo obrigações à Biblioteca Nacional e ao IBBD de elaboração de bibliografias geral e especializadas;
- Em abril de 1982, Célia Ribeiro Zaher, então diretora da Biblioteca Nacional, liderou grupo de estudos para adaptação do anteprojeto de lei anterior. Esse grupo de estudos criou novo anteprojeto que foi encaminhado em abril de 1984 à Ministra da Cultura, através da Secretária de Cultura, esse anteprojeto, além das proposições do anteprojeto anterior, inclui “publicações em suporte físico resultantes de qualquer processo técnico de produção” (p. 41);
- Em 1985, Álvaro Vale, então deputado, elaborou o projeto de lei nº 5.529/85, baseado no projeto de lei elaborado pela Biblioteca Nacional.

Em 14 de dezembro de 2004, quase 100 anos depois, o decreto de 1907 foi revogado e substituído pela Lei nº 10.994, que determina que seja entregue à Biblioteca Nacional, um ou mais exemplares de toda publicação editada ou distribuída no país. A lei explicita que a finalidade do depósito é de registro e guarda da produção intelectual brasileira, objetivando a elaboração da bibliografia nacional. Em 14 de janeiro de 2010, foi promulgada a lei nº 12.192, que dispõe sobre o depósito legal de obras musicais na Biblioteca Nacional (PACHECO, 2010).

A nova lei de depósito legal brasileira objetiva, conforme disposto no art. 1º, “assegurar o registro e a guarda da produção intelectual nacional, além de possibilitar o controle, a elaboração e a divulgação da bibliografia brasileira corrente, bem como a defesa e a preservação da língua e cultura nacionais” e define como instituição depositária a Biblioteca Nacional (BRASIL, 2004).

De acordo com a lei nº 10.994, os materiais captados pelo depósito legal as publicações produzidas e distribuídas no país. São materiais isentos de obrigatoriedade de depósito legal, de acordo com a lei brasileira: publicações com fins publicitários, cartazes de

material de propaganda, publicações fotocopiadas de material editado, calendários e agendas escolares, agendas, recortes de jornais, publicações no prelo, convites e folders, dissertações e teses universitárias. A lei brasileira não esclarece sobre a quantidade de exemplares a serem depositados, no entanto, na página da Biblioteca Nacional sobre depósito legal, informa que deve ser realizado depósito de 01 exemplar da publicação. (BRASIL, 2004; FUNDAÇÃO..., 2006).

A lei brasileira estabelece o prazo de 30 dias para depósito de publicações e define como penalidade: multa de até 100 vezes o valor comercial da obra; apreensão de exemplares em número suficiente para atender ao depósito legal, no caso do não cumprimento. A lei define, ainda, o impressor como o depositante, cabendo ao seu editor e ao autor verificar a efetivação do depósito (BRASIL, 2004).

Cabe destacar que, assim como existe o depósito legal para assegurar o controle bibliográfico e acesso da produção nacional publicada, existem: os repositórios institucionais para garantir a guarda, preservação e livre acesso da produção intelectual dos pesquisadores das IES e das instituições de pesquisa; os repositórios temáticos ou disciplinares, que cobrem a produção intelectual de áreas do conhecimento em particular; e os repositórios e teses e dissertações e as BDTDs locais para garantir a guarda e divulgação das teses e dissertações produzidas pelos cursos de pós-graduação. No quadro abaixo, será apresentado o resumo das principais recomendações da UNESCO para elaboração de lei de depósito legal, assim como, o resumo das mais importantes determinações da lei de depósito legal brasileira.

Quadro 7: Recomendações da UNESCO e lei de depósito legal brasileira

	Recomendações da UNESCO	Lei de depósito legal brasileira
Objetivos	Garantir o desenvolvimento de uma coleção de materiais produzidos em diversos formatos; assegurar à população acesso às publicações do país; e, propiciar a reunião da bibliografia nacional, garantindo o controle bibliográfico da coleção	Assegurar o registro e a guarda da produção intelectual nacional, além de possibilitar o controle, a elaboração e a divulgação da bibliografia brasileira corrente, bem como a defesa e a preservação da língua e cultura nacionais
Instituição depositária	Instituição incumbida de produzir a bibliográfica nacional	Biblioteca Nacional
Material captado	Apenas as publicações nacionais	Todas as publicações produzidas em território nacional
Quantidade de exemplares	02 exemplares: um para acesso ou para preservação	Não esclarece a quantidade de exemplares
Prazo para depósito	Até 01 mês	30 dias
Responsável pelo depósito	Os proprietários ou os distribuidores ou os indivíduos e instituições que produzem, publicam e disponibilizam	Impressor, cabendo ao editor e ao autor verificar a efetivação do depósito
Forma de controle do cumprimento da lei	Vinculação do depósito ao fornecimento dos números ISBN e ISSN	Multa de até 100 vezes o valor comercial da obra; apreensão de exemplares

Fonte: o autor, com base em Campello (2006) e lei n° 10.994 (BRASIL, 2004).

4.3 DEPÓSITO LEGAL DE TESES E DISSERTAÇÕES

Apesar dos critérios recomendados pela UNESCO excluïrem as teses e dissertações da captação pelo depósito legal por se tratarem de materiais com tiragem reduzida e por não serem destinadas à distribuição ou venda, a Biblioteca Nacional, no período entre 1972 e 1994, era responsável pelo depósito legal das teses e dissertações, conforme mencionado na seção 3.3. O depósito parou de ser realizado devido à falta de espaço para armazenamento das teses e dissertações, além disso, em 1994, durante o VIII SNBU, as universidades deliberaram que a guarda desta produção passaria a ser de responsabilidade das IES onde os trabalhos foram produzidos. Posteriormente, com a criação dos repositórios digitais e a promulgação da nova lei do Depósito Legal, essa decisão foi ratificada, uma vez que esta especifica que o depósito legal incide sobre materiais impressos para distribuição ou venda (SEMINÁRIO..., 1994).

Em relação ao depósito legal de teses e dissertações, cabe destacar, ainda, a lei de depósito legal portuguesa, que através do decreto-lei n° 362, de 28 de outubro de 1986, determina o depósito, na Biblioteca Nacional, de teses e dissertações de mestrado e doutorado

e de dissertações destinadas às provas de aptidão científica e pedagógica das carreiras docentes do ensino superior.

A lei de depósito legal portuguesa considera que “[...] a Biblioteca Nacional é a instituição que histórica e legalmente assegura a conservação, tratamento e difusão do patrimônio documental produzido em Portugal ou considerado de interesse para a cultura portuguesa; [...]”, e que as teses e dissertações “representam papel importante no patrimônio cultural e científico português” (PORTUGAL, 1986).

O decreto-lei determina o depósito de um (01) exemplar

- a) Das teses de doutoramento e de mestrado, bem como dos trabalhos de síntese destinados às provas de aptidão pedagógica e capacidade científica previstas no Estatuto da Carreira Docente Universitária;
- b) Dos estudos e dissertações a apresentar pelos candidatos aos concursos para provimento dos lugares de professor-adjunto e professor-coordenador da carreira do pessoal docente do ensino superior politécnico (PORTUGAL, 1986).

O decreto-lei estabelece, ainda, que a responsabilidade pelo depósito das teses e dissertações incide sobre as instituições de ensino superior onde o material foi produzido.

5 ESTUDO DE CASO DA ÁREA LETRAS E LINGUÍSTICA

Um dos fundamentos essenciais para a realização de um trabalho científico é a escolha metodológica, “que se constitui na seleção de procedimentos sistemáticos e/ou estratégias de pesquisa para descrição e explicação de uma determinada situação de estudo” (CALAZANS, 2007, p. 39).

A estratégia metodológica escolhida para a realização dessa pesquisa foi o estudo de caso. “O estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, [...]” (YIN, 2010, p.39). Para Yin (2010, p. 25), “o método do estudo de caso permite que os investigadores retenham características holísticas e significativas dos eventos da vida real”.

Para Martins (2008, p.xi), o estudo de caso constitui-se uma avaliação qualitativa, que tem por objetivo a descrição e interpretação dos fatos e fenômenos sociais em oposição à avaliação quantitativa que objetiva a medição, pois “trata-se de uma investigação empírica que pesquisa fenômenos dentro de seu contexto real (pesquisa naturalística), onde o pesquisador não tem controle sobre eventos e variáveis, buscando compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto”.

Alguns autores consideram o estudo de caso como uma estratégia de pesquisa, outros o consideram um método de pesquisa e há ainda os que o consideram como uma abordagem de pesquisa (CALAZANS, 2007). Nessa pesquisa, consideramos o estudo de caso como uma estratégia de pesquisa.

Segundo Yin (2010), os estudos de caso podem ser exploratórios, descritivos ou explanatórios. Três condições devem ser consideradas antes da decisão da utilização do estudo de caso como estratégia de pesquisa, são elas: o tipo de questão de pesquisa proposta, os estudos de caso normalmente visam responder questões do tipo “como” e “porque”; a dimensão do controle que o pesquisador tem sobre os acontecimentos comportamentais concretos, nessa estratégia o investigador não tem controle sobre os eventos e variáveis; e o grau de enfoque nos fenômenos contemporâneos.

De acordo com Calazans (2007, p.45), “um caso pode ser um objeto ou processo, teórico, empírico ou ambos. No mínimo é um fenômeno específico no tempo e espaço”. Para a utilização da estratégia do estudo de caso deve-se selecionar a unidade de análise. Os estudos de caso podem ser únicos ou múltiplos, dependendo da quantidade de unidades de análise.

Os estudos de casos múltiplos são utilizados em mais de uma unidade de análise e utilizam a lógica da replicação e não da amostragem, onde cada caso deve ser selecionado para: prognosticar resultados análogos, replicação literal; fornecer resultados contrastantes por causas previsíveis, replicação teórica (CALAZANS, 2007).

Yin (2010, p.71-72) aponta cinco justificativas para a utilização do estudo de caso único:

- 1) “quando representa o caso crítico no teste de uma teoria bem-formulada”;
- 2) quando o caso é raro ou peculiar;
- 3) quando o caso é representativo ou típico, “[...], o objetivo é captar as circunstâncias e as condições de uma situação diária ou de um lugar-comum”;
- 4) quando o caso é revelador, “[...] quando um investigador tem a oportunidade de observar e analisar um fenômeno previamente inacessível à investigação da ciência social”;
- 5) quando o caso é longitudinal, ou seja, “o estudo de um mesmo caso único em dois ou mais pontos diferentes do tempo”.

Nessa pesquisa, foi realizado o estudo de caso único da área “Letras / Linguística”, considerado como caso representativo. Esta área divide-se em duas subáreas de avaliação, são elas: Letras e Linguística. Cabe destacar que a área “Letras/Linguística” representa 4,05% do total dos cursos de pós-graduação existentes no país, o que pode ser verificado no quadro a seguir, bem como, o total de programas e cursos de mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado por área de avaliação.

Quadro 8: Área: Letras / Linguística

ÁREA DE AVALIAÇÃO	Programas de pós-graduação					Totais de Cursos de pós-graduação			
	Total	M	D	MP	M/D	Total	M	D	MP
<u>LETRAS</u>	108	45	1	3	59	167	104	60	3
<u>LINGUÍSTICA</u>	34	11	0	3	20	54	31	19	3
Brasil:	142	56	1	6	79	221	178	135	6

Fonte: CAPES, 2013.

Ambas as áreas de avaliação dessa grande área da CAPES foram escolhidas para o desenvolvimento da pesquisa, em função da sua subordinação às ciências humanas, área pouco estudada.

De acordo com Kuhn (2000), a evolução da ciência se dá através da mudança de paradigmas, isso ocorre quando o paradigma vigente é substituído por outro que é capaz de superar as dificuldades e resolver os problemas do paradigma anterior. Paradigma pode ser compreendido como um conjunto de técnicas comum aos membros de uma comunidade científica e compreendem realizações

[...] suficientemente sem precedentes para atrair um grupo de partidários, afastando-os de outras formas de atividade científica dissimilares. Simultaneamente, [...] suficientemente abertas para deixar toda a espécie de problemas para serem resolvidas pelo grupo redefinido de praticantes da ciência (KUHN,2000, p. 30).

Para Kuhn (2000), existe um longo período de crise entre o paradigma antigo e o novo, período esse destinado a formulação de um novo paradigma, enquanto Barcker (1999) considera que antes que o paradigma vigente entre em colapso, outro já está sendo desenvolvido. Côrtes (2006, p. 35), concordando com Kuhn (2000), aponta que “a difusão do conhecimento é de fundamental importância para que novos paradigmas sejam conhecidos, possibilitando sua confirmação ou sua contestação”.

Segundo Line (2000) as ciências humanas e sociais contam com serviços de informação deficientes, ocasionados pela falta de terminologia especializada e pela falta de organização da área, o que dificulta a localização e identificação da produção científica. Guédon (2006) complementa, apontando que as ciências sociais e humanas contam com particularidades que as diferem das ciências exatas, e dessa forma devem ser analisadas de acordo com termos específicos. De acordo com Guédon (p. 23)

Editar uma publicação monográfica (livro, dissertação, teses, etc.) é o ápice para um professor de ciências humanas e sociais (CHS). Nas ciências da vida (CV) e nas engenharias, nas ciências exatas e da terra (Ecet), por sua vez, os artigos científicos dominam em detrimento dos livros, que desempenham papel secundário, [...].

A partir de Kuhn (2000), Line (2000) e Guédon (2006) observamos a diferença entre as ciências exatas e as ciências humanas e sociais. Enquanto as ciências exatas são marcadas pela existência de um paradigma dominante. Nas ciências humanas e sociais, os paradigmas coexistem, motivo pelo qual podemos inferir ser a causa da falta de preocupação com o controle bibliográfico nessas áreas, fazendo com que seus pesquisadores não considerem necessário ter o conhecimento de tudo o que é produzido, limitando-se apenas a pesquisar o paradigma com o qual trabalha. Line (2000) acrescenta que os cientistas humanos sociais não se preocupam em pesquisar para obter a cobertura razoável de um tópico, devido a dificuldade de localizar informações e porque não consideram importante se perderem alguma coisa.

A subárea de avaliação Letras compreende as seguintes especialidades: Língua Portuguesa, Línguas Estrangeiras Modernas, Línguas Clássicas, Línguas Indígenas, Teoria Literária, Literatura Brasileira, Outras Literaturas Vernáculas, Literaturas Estrangeiras Modernas, Literaturas Clássicas e Literatura Comparada, é composta por 108 programas de mestrado / doutorado, representando 2,9% do total de cursos de pós-graduação no país, dispostos em 45 programas de mestrado, 03 programas de mestrado profissional, 01 programa de doutorado e 59 programas de mestrado e doutorado, o que pode ser verificado no quadro disposto no anexo A.

A subárea Linguística compreende as seguintes especialidades: Teoria e Análise Linguística, Fisiologia da Linguagem, Linguística Histórica, Sociolinguística e Dialectologia, Psicolinguística e Linguística Aplicada, é composta por 34 programas de mestrado/doutorado, o que representa 0,9% do total de programas de pós-graduação, assim dispostos: 12 programas de mestrado acadêmico, 03 de mestrado profissional e 19 de mestrado acadêmico e doutorado, o que pode ser verificado no quadro a seguir.

Quadro 9: Área: Linguística

PROGRAMA	IES	UF	NOTA		
			M	D	MP
<u>CIÊNCIAS DA LINGUAGEM</u>	UNIVAS	MG	3	-	-
<u>CIÊNCIAS DA LINGUAGEM</u>	UNICAP	PE	3	-	-
<u>CIÊNCIAS DA LINGUAGEM</u>	UNIR	RO	3	-	-
<u>ENSINO DE LÍNGUAS</u>	UNIPAMPA	RS	-	-	3
<u>ESTUDOS DA LINGUAGEM</u>	PUC-RIO	RJ	5	5	-
<u>ESTUDOS DE LINGUAGEM</u>	UFF	RJ	5	5	-
<u>ESTUDOS LINGÜÍSTICOS</u>	UEFS	BA	3	-	-
<u>ESTUDOS LINGÜÍSTICOS</u>	UFU	MG	4	4	-
<u>ESTUDOS LINGÜÍSTICOS</u>	UFFS	SC	3	-	-
<u>ESTUDOS LINGÜÍSTICOS</u>	UNESP/SJRP	SP	5	5	-
<u>LETRAS</u>	UCPEL	RS	5	5	-
<u>LETRAS ESTRANGEIRAS MODERNAS</u>	UEL	PR	-	-	3
<u>LINGÜÍSTICA</u>	UESB	BA	3	-	-
<u>LINGÜÍSTICA</u>	UFC	CE	4	4	-
<u>LINGÜÍSTICA</u>	UNB	DF	4	4	-
<u>LINGÜÍSTICA</u>	UFES	ES	3	-	-
<u>LINGÜÍSTICA</u>	UFJF	MG	4	4	-

PROGRAMA	IES	UF	NOTA		
			M	D	MP
<u>LÍNGUÍSTICA</u>	UNEMAT	MT	3	-	-
<u>LINGÜÍSTICA</u>	UFPB/J.P.	PB	4	4	-
<u>LINGÜÍSTICA</u>	UFRJ	RJ	5	5	-
<u>LINGÜÍSTICA</u>	UFSC	SC	6	6	-
<u>LINGÜÍSTICA</u>	UFSCAR	SP	4	4	-
<u>LINGÜÍSTICA</u>	USP	SP	7	7	-
<u>LINGÜÍSTICA</u>	UNICAMP	SP	7	7	-
<u>LINGÜÍSTICA</u>	UNICSUL	SP	3	-	-
<u>LINGÜÍSTICA</u>	UNIFRAN	SP	3	-	-
<u>LINGÜÍSTICA APLICADA</u>	UNB	DF	3	-	-
<u>LINGÜÍSTICA APLICADA</u>	UNISINOS	RS	4	4	-
<u>LINGÜÍSTICA APLICADA</u>	UNICAMP	SP	6	6	-
<u>LINGÜÍSTICA APLICADA</u>	UNITAU	SP	3	-	-
<u>LINGÜÍSTICA APLICADA E ESTUDOS DA LINGUAGEM</u>	PUC/SP	SP	5	5	-
<u>LINGÜÍSTICA E ENSINO</u>	UFPB/J.P.	PB	-	-	4
<u>LINGÜÍSTICA E LETRAS</u>	PUC/RS	RS	5	5	-
<u>LINGÜÍSTICA E LÍNGUA PORTUGUESA</u>	UNESP/ARAR	SP	6	6	-

Fonte: CAPES, 2013.

Para a realização do estudo de caso foram utilizadas duas técnicas para coleta de dados: a pesquisa documental, levantamento de documentos contemporâneos e/ou retrospectivos, considerados cientificamente legítimos; e o questionário, técnica de investigação composta por questões apresentadas por escrito que objetivam complementar os dados recolhidos a partir da pesquisa documental. As técnicas utilizadas para coleta de dados serão apresentadas e descritas nas seções a seguir.

5.1 PESQUISA DOCUMENTAL

A pesquisa documental foi realizada a partir do levantamento de leis, portarias e projetos de leis que tratam ou abordam a divulgação e acesso, bem como, a preservação e salvaguarda das teses e dissertações das instituições de ensino superior brasileiras, os documentos encontrados através da pesquisa documental são os seguintes: Portaria nº13, da

CAPES; a Tabela de Temporalidade de Documentos de Arquivo Relativo às Atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior; Projeto de lei nº 1.120/2007; e, projeto de lei do Senado nº 387/2011.

Apesar das primeiras iniciativas, ainda que isoladas, para controle e divulgação de teses e dissertações terem iniciado no final da década de 1960, não existia nenhuma lei que regulamentasse esse processo, conforme visto na seção 3.3.

A primeira lei a tratar do assunto foi a Portaria nº 13, de 15 de fevereiro de 2006, que instituiu a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos, da CAPES. Essa portaria foi desenvolvida levando em consideração as manifestações do Conselho Técnico-Científico em 2005, “indicando que a produção científica discente é um relevante indicador da qualidade dos programas de mestrado e doutorado, não aferível apenas através da publicação seletiva nos periódicos especializados [...]” (BRASIL, 2006).

Art. 1º Para fins do acompanhamento e avaliação destinados à renovação periódica do reconhecimento, os programas de mestrado e doutorado deverão instalar e manter, até 31 de dezembro de 2006, arquivos digitais, acessíveis ao público por meio da Internet, para divulgação das dissertações e teses de final de curso.

§1º Os programas de pós-graduação exigirão dos pós-graduandos, a entrega de teses e dissertações em formato eletrônico, simultânea à apresentação em papel, para atender ao disposto neste artigo.

§2º Os arquivos digitais disponibilizarão obrigatoriamente as teses e dissertações defendidas a partir de março de 2006.

§3º A publicidade objeto deste artigo poderá ser assegurada mediante publicação através de sítio digital indicado pela CAPES, quando o programa não dispuser de sítio próprio (BRASIL, 2006, grifo nosso).

O artigo 1º da portaria determina um prazo até 31 de dezembro de 2006 aos programas de mestrado e doutorado para instalação e manutenção de arquivos digitais acessíveis ao público através da internet que permitissem a divulgação das teses e dissertações defendidas a partir de março de 2006. Determina, ainda, que os programas de pós-graduação passem a exigir de seus alunos a entrega das teses e dissertações em formato eletrônico, bem como, a cópia impressa. Esse artigo determina, também, que caso o programa não disponha de sítio próprio, a divulgação das teses e dissertações poderá ser realizada através de publicação em sítio digital indicado pela CAPES. É importante destacar que a Portaria determina que seja entregue uma cópia impressa das teses e dissertações, sem definir, no entanto, o local onde as mesmas devem ser recebidas e armazenadas.

O artigo 2º trata da avaliação dos programas de pós-graduação e ordena que a ausência de depósito de alguma obra deve ser justificada, quando do envio de relatórios para avaliação e acompanhamento do programa, desde que a mesma seja “motivada pela proteção de sigilo industrial ou ético” (BRASIL, 2006).

O artigo 3º aborda o acesso às teses e dissertações, e regulamenta que, para fins de avaliação e acompanhamento dos programas de pós-graduação, “serão ponderados o volume e a qualidade das teses e dissertações publicadas, além de dados confiáveis sobre a acessibilidade e possibilidade de *download*” (BRASIL, 2006).

No artigo 4º está disposto que uma lista dos arquivos, ordenada por área do conhecimento, será divulgada pela CAPES em seu sítio digital (BRASIL, 2006). A CAPES possui, em seu site, como um de seus serviços o Banco de Teses, parte do Portal de Periódicos da CAPES/MEC, que objetiva simplificar o acesso a teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação brasileiros. O Banco de Teses disponibiliza ferramenta de busca, que permite pesquisa por título, autor ou palavra-chave, e consulta a resumos de teses e dissertações defendidas a partir de 1987.

O artigo 5º discorre sobre a obrigatoriedade da divulgação de teses e dissertações, determinando que trabalhos financiados com verba pública, sejam através de bolsas de estudo ou por auxílios concedidos ao Programa, torna obrigatório ao mestre ou doutor a apresentação dos mesmos aos membros da sociedade que proporcionou sua realização. No entanto, a Portaria não apresenta como deve ser realizada a divulgação de teses e dissertações com conteúdo sigiloso.

Vale ressaltar que a Portaria nº 13 aborda a divulgação e o acesso às teses e dissertações, entretanto, não trata da preservação e salvaguarda das mesmas, pressupostos para acesso ao material.

Em relação ao destino e preservação das teses e dissertações impressas, destaca-se a Tabela de Temporalidade de Documentos de Arquivo Relativo às Atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, que institui os prazos de guarda dos documentos produzidos pelas IFES, aprovada pela Portaria nº 092/2011, de 23 de setembro de 2011, a qual determina que as teses e dissertações são documentos de guarda permanente, e portanto, não devem ser descartados.

Ainda sobre a divulgação e acesso às informações e conhecimentos produzidos nas instituições de ensino superior, assim como as teses e dissertações, destaca-se o projeto de lei

nº 1120/2007¹¹, que dispõe sobre o processo de disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de ensino superior no Brasil e dá outras providências. Esse projeto de lei obriga que as instituições públicas de ensino superior construam repositórios institucionais para depósito da produção técnico-científica do corpo discente e docente. Esse projeto de lei foi arquivado em 2011 e o autor, Rodrigo Rollemberg, apresentou novo projeto de lei do Senado nº 387/2011¹², com alguns ajustes e inclusões de parágrafos ao texto original de 2007, mas sem os problemas identificados pela Comissão Técnica. Atualmente, o projeto está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aguardando a designação do relator. Um resumo da legislação brasileira sobre teses e dissertações será apresentado no quadro abaixo.

Quadro 10: Legislação sobre teses e dissertações

	Portaria nº13, CAPES	Tabela de Temporalidade	Projeto de lei nº1120	Projeto de lei nº387
Ano de elaboração	2006	2011	2007	2011
Principais determinações	Divulgação digital de teses e dissertações; entrega obrigatória em formato eletrônico e impresso das teses e dissertações; justificativa em caso de ausência de depósito; obrigatoriedade de depósito de trabalhos financiados com verba pública	Teses e dissertações são documentos de guarda permanente	Construção de RI nas IES para depósito da produção técnico-científica dos docentes e discentes	Construção de RI nas IES para depósito da produção técnico-científica dos docentes e discentes

Fonte: o autor, com base em Portaria nº13 (2006), Tabela de temporalidade (2011), Projeto de lei nº1120 (2007), Projeto de lei nº397 (2011).

5.2 QUESTIONÁRIO

Após a escolha do estudo de caso, a área Letras/Linguística, foram elaborados dois questionários, um destinados às bibliotecas universitárias e o outro aos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Os questionários foram desenvolvidos a fim de investigar e responder às questões relacionadas aos objetivos específicos dessa pesquisa. O questionário destinado aos programas de pós-graduação *stricto sensu* é composto de 20 questões. O questionário destinado às bibliotecas universitárias é composto de 23 questões, o que pode ser verificado no apêndice C. Ambos os questionários são compostos de questões fechadas,

¹¹ O projeto lei pode ser acessado na íntegra através do link a seguir:

<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/461698.pdf>

¹² O projeto lei do Senado pode ser acessado na íntegra através do link a seguir:

<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=93151&tp=1>

dicotômicas, com duas opções de resposta, e múltipla escolha, e de questões abertas, com informações claras e precisas sobre as questões, que conduziram o informante a respondê-las livremente.

Os questionários foram enviados através de e-mail, para isso foi realizado um levantamento dos e-mails dos programas de pós-graduação e das bibliotecas, nos sites dos programas de pós-graduação, nos sites das universidades e nos sites das bibliotecas, o que pode ser visto no apêndice A.

Para atender os objetivos propostos nesse estudo, após a coleta, formatação e análise dos dados, apresentamos nessa seção os resultados encontrados a partir dos questionários respondidos.

Na tabulação desses resultados algumas considerações se fazem necessárias quanto às respostas.

Os questionários foram enviados para 142 programas de mestrado e/ou doutorado, destes 15 responderam, representando um total de 10,6% dos programas de pós-graduação selecionados para a pesquisa. Da mesma forma, também foram enviados questionários para 142 bibliotecas universitárias, 30 responderam, o que representa 21,1% do total de bibliotecas selecionadas para a pesquisa.

Cabe destacar algumas particularidades de duas respostas recebidas: a primeira, de um dos programas de pós-graduação que estava em fase de implementação, portanto, não poderia responder ao questionário, pois, até o momento, não havia ocorrido defesas. Dessa forma, o programa não dispunha de teses e/ou dissertações para divulgação e guarda; a outra, uma das bibliotecas que possuía como norma não participar de pesquisas.

Os primeiros questionários foram enviados em 21 de janeiro de 2014 para os programas de pós-graduação com cursos de mestrado e/ou doutorado em Linguística e para as bibliotecas universitárias que atendem a esses cursos nas respectivas instituições. Os questionários para os programas de pós-graduação com cursos de mestrado e/ou doutorado em Letras e para as bibliotecas universitárias que atendem a esses cursos nas respectivas instituições foram enviados em 10 de março de 2014. As respostas para ambos os questionários foram recebidas até 18 de abril de 2014.

Para melhor entendimento dos resultados, as respostas dos questionários enviados aos programas de pós-graduação *stricto sensu* e as respostas dos questionários enviados às bibliotecas universitárias serão apresentadas em seções separadas. Dentro dessas seções, para melhor entendimento dos resultados, as respostas serão apresentadas de acordo com os parâmetros utilizados para a elaboração das perguntas, conforme exposto na seção anterior e

no apêndice B. Em seguida, em nova seção, as respostas de ambos os questionários serão comparadas.

5.2.1 DIMENSÃO E VARIÁVEIS UTILIZADAS PARA ELABORAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

Foram elaboradas perguntas relacionadas à dimensão depósito legal, a qual se relaciona com o conceito de controle bibliográfico. Essa dimensão foi dividida em variáveis, também baseadas em conceitos e parâmetros do controle bibliográfico, que pretendemos investigar, tais como: fluxo operacional, suporte, armazenamento, preservação e acesso, o que pode ser verificado no apêndice B. Essa seção destina-se a esclarecer e definir essas variáveis.

Depósito legal é a exigência, definida por lei, de realização de entrega de um ou mais exemplares a instituição depositária de toda publicação produzida em um país, em qualquer suporte ou por qualquer processo (ALVES, 1987; LELLIS, 1989; MACHADO, 2003; CAMPELLO, 2006; GRIGGS, PACHECO, 2010). Outras definições e informações detalhadas sobre os objetivos, histórico e legislação de depósito legal podem ser obtidas no seção 4.

Fluxo operacional, para fins dessa pesquisa, pode ser entendido como o caminho percorrido pelas teses e dissertações desde o recebimento pelas bibliotecas ou programas de pós-graduação até o momento de seu armazenamento e/ou disponibilização para acesso.

Suporte pode ser definido como

Objeto material, ou dispositivo, sobre o qual, ou no qual se encontram representados os dados ou informações; suporte de dados, suporte físico da informação, suporte material da informação. [...]. Material (ou dispositivo) ativo ou passivo que pode memorizar uma informação ou restituí-la quando necessário; suporte dados (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 352).

Armazenamento pode ser definido como a manutenção ou guarda de documentos em locais predeterminados e seguros (CUNHA; CAVALCANTI, 2008; REITZ, 2004-2014). Consideramos como armazenamento, os métodos utilizados para guarda da produção de teses e dissertação pelos programas de pós-graduação e bibliotecas universitárias brasileiras.

Preservação pode ser compreendida como conjunto de

Medidas empreendidas com a finalidade de proteger, cuidar, manter e reparar ou restaurar os documentos. [...]. Definição de critérios adequados de armazenamento e uso de documentos, em condições ambientais ótimas para sua guarda, evitando-se, dessa forma, os danos (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p.290).

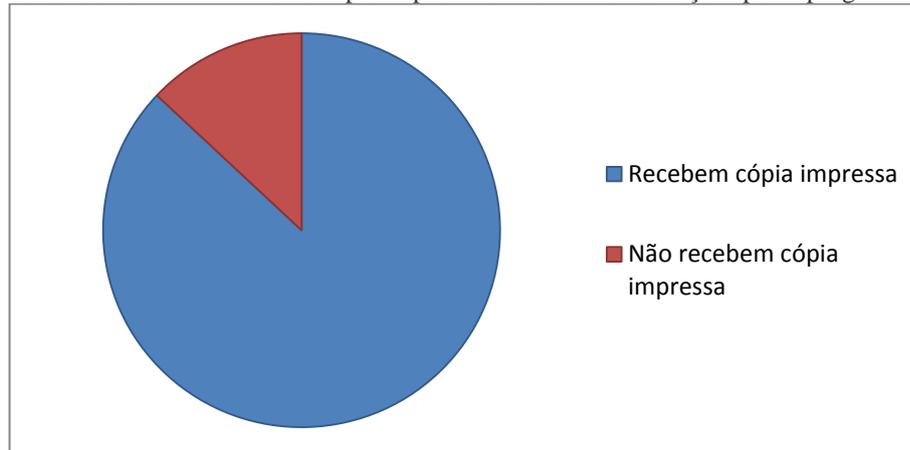
É importante destacar a diferença entre preservação e conservação. Enquanto preservação é entendida como medida empregada com a finalidade de manter o documento em sua forma original, conservação pode ser definida como medida empreendida para recuperar um documento danificado ou deteriorado, compreende intervenções físicas e/ou químicas (REITZ, 2004-2014). Nessa pesquisa, a preservação foi considerada em 3 aspectos, a saber: as medidas preventivas empregadas para manter a integridade das teses e dissertações; as políticas de preservação adotadas pelas bibliotecas e pelos programas de pós-graduação; e, o descarte, como consequência da falta de preservação das teses e dissertações.

Acesso é definido, por Cunha e Cavalcanti (2008), como métodos ou meios que possibilitam o encontro e pesquisa de itens ou assuntos. Acesso é definido, ainda, por Reitz (2004-2014), como o direito de entrar em uma biblioteca e utilizar suas coleções. O acesso foi considerado, nessa pesquisa, como os métodos empregados, tanto pelos programas de pós-graduação como pelas bibliotecas universitárias, para permitir aos usuários o conhecimento e a utilização dos conteúdos das teses e dissertações.

5.2.2 RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS AOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Todos os 15 programas informaram que existe norma institucional que regulamenta a entrega obrigatória de cópia impressa da tese e/ou dissertação e destes 14 programas, o que representa 93,3% das respostas, indicaram a existência de norma institucional que regulamenta entrega obrigatória da mídia digital.

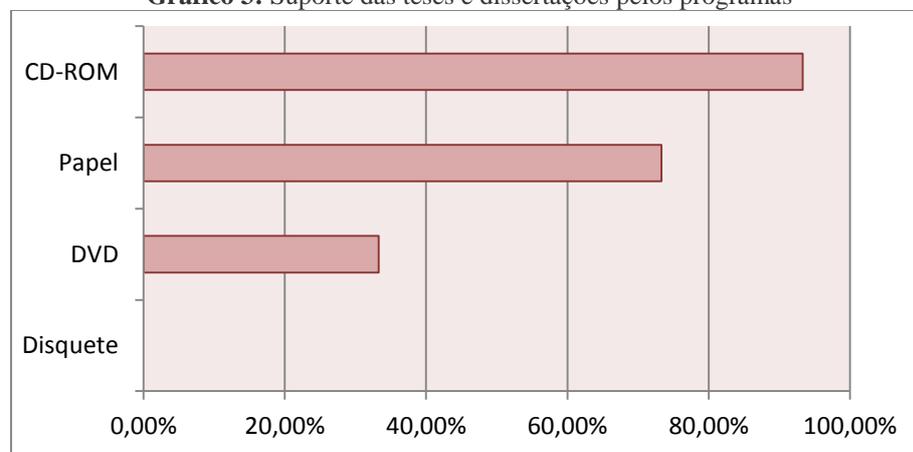
Dos 15 programas que responderam ao questionário, 13 programas (87%) informaram que recebem cópia impressa da tese e/ou dissertação e 02 programas (13%) informaram que não recebem cópia impressa. Todos os programas informaram que recebem mídia digital da tese e/ou dissertação

Gráfico 2: Recebimento de cópia impressa das teses e dissertações pelos programas

Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa.

Apenas 6 programas (40%) responderam a pergunta referente a quantidade de exemplares recebidos, 2 (13,3%) programas informaram que recebem 2 cópias impressas das teses e dissertações, 1 (6,7%) alegou não saber a quantidade de exemplares recebidas, 1 (6,7%) respondeu que recebe 1 mídia digital das teses e dissertações, 1 (6,7%) informou receber 3 exemplares impressos e 2 mídias digitais e 1 (6,7%) alegou receber 4 cópias impressas e 1 mídia digital. Portanto, os programas recebem, em média, 1,8 exemplares impressos e 0,7 mídias digitais das teses e dissertações. Percebe-se que a quantidade de cópias impressas e mídias digitais recebidas variam de um programa para o outro.

Quando questionados sobre o suporte mais frequente das teses e dissertações recebidas, 13 (86,7%) responderam que o suporte do material que recebiam era CD-ROM, 11 (73,3%) informaram que o suporte era papel e 5 (33,3%) informaram DVD. Vale destacar que essa questão permitia mais de uma resposta.

Gráfico 3: Suporte das teses e dissertações pelos programas

Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa.

Dos 15 programas que responderam ao questionário, apenas 9 (60%) responderam a pergunta referente às etapas do fluxo operacional das teses e dissertações, desde seu recebimento até a etapa final. Vale destacar que destes 9, dois programas (22,2%) informaram que não sabiam o que acontecia com o material, que apenas era entregue na secretaria do programa pelo aluno. Três programas (33,3%) informaram que as teses e dissertações após serem recebidas eram encaminhadas diretamente à biblioteca. O resumo dessas respostas podem ser verificadas no fluxograma a seguir:

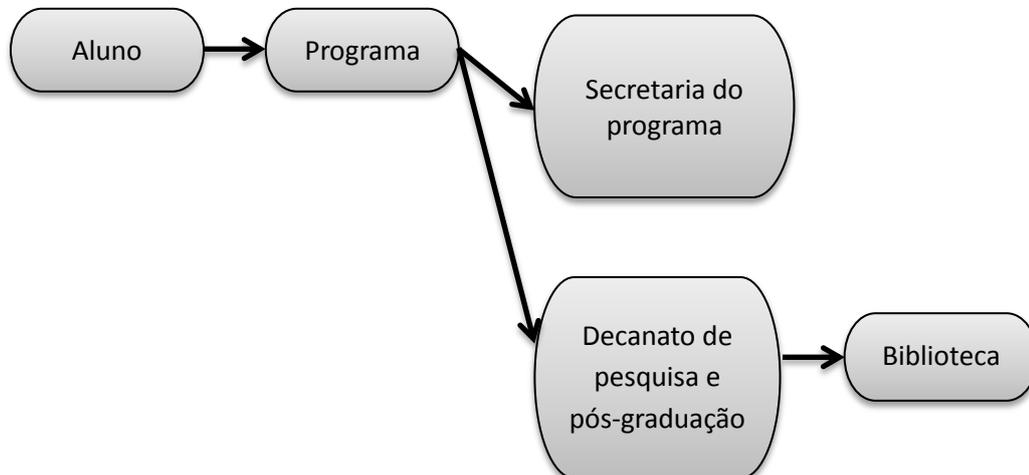
Imagem 1: Fluxo operacional das teses e dissertações pelos programas – Resposta 1



Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa.

Um programa (11,1%) informou que recebe duas cópias impressas da tese e/ou dissertação, uma é armazenada na secretaria do programa e a outra é encaminhada ao Decanato de Pesquisa e Pós-graduação que a envia para a biblioteca. Conforme o fluxograma a seguir:

Imagem 2: Fluxo operacional das teses e dissertações pelos programas – Resposta 2

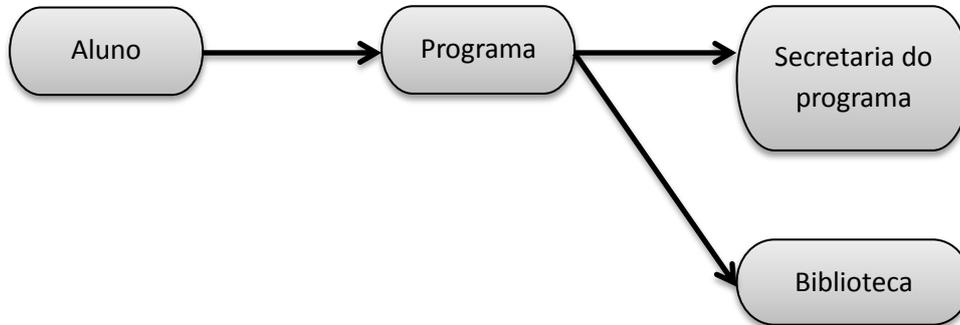


Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa.

Um programa (11,1%) respondeu que recebe duas cópias impressas do material, uma cópia é encaminhada à biblioteca e a outra é armazenada na secretaria do programa. Um programa (11,1%) respondeu que recebe três cópias impressas e duas mídias digitais com o conteúdo da tese e/ou dissertação, destas uma cópia impressa e uma mídia digital ficam no acervo do programa e são disponibilizadas para acesso aos alunos, e duas cópias impressas

são encaminhadas para a biblioteca juntamente com uma mídia digital. Essas respostas podem ser resumidas no fluxograma a seguir:

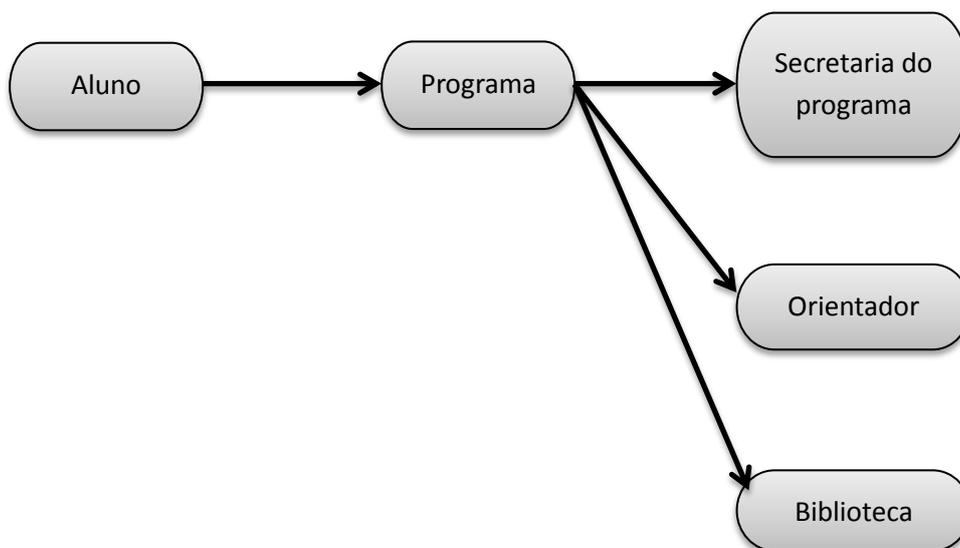
Imagem 3: Fluxo operacional das teses e dissertações pelos programas – Resposta 3



Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa.

Um programa (11,1%) informou que o aluno entrega quatro cópias impressas e um CD-ROM: duas cópias são enviadas para a biblioteca juntamente com o CD-ROM, uma cópia é encaminhada ao professor orientador e outra fica armazenada na secretaria do programa.

Imagem 4: Fluxo operacional das teses e dissertações pelos programas – Resposta 4



Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa.

Todos os 15 programas alegaram possuir um espaço específico para armazenamento das teses e dissertações impressas. Quanto à mídia digital, 6 (40%) programas informaram existir um local específico para o armazenamento da mídia digital, 5 (33,3%) alegaram que o armazenamento da mídia digital era realizado de outra forma, mas não descreveram como era feito, 2 (13,3%) informaram que era armazenada juntamente com a cópia impressa, e 2 (13,3%) não responderam à pergunta.

Gráfico 4: Armazenamento das mídias digitais das teses e dissertações pelos programas

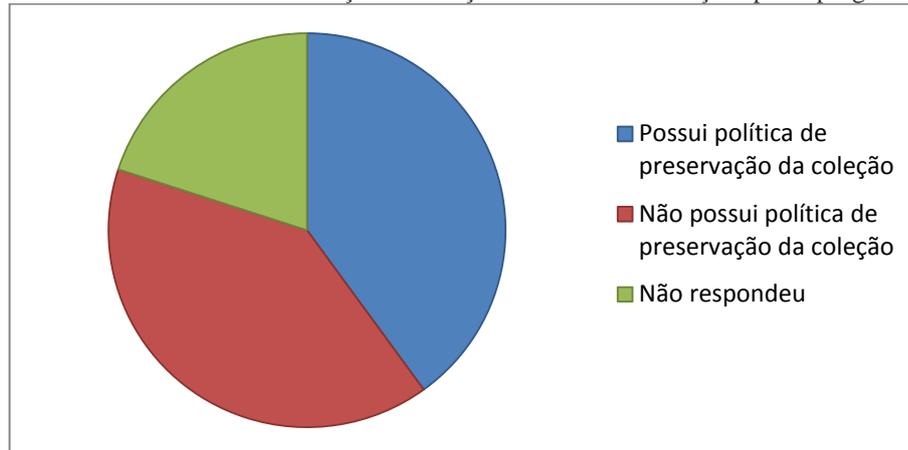
Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa.

Quanto à preservação do acervo de teses e dissertações, 10 (66,7%) programas alegaram não realizar nenhum tipo de preservação nos acervos, 1 (6,7%) programa informou que a preservação é feita apenas no acervo de mídias digitais, 1 (6,7%) alegou que é realizada apenas no acervo impresso e 3 (20%) responderam que a preservação é realizada em ambos os acervos.

Gráfico 5: Preservação da coleção de teses e dissertações pelos programas

Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa.

Dos 5 programas que alegaram realizar preservação no acervo, 2 (40%) informaram possuir política específica para preservação do acervo, 2 (40%) informaram não possuir política de preservação e 1 (20%) não respondeu à pergunta.

Gráfico 6: Política de Preservação da coleção de teses e dissertações pelos programas

Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa.

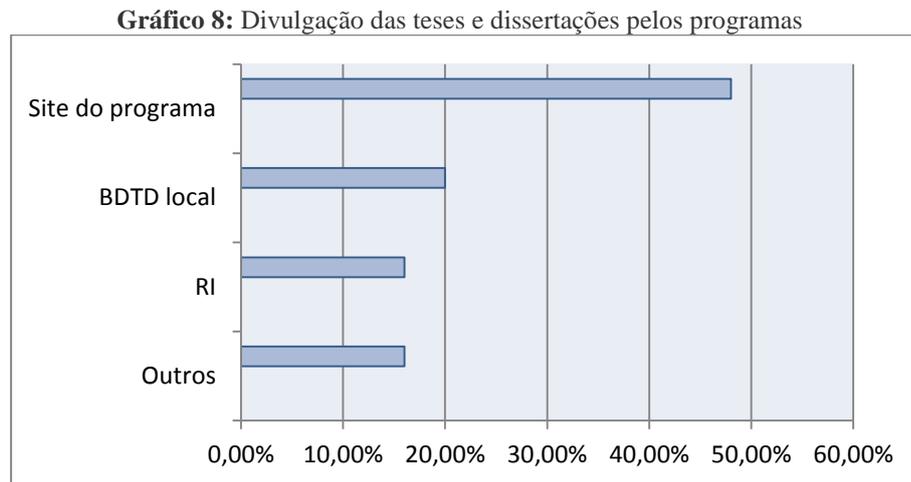
Quanto ao descarte das teses e dissertações, 2 (13,3%) programas não souberam informar se é realizado descarte do material, 11 (73,3%) programas alegaram não realizar descarte das teses e dissertações, sejam impressas ou em mídia digital, 1 (6,65%) programa informou realizar descarte de material em duplicata e 1 (6,65%) informou descartar a mídia digital após disponibilização do conteúdo online.

Gráfico 7: Descarte das teses e dissertações pelos programas

Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa.

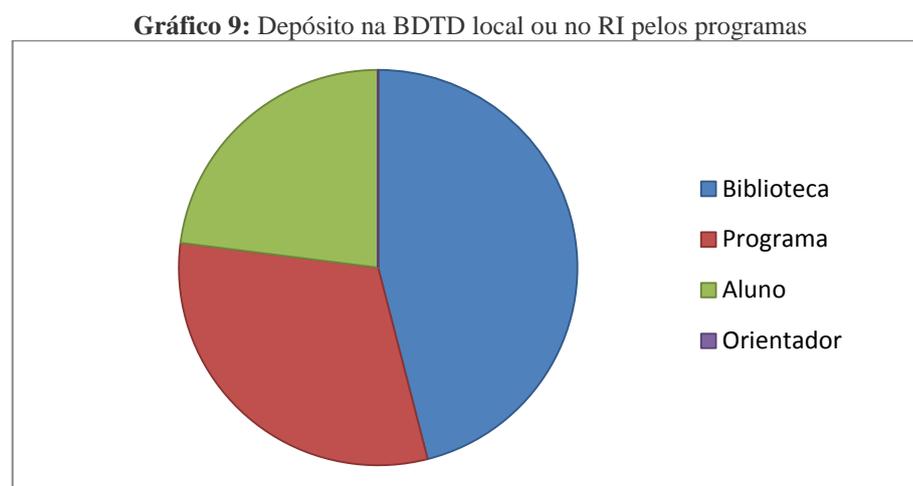
Foram elaboradas perguntas para investigar como é realizado o acesso e a divulgação das teses e dissertações pelos programas de pós-graduação. Dos programas que responderam ao questionário, 10 (66,7%) informaram que não é permitido o empréstimo do material e 05 (33,3%) informaram que o empréstimo é permitido. Quanto à divulgação dos conteúdos das teses e dissertações, 13 (86,7%) programas informaram que a divulgação é realizada através do site do próprio programa, 5 (33,3%) alegaram que é feita através da BDTD local, 4 (26,7%) responderam que a divulgação é feita através do Repositório Institucional (RI) e 4 (26,7%) apontaram que a divulgação é realizada de outra forma, mas não a explicitaram. Cabe

ressaltar que esta pergunta permitia mais de uma resposta. Nenhum dos programas soube informar como é realizada a divulgação de tese e dissertação com conteúdo sigiloso. Tais respostas demonstram que as áreas de avaliação Letras e Linguística não estão engajadas para a implementação das iniciativas oferecidas pelo IBICT (BDTD e RI) para a disseminação das coleções de teses e dissertações.



Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa.

Quanto ao responsável pelo depósito do conteúdo da tese e/ou dissertação na BDTD local ou no RI, nenhum dos programas respondeu que o professor orientador é o responsável pelo depósito, 2 (13,3%) programas não souberam informar, 6 (40%) responderam que a biblioteca é responsável pelo depósito, 4 (26,7%) informaram ser o programa o responsável e 3 (20%) informaram que o responsável pelo depósito é o aluno.



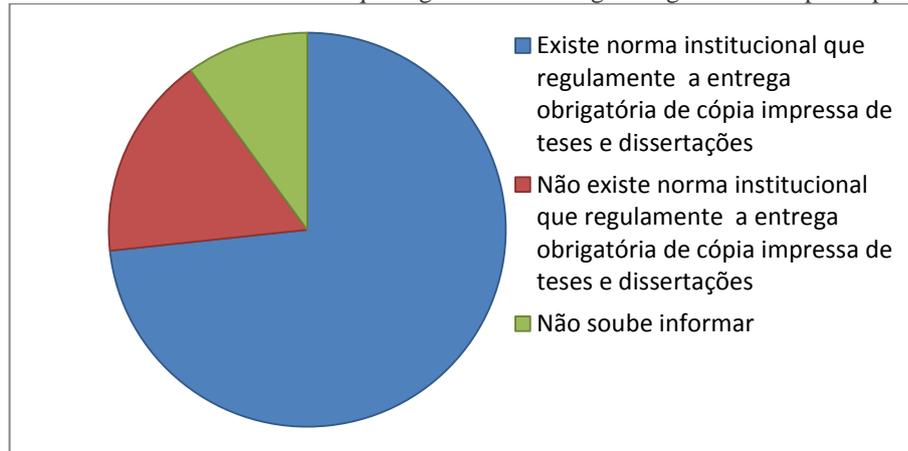
Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa.

Finda esta etapa, a seguir serão apresentados os resultados das respostas dos questionários enviados às bibliotecas universitárias.

5.2.3 RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS ENVIADOS ÀS BIBLIOTECAS

Das 30 bibliotecas que responderam ao questionário, 22 (73,3%) informaram existir uma norma institucional que regulamenta a entrega obrigatória da cópia impressa, 5 (16,7%) informaram não existir norma institucional que torne a entrega da cópia impressa obrigatória, 3 (10%) bibliotecas não souberam informar a existência ou não de norma institucional que regulamentasse a entrega da cópia impressa.

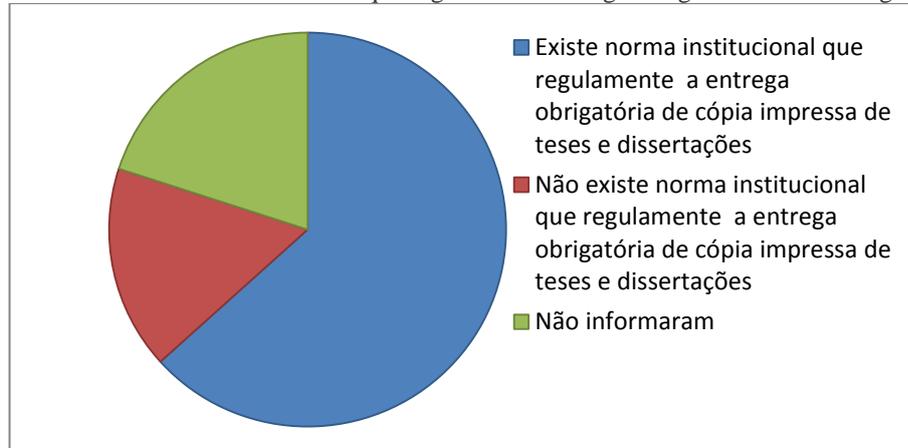
Gráfico 10: Norma institucional que regulamente entrega obrigatória de cópia impressa



Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa.

Quanto a existência de norma que regulamente a entrega obrigatória de mídia digital das teses e dissertações, 19 (63,3%) informaram existir norma institucional, 5 (16,7%) informaram não existir norma institucional, 6 (20%) não informaram a existência ou não de norma institucional que torne a entrega da mídia digital da tese e/ou dissertação obrigatória.

Gráfico 11: Norma institucional que regulamente entrega obrigatória de mídia digital



Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa.

Abaixo, segue, quadro com as normas citadas pelas bibliotecas que regulamentam a entrega obrigatória das teses e dissertações, tanto impressas como de mídias digitais.

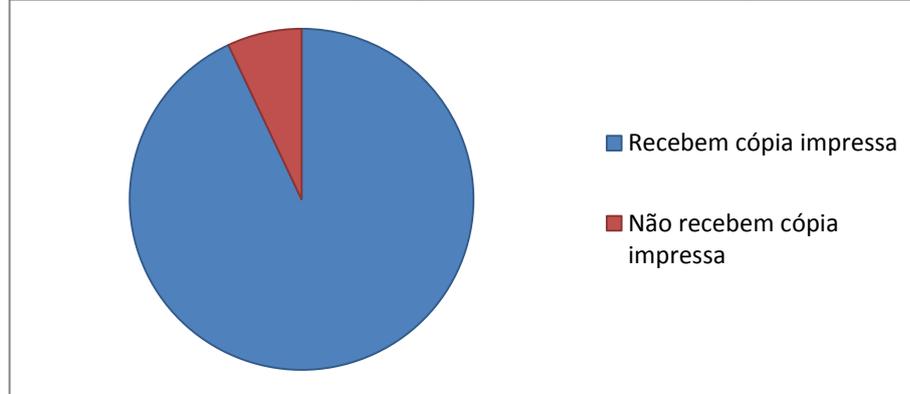
Quadro 11: Normas citadas pelas bibliotecas que regulamentam a entrega obrigatória de teses e dissertações

	Norma que regulamenta entrega obrigatória de cópia impressa	Norma que regulamenta entrega obrigatória de mídia digital
Biblioteca 01	Regulamento interno dos programas de pós-graduação e dos conselhos de curso de graduação	Portaria da Coordenadoria Geral de Bibliotecas
Biblioteca 02	Portaria PROPP N°. 0002 de 15 de Setembro de 2005.	Portaria PROPP N°. 0002 de 15 de Setembro de 2005
Biblioteca 03	Portaria da Reitoria da Universidade.	Portaria da Reitoria da Universidade
Biblioteca 04	Portaria institucional	.
Biblioteca 05	Instrução Normativa da Biblioteca	Instrução normativa da Biblioteca
Biblioteca 06	Instrução Normativa n° 001/2009	
Biblioteca 07	Portaria da CAPES	Portaria da CAPES
Biblioteca 08	Regimento da Faculdade/Universidade	Regulamentação do Sistema de Bibliotecas Portaria da Capes
Biblioteca 09	Norma da Faculdade	Portaria CAPES
Biblioteca 10	Norma da Programa	Norma da biblioteca
Biblioteca 11	Norma da Universidade.	Norma da Universidade
Biblioteca 12	Temos uma Resolução (6/2011).	Resolução 6/2011.
Biblioteca 13	Edital do programa	Edital do programa
Biblioteca 14	Resolução Cepec n° 832.	Resolução Cepec n° 832.
Biblioteca 15	Resolução da Pró- Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.	Portaria da CAPES
Biblioteca 16	Resolução da Universidade	Resolução de normas de funcionamento
Biblioteca 17	Portaria CAPES 13, de 15/02/2006	Portaria CAPES 13, de 15/02/2006.
Biblioteca 18	Recomendação da Capes	Resolução 116/2005
Biblioteca 19	Resolução CONSEPE 04-2008	Resolução CONSEPE 04-2008
Biblioteca 20	Portaria CAPES 13, de 15/02/2006; Resolução UNESP 75, de 04/12/2006 Portaria UNESP 180, de 16/04/2009 Instrução Normativa n° 07-PPG/Letras, de 06/06/2012.	Portaria CAPES 13, de 15/02/2006; Resolução UNESP 75, de 04/12/2006 Portaria UNESP 180, de 16/04/2009 Instrução Normativa n° 07-PPG/Letras, de 06/06/2012.
Biblioteca 21	Resolução do conselho universitário - (CONSUNI) N.º 19/2009	Resolução do conselho universitário - (CONSUNI) N.º 19/2009
Biblioteca 22	Portaria da CAPES	

Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa

Das 30 bibliotecas que responderam ao questionário, 28 (93%) recebem cópia impressa da tese e/ou dissertação e 2 (7%) não recebem.

Gráfico 12: Recebimento de cópia impressa das teses e dissertações pelas bibliotecas

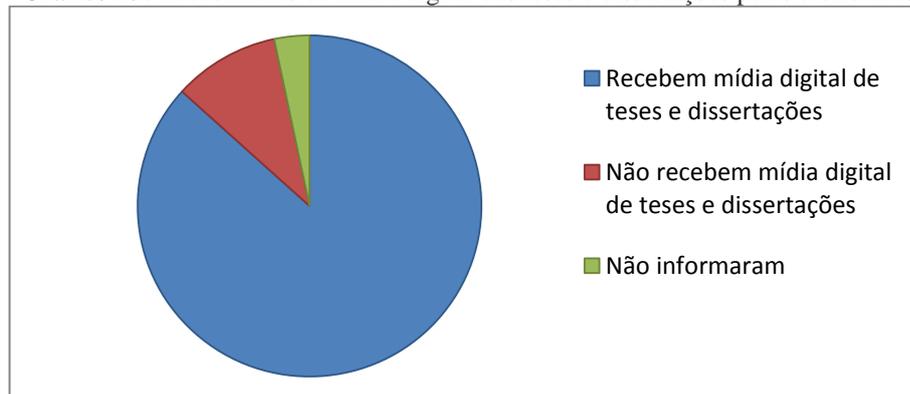


Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa.

Em relação à quantidade de exemplares recebidos, das 28 bibliotecas que recebem cópia impressa de teses e dissertações, 20 (71,4%) bibliotecas responderam que recebem apenas 1 exemplar da cópia impressa, 3 (10,7%) responderam que recebem no máximo 2 cópias, 2 (7,1%) informaram não haver padrão em relação à quantidade de cópias, 1 (3,6%) informou receber 2 exemplares de cada tese e/ou dissertação defendida, 1 (3,6%) biblioteca informou só receber 1 exemplar apenas das teses e dissertações que obtiverem nota mínima 9,0, 1 (3,6%) informou receber uma média de 15 exemplares por mês, todavia não explicitou quantos exemplares são recebidos de cada tese e/ou dissertação defendida. As bibliotecas recebem, em média, 1,1 exemplares impressos das teses e dissertações.

Quanto ao recebimento de mídia digital da tese e/ou dissertação, 27 (86,7%) bibliotecas informaram que recebem mídia digital de teses e dissertações, 03 (10%) informaram não receber e 01 (3,3%) não informou o recebimento ou não da mídia digital. As bibliotecas não informaram a quantidade de mídias digitais recebidas.

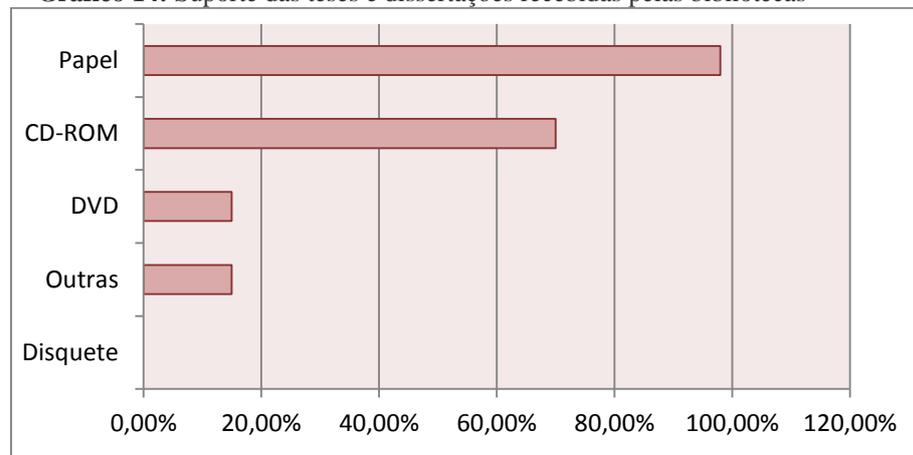
Gráfico 13: Recebimento de mídia digital das teses e dissertações pelas bibliotecas



Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa.

Quanto ao suporte mais frequente das teses e dissertações recebidas, 28 (98%) bibliotecas informaram que o suporte da tese e/ou dissertação recebida era papel, 23 (70%) informaram que o suporte é CD-ROM, 05 (15%) responderam DVD, 05 (15%) responderam que o suporte da tese e /ou dissertação recebida é outro que não papel, CD-ROM, DVD e disquete, tais como: arquivos formato pdf enviados por e-mail pelo aluno e arquivos formato pdf salvos em computador local. Vale destacar que essa questão permitia mais de uma resposta.

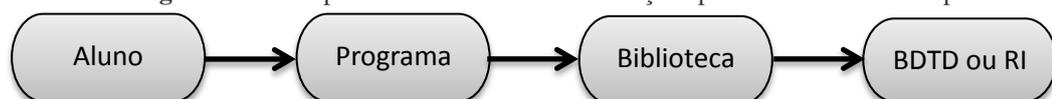
Gráfico 14: Suporte das teses e dissertações recebidas pelas bibliotecas



Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa

Foram elaboradas perguntas objetivando investigar as etapas do fluxo operacional de depósito das teses e dissertações, desde seu recebimento até o armazenamento. Das 30 bibliotecas que responderam ao questionário, apenas 3 (10%) não responderam a pergunta referente a este parâmetro ou desconhecem as etapas de tratamento das teses e dissertações. A maioria, 19 (63,3%) bibliotecas, descreveu o fluxo de tratamento das teses e dissertações da seguinte forma: Entrega da tese e/ou dissertação pelo aluno ao programa de pós-graduação, que envia cópia impressa e mídia digital à biblioteca; a biblioteca realiza o processamento técnico da cópia impressa e a disponibilização do conteúdo digital na BDTD ou repositório institucional.

Imagem 5: Fluxo operacional das teses e dissertações pelas bibliotecas – Resposta 1



Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa.

As outras 8 (26,7%) bibliotecas informaram que o aluno entrega cópia impressa e mídia digital da tese e/ou dissertação à biblioteca junto com formulário de autorização para disponibilização total ou parcial do conteúdo da tese e/ou dissertação na BDTD ou

repositório; a biblioteca realiza o processamento técnico da cópia impressa e a disponibilização do conteúdo digital na BDTD ou no repositório institucional.

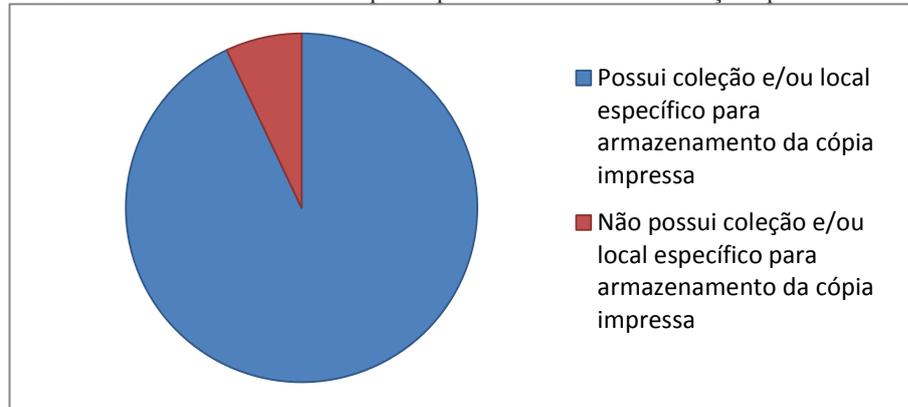
Imagem 6: Fluxo operacional das teses e dissertações pelas bibliotecas– Resposta 2



Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa

Em relação à coleção e/ou espaço específico para armazenamento das teses e dissertações impressas, 28 (97%) bibliotecas informaram possuir coleção e/ou espaço específico e 2 (7%) informaram não possuir.

Gráfico 15: Armazenamento de cópia impressa das teses e dissertações pelas bibliotecas



Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa.

Quanto à mídia digital, 17 (56,7%) bibliotecas informaram existir local específico para armazenamento da mídia, 9 (30%) informaram que o armazenamento da mídia digital é realizado de outra forma, porém não especificaram como é feito, 3 (10%) não responderam a pergunta e 01 (3,3%) biblioteca informou que a mídia digital é armazenada juntamente com a cópia impressa.

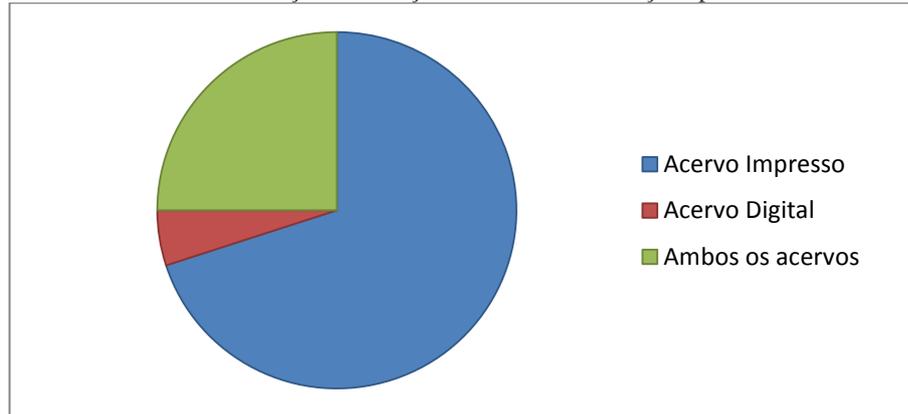
Gráfico 16: Armazenamento das mídias digitais das teses e dissertações pelas bibliotecas



Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa.

Apenas 10 (33,3%) afirmaram não realizar nenhum tipo de preservação no acervo, enquanto 20 (66,7%) bibliotecas afirmaram realizar preservação no acervo de teses e dissertações. Das bibliotecas que alegaram realizar preservação no acervo, 14 (70%) informaram realizá-la no acervo impresso, 5 (25%) realizam a preservação tanto no acervo impresso como no digital e 1(5%) realiza apenas no acervo digital.

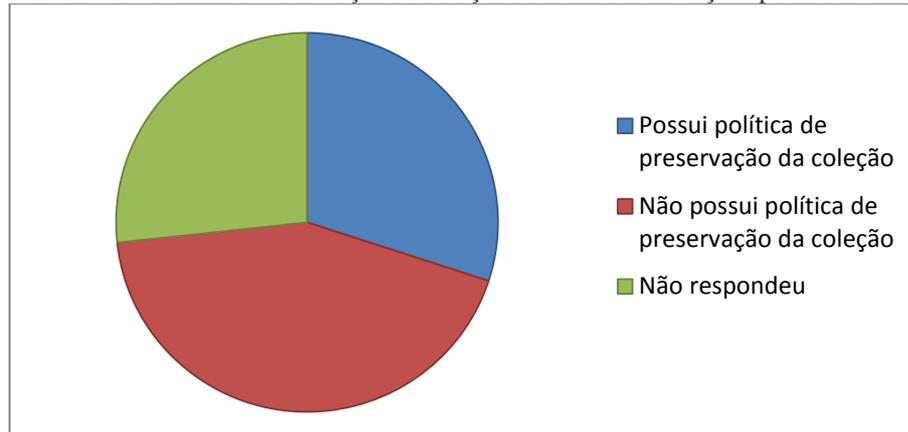
Gráfico 17: Preservação da coleção de teses e dissertações pelas bibliotecas



Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa.

Em relação à política própria de preservação da coleção de teses e dissertações, 9 (30%) bibliotecas informaram da existência de política própria para preservação da coleção, 13 (43,3%) bibliotecas responderam não existir política própria de preservação da coleção, 8 (26,6%) não responderam a questão.

Gráfico 18: Política de Preservação da coleção de teses e dissertações pelas bibliotecas



Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa.

Quanto ao descarte de teses e dissertações, 21 (70%) bibliotecas não realizam descarte de teses e dissertações, seja de exemplares impressos ou da mídia digital, 6 (20%) bibliotecas informaram descartar teses e dissertações impressas que possuem duplicatas, 3 (10%) bibliotecas responderam que descartam teses e dissertações impressas com exemplares deteriorados e 1 (3,3%) biblioteca respondeu realizar descarte da mídia digital após

disponibilização do conteúdo online, seja na BDTD ou no Repositório. Cabe ressaltar que a pergunta permitia mais de uma resposta.

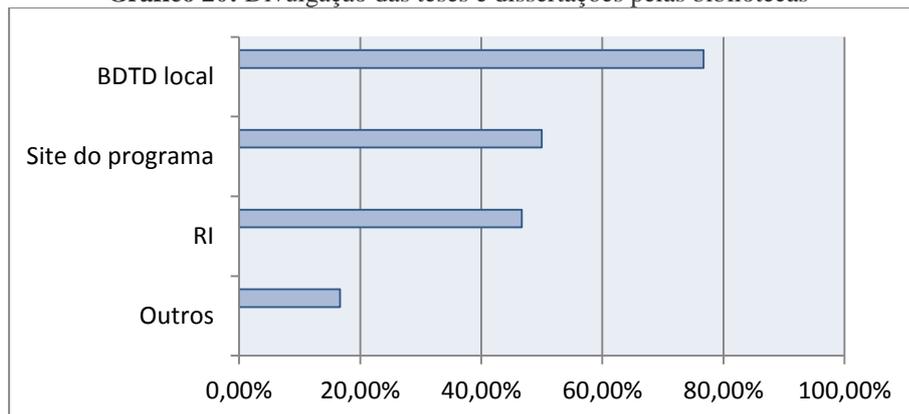
Gráfico 19: Descarte das teses e dissertações pelas bibliotecas



Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa.

Das 30 bibliotecas que responderam ao questionário, 19 (63%) informaram ser permitido o empréstimo das teses e dissertações e 11 (37%) responderam que o empréstimo não é permitido. Em relação à divulgação dos conteúdos das teses e dissertações, 23 (76,7%) bibliotecas informaram que é realizada através da BDTD local, 15 (50%) responderam Site do Programa, 14 (46,7%) responderam que a divulgação é feita pelo RI, 5 (16,7%) informaram que é realizada de outra forma, entretanto não a explicitaram. Cabe ressaltar que esta pergunta permitia mais de uma resposta.

Gráfico 20: Divulgação das teses e dissertações pelas bibliotecas

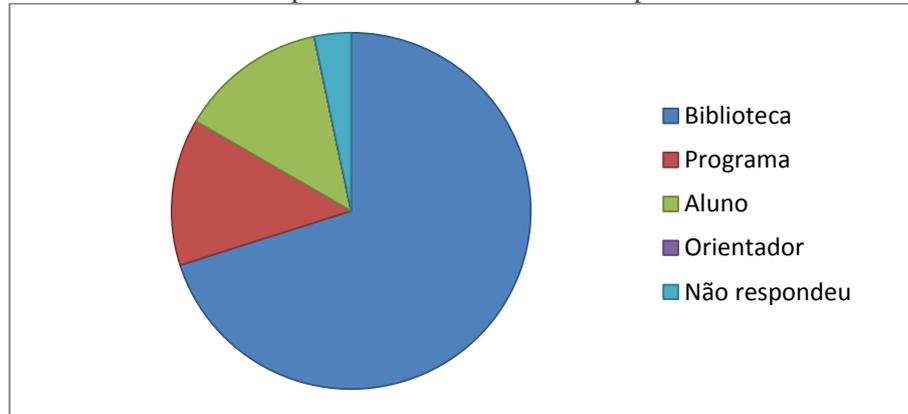


Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa.

Quanto ao responsável pelo depósito do conteúdo da tese e/ou dissertação na BDTD local ou no RI, nenhuma das bibliotecas respondeu que o professor orientador é o responsável pelo depósito, 1 (3,3%) biblioteca não respondeu à questão, 4 (13,3%) informaram ser o programa o responsável pelo depósito, 4 (13,3%) informaram que o aluno é o responsável

pelo depósito, 21 (70%) responderam que o depósito dos conteúdos das teses e dissertações na BDTD ou no RI é a biblioteca.

Gráfico 21: Depósito na BDTD local ou no RI pelas bibliotecas



Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa

Sobre a divulgação de teses e dissertações com conteúdo sigiloso, 9 (30%) bibliotecas informaram não realizar a divulgação de tese e/ou dissertação com conteúdo sigiloso, no entanto, para que isso ocorra o autor deve declarar a restrição quanto ao conteúdo; 7 (23,3%) responderam que realizam a divulgação parcial, divulgando partes previamente autorizadas pelo autor ou o resumo; 4 (13,3%) informaram que teses e/ou dissertações com conteúdo sigiloso ficam retidas por tempo determinado pelo autor e depois são disponibilizadas; 3 (10%) bibliotecas informaram que até o momento não recebem nenhuma tese e/ou dissertação com conteúdo sigiloso e, portanto, desconheciam o processo; 3 (10%) bibliotecas não responderam a questão; 2 (6,7%) bibliotecas informaram que a tese e/ou dissertação com conteúdo sigiloso fica retida por 2 (dois) anos e após esse período seu conteúdo é divulgado; 2 (6,7%) responderam que são divulgados apenas dados bibliográficos das teses e dissertações com conteúdo sigiloso.

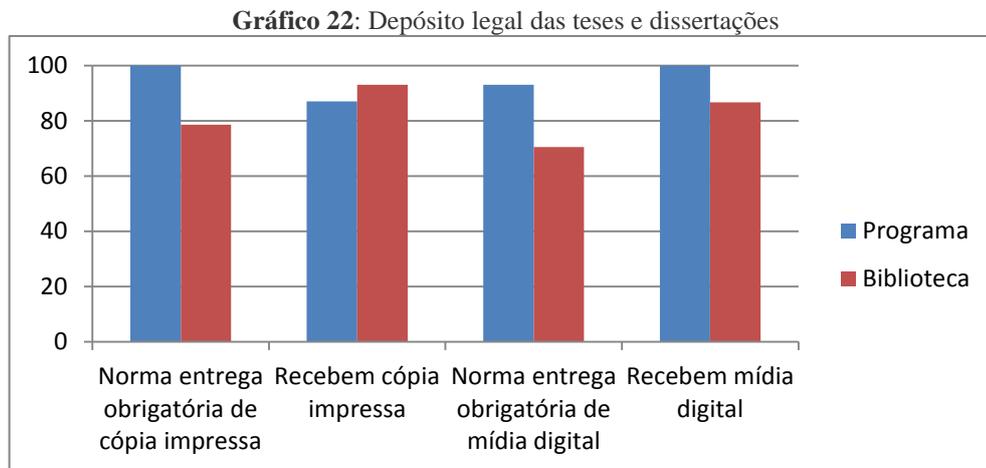
Quadro 12: Divulgação de teses e dissertações com conteúdo sigiloso pelas bibliotecas

Respostas Divulgação de conteúdo sigiloso	Quantidade de Programas
Não é divulgada a tese ou dissertação com conteúdo sigiloso, quando o autor não autoriza a divulgação	09
A tese ou dissertação com conteúdo sigiloso é divulgada parcialmente	07
A tese ou dissertação fica retida por tempo determinado pelo autor	04
Até o momento não receberam teses ou dissertações com conteúdo sigiloso	03
Não responderam a questão	03
A tese ou dissertação fica retida por 02 anos, depois é disponibilizada	02
São divulgados apenas dados bibliográfico de teses ou dissertações com conteúdo sigilosos	02

Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa

5.2.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS ENVIADOS AOS PROGRAMAS E ÀS BIBLIOTECAS

Sobre a existência de norma institucional que regulamente a entrega obrigatória de teses e dissertações, 100% dos programas e 78,6% das bibliotecas informaram existir norma que regulamente a entrega obrigatória de teses e dissertações impressas, e 93% dos programas e 70,5% das bibliotecas informaram a existência de norma que regulamente a entrega obrigatória de mídia digital das teses e dissertações.

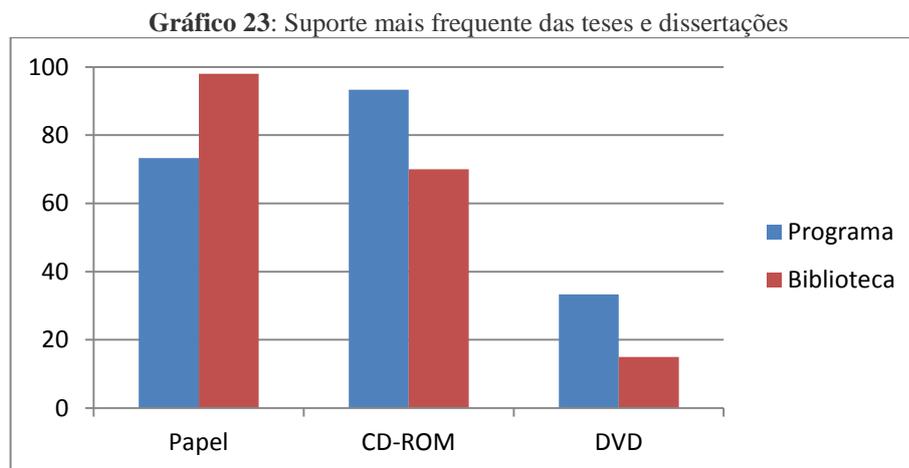


Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa.

Quanto ao recebimento das teses e dissertações, 100% dos programas recebem mídia digital das teses e dissertações e 86,7% das bibliotecas recebem mídia digital, 87 % dos programas e 93 % das bibliotecas recebem cópia impressa das teses e dissertações. Em relação à quantidade de cópias recebidas, 14,3% das bibliotecas recebem 02 exemplares das teses e dissertações, 75% recebe 01 exemplar, 10,7% não especificaram a quantidade de teses e dissertações recebidas pelas bibliotecas. Nenhuma biblioteca informou a quantidade de mídias digitais das teses e dissertações recebidas. Portanto, as bibliotecas recebem, em média, 01 exemplar das teses e dissertações. Apenas 6 programas (40%) responderam a pergunta referente a quantidade de exemplares recebidas, 2 (13,3%) programas informaram que recebem 2 cópias impressas das teses e dissertações, 1 (6,7%) alegou não saber a quantidade de exemplares recebidas, 1 (6,7%) respondeu que recebe 1 mídia digital das teses e dissertações, 1 (6,7%) informou receber 3 exemplares impressos e 2 mídias digitais e 1 (6,7%) alegou receber 4 cópias impressas e 1 mídia digital. Portanto, os programas recebem, em média, 1,8 exemplares impressos e 0,7 mídias digitais das teses e dissertações.

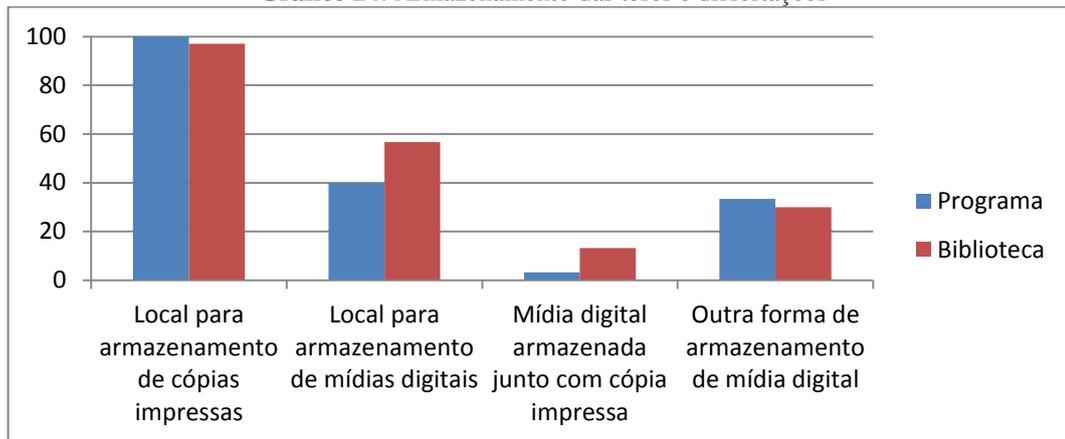
Analisando as respostas fornecidas pelos programas de pós-graduação e pelas bibliotecas universitárias, as etapas do fluxo operacional de depósito das teses e dissertações mais frequentes, são as seguintes: Entrega da tese e/ou dissertação pelo aluno ao programa de pós-graduação, que envia cópia impressa e mídia digital à biblioteca; a biblioteca realiza o processamento técnico da cópia impressa e a disponibilização do conteúdo digital na BDTD ou repositório institucional. Vale destacar que nenhum dos programas considerou como etapa do fluxo operacional de depósito das teses e dissertações, a disponibilização de seus conteúdos na BDTD ou RI. No fluxograma da imagem 7 é possível verificar as etapas do fluxo operacional mais frequentes, bem como, as demais etapas citadas pelos programas de pós-graduação e pelas bibliotecas universitárias em suas respostas.

O suporte mais frequente das teses e dissertações recebidas pelas bibliotecas é o papel (98%), seguido do CD-ROM (70%) e DVD (15%). Os programas informaram que o suporte mais frequente das teses e dissertações recebidas por eles é o CD-ROM (93,3%), seguida do suporte papel (73,3%) e DVD (33,3%).



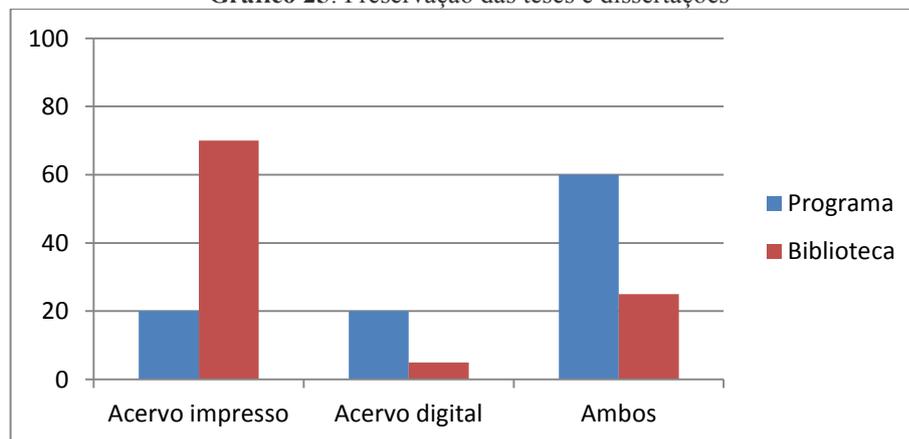
Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa.

Em relação ao armazenamento, 100% dos programas e 97% das bibliotecas informaram possuir coleção e/ou espaço específico para armazenamento das teses e dissertações impressas. Em relação à mídia digital, 56,7% das bibliotecas e 40% dos programas informaram possuir local específico para armazenamento da mídia digital, 30% das bibliotecas e 33,4% dos programas informaram que o armazenamento da mídia digital é realizado de outra forma, não especificada ou descrita pelos mesmos, 3,3% das bibliotecas e 13,3% dos programas informaram que a mídia digital é armazenada juntamente com a cópia impressa.

Gráfico 24: Armazenamento das teses e dissertações

Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa.

Em relação a preservação dos acervos, 66,7% das bibliotecas alegaram realizar preservação na coleção de teses e dissertações, destas 70% realiza preservação apenas no acervo impresso, 5% no acervo digital e 25% no acervo impresso e no digital. Apenas 33,3% dos programas informaram realizar preservação na coleção de teses e dissertações, onde 20% realiza preservação apenas no acervo impresso, 20% no acervo digital e 60% no acervo impresso e no digital. Em relação à política de preservação, 40% dos programas e 30% das bibliotecas informaram possuir política própria de preservação da coleção de teses e dissertações.

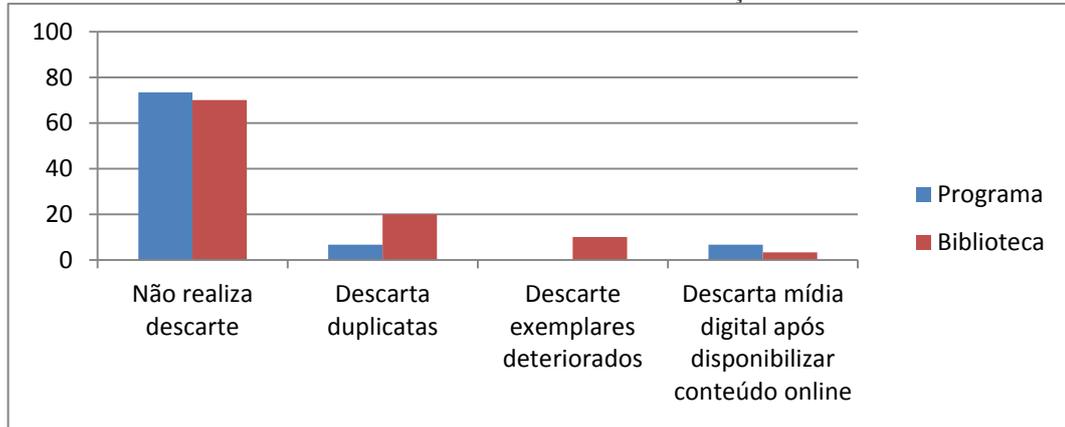
Gráfico 25: Preservação das teses e dissertações

Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa.

Em relação ao descarte, 70% das bibliotecas não realizam descarte de teses e dissertações, sejam exemplares impressos ou mídia digital, 20% descartam teses e dissertações que possuem duplicatas, 10% descartam teses e dissertações com exemplares deteriorados e 3,3% descarta a mídia digital após a disponibilização do conteúdo online, através da BDTD ou RI. Dentre os programas, 73,4% não realizam descarte de teses e dissertações, sejam exemplares impressos ou mídia digital, 6,65% realiza descarte de teses e

dissertações em duplicata, 6,65% descarta a mídia digital após a disponibilização do conteúdo online e 13,3% não souberam informar sobre como era realizado o descarte do material. Cabe destacar que a pergunta permitia múltiplas respostas, tanto no questionário enviado aos programas quanto no enviado às bibliotecas.

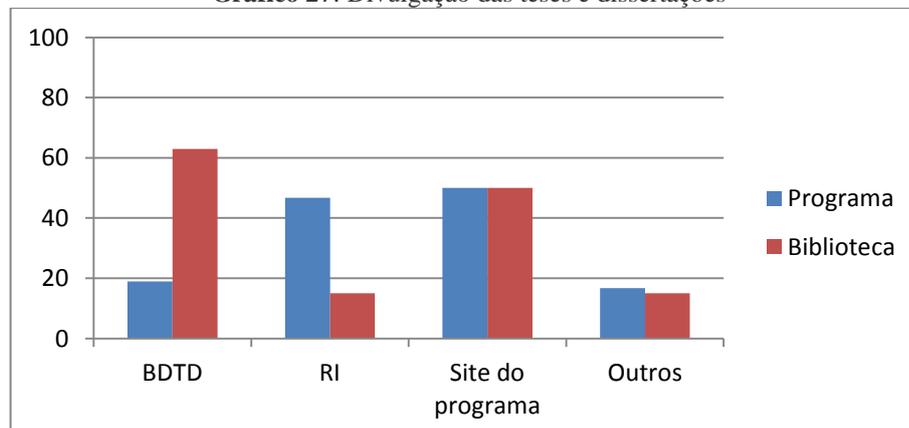
Gráfico 26: Descarte de teses e dissertações



Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa.

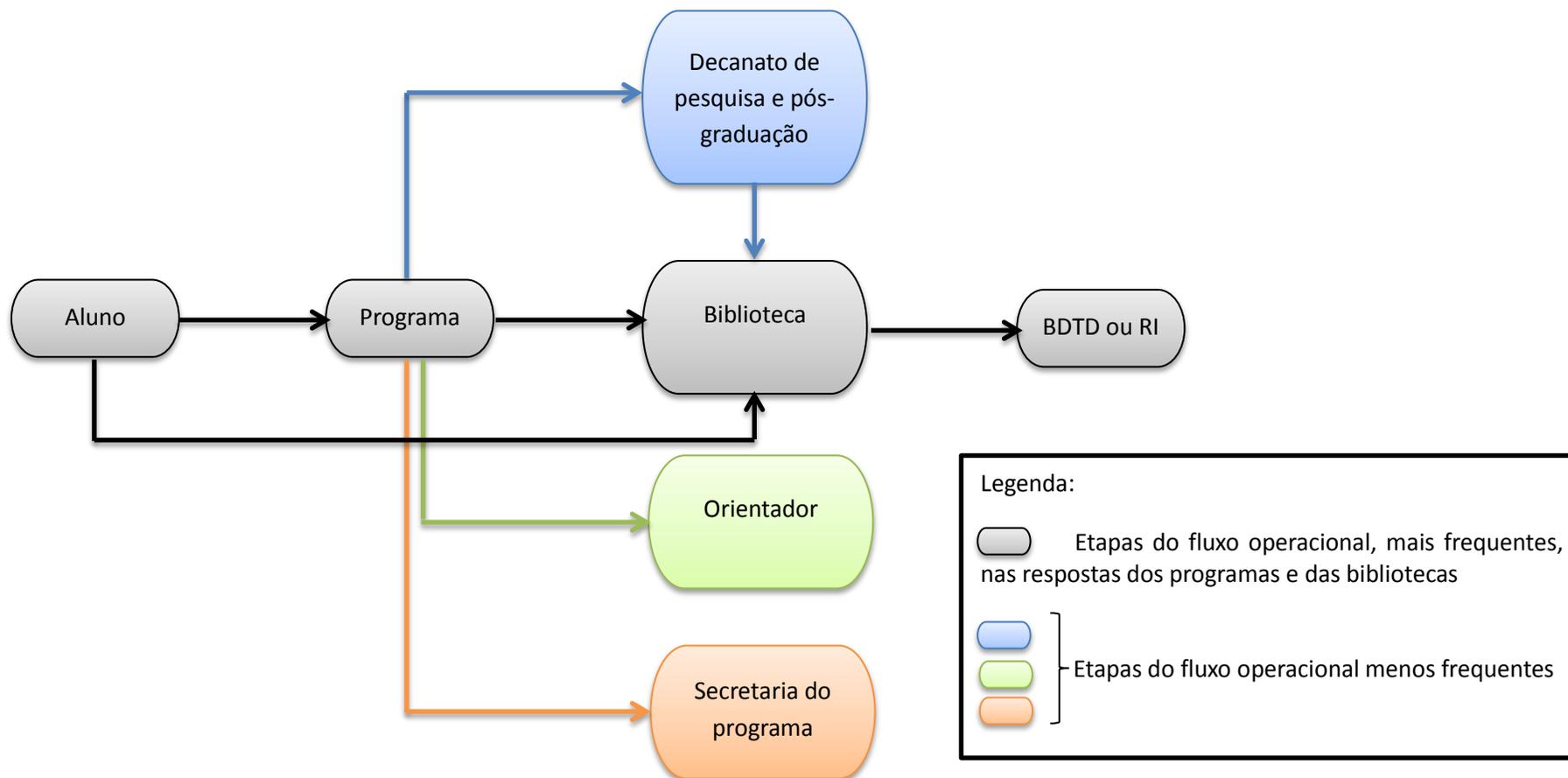
Na variável Acesso, apesar de todos os programas e bibliotecas permitirem o acesso aos exemplares da coleção de teses e dissertações impressas, 63% das bibliotecas e 33% dos programas informaram que é permitido empréstimo das teses e dissertações. Em relação à divulgação e disponibilização dos conteúdos das teses e dissertações, 63% das bibliotecas e 19% dos programas alegaram que a disponibilização dos conteúdos é realizada através da BDTD local; 46,7% das bibliotecas e 15% dos programas informaram que a divulgação é feita através do RI; 50% das bibliotecas e 50% dos programas responderam que os conteúdos são disponibilizados através do site do programa; e, 16,7% das bibliotecas e 15% dos programas informaram que a divulgação dos conteúdos das teses e dissertações é realizada de outra forma, no entanto ambos não a especificaram.

Gráfico 27: Divulgação das teses e dissertações



Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa.

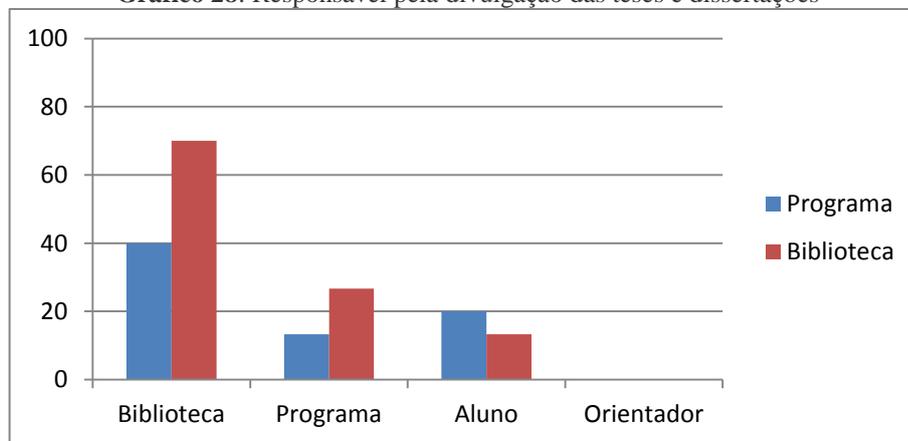
Imagem 7: Fluxo operacional das teses e dissertações



Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa.

Quanto ao responsável pela disponibilização dos conteúdos das teses e dissertações na BDTD local ou RI, 70% das bibliotecas e 40% dos programas responderam que o responsável pela divulgação é a biblioteca; 13,3% das bibliotecas e 26,7% dos programas informaram que o responsável é o programa; 13,3% das bibliotecas e 20% dos programas alegaram que o aluno é o responsável pela disponibilização do conteúdo; 3,3% das bibliotecas e 13,3% dos programas não souberam informar que é o responsável; nenhuma biblioteca e nenhum programa respondeu que o orientador é o responsável pela divulgação do conteúdo das teses e dissertações na BDTD ou RI.

Gráfico 28: Responsável pela divulgação das teses e dissertações



Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa.

Sobre a divulgação de teses e dissertações com conteúdo sigiloso, 30% das bibliotecas informaram não realizar a divulgação de tese e/ou dissertação com conteúdo sigiloso, no entanto, para que isso ocorra o autor deve declarar a restrição quanto ao conteúdo; 30% responderam que realizam a divulgação parcial, 20% informaram que teses e/ou dissertações com conteúdo sigiloso ficam retidas por determinado período de tempo e depois são disponibilizadas; 10% alegaram que até o momento não recebem nenhuma tese e/ou dissertação com conteúdo sigiloso e, portanto, desconheciam o processo; e, 10% das bibliotecas não responderam a questão. Não foi perguntado aos programas sobre a divulgação de teses e dissertações com conteúdo sigiloso.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como mencionado, anteriormente, a preocupação com o controle bibliográfico das teses e dissertações era praticamente inexistente até meados da década de 1960, apesar das primeiras iniciativas para regulamentação dos cursos de pós-graduação no Brasil terem ocorrido no início da década de 1950. Após a institucionalização dos cursos de pós-graduação no país, na década de 1960, começaram a surgir, de forma limitada, iniciativas para o controle bibliográfico das teses e dissertações, através da elaboração de catálogos e bibliografias. Dessa forma, os pesquisadores careciam de instrumentos que lhes permitissem conhecimento e acesso a produção técnico-científica de seus pares.

Na década de 1970, como alternativa para garantir o controle bibliográfico das teses e dissertações, a Biblioteca Nacional ficou responsável pelo depósito legal desses documentos. No entanto, o depósito legal de teses e dissertações deixou de ser realizado em 1994, quando foi deliberado, durante o VIII SNBU, que a guarda da produção passaria a ser de responsabilidade das IES onde o material é produzido. Apesar de a decisão ter disso deliberada há cerca de 20 anos, falta, contudo, lei que a regule ou diretrizes que a padronize.

A partir da pesquisa documental realizada através da legislação sobre teses e dissertações, objetivo “a”, analisar a legislação que trata a divulgação, o acesso, a preservação e salvaguarda das teses e dissertações nas IES, foi possível verificar que apesar das primeiras iniciativas para controle e divulgação das teses e dissertações terem iniciado em 1960, a primeira lei a tratar do assunto foi a Portaria nº13, de 15 de fevereiro de 2006, da CAPES, instituída aproximadamente 45 anos depois, que determina a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos cursos de pós-graduação reconhecidos. No entanto, apesar da portaria abordar a divulgação e o acesso às teses e dissertações, não menciona a preservação e salvaguarda das mesmas, pressupostos para acesso ao material.

Algumas lacunas foram encontradas na portaria, o que dificulta o seu entendimento, e conseqüentemente, o processo que ela institui. O artigo 1º determina que seja entregue uma cópia impressa das teses e dissertações, sem definir, no entanto, o local onde estas devem ser entregues e armazenadas. Vale ressaltar que, de acordo com as recomendações da UNESCO, quando se objetiva possibilitar o acesso ao material e a sua preservação, o ideal seria a entrega de 2 exemplares, sendo 1 para acesso e o outro para a preservação. Outro ponto que merece destaque é o artigo 5º que torna obrigatória a divulgação de teses e dissertações financiadas

com verba pública, seja através de bolsa ou de auxílio concedido ao programa de pós-graduação, no entanto, a portaria não explicita como deve ser realizada a divulgação de teses e dissertações com conteúdo sigiloso.

Em relação às teses e dissertações impressas, destaca-se a Tabela de Temporalidade de Documentos de Arquivo Relativo às Atividades-fim das IFES, aprovada pela Portaria nº 092/2011, de 23 de setembro de 2011, que institui os prazos de guarda dos documentos produzidos pelas IFES. A Tabela de Temporalidade determina que as teses e dissertações são documentos de guarda permanente, e não devem ser descartados. Ressaltamos a inexistência de lei ou diretrizes que ratifique o instituído pela tabela de temporalidade.

Como observações decorrentes do nosso objetivo “b”, identificar e analisar as práticas mais comuns de **depósito** de teses e dissertações nesses acervos das bibliotecas universitárias e dos programas de pós-graduação no Brasil, constatamos que apesar da maioria dos programas de pós-graduação e das bibliotecas universitárias assinalarem a existência de norma institucional que regulamente a entrega obrigatória das teses e dissertações impressas e digitais, poucos conhecem a legislação sobre teses e dissertações. Constatamos, ainda, que apesar da entrega de exemplares impressos e digitais ser obrigatória, algumas bibliotecas e programas não os recebem. Vale ressaltar que a quantidade de exemplares recebidos varia tanto nas bibliotecas quanto nos programas, não possuindo, portanto, uma padronização.

As observações decorrentes do nosso objetivo “c”, identificar e analisar as práticas mais comuns de **acesso** aos conteúdos das teses e dissertações, constatamos que apesar de todas as bibliotecas e programas permitirem acesso aos exemplares impressos das teses e dissertações, o empréstimo dos mesmos não é permitido em parte das bibliotecas e programas. Observamos que a disponibilização dos conteúdos das teses e dissertações digitais é realizada, grande parte das vezes, através dos sites dos programas. Observamos ainda, que poucos programas realizam a divulgação desses conteúdos através da BDTD ou RI, o que pode significar que os programas de pós-graduação das áreas de avaliação Letras/Linguística não estão engajadas para a implementação ou desconhecem as iniciativas oferecidas pelo IBICT, BDTD e RI, que, para a disseminação das coleções de teses e dissertações, ou ainda, que os programas das referidas áreas não dispõem de recursos para a implementação de tais iniciativas.

Como observações decorrentes do objetivo “d”, identificar e analisar as práticas mais comuns de **armazenagem** dos acervos impressos e digitais de teses e dissertações, verificamos que a maioria dos programas e das bibliotecas possuem uma coleção e/ou espaço específico para armazenamento das teses e dissertações impressas, enquanto mais ou menos

metade dos programas e das bibliotecas possuem uma coleção e/ou espaço específico para armazenamento das teses e dissertações digitais, evidenciando que as teses e dissertações digitais são armazenadas de forma diversa das impressas.

As observações decorrentes do nosso objetivo “e”, identificar e analisar as práticas mais comuns de **preservação** dos acervos físicos e digitais de teses e dissertações, verificamos que apesar de grande parte dos programas e das bibliotecas realizarem preservação nas suas coleções de teses e dissertações, poucos possuem políticas de preservação para suas coleções. Essas informações demonstram que as IES brasileiras não depreendem os devidos esforços para assegurar a preservação e salvaguarda das teses e dissertações. Verificamos, ainda, que os programas e bibliotecas realizam descarte das teses e dissertações, demonstrando que tanto os programas quanto as bibliotecas desconhecem a Tabela de Temporalidade e a determinação de que teses e dissertações são documentos de guarda permanente, e, portanto, não devem ser descartados.

Em nosso objetivo “f”, identificar o *modus operandi* do fluxo de depósito e guarda/preservação das teses e dissertações nas universidades brasileiras, observamos que o *modus operandi* mais recorrente do fluxo de depósito e guarda/preservação das teses e dissertações nas universidades brasileiras é o seguinte: Entrega de cópia impressa e mídia digital da tese e/ou dissertação pelo aluno ao programa de pós-graduação, que envia cópia impressa e mídia digital à biblioteca; a biblioteca realiza o processamento técnico da cópia impressa e a disponibilização do conteúdo digital na BDTD ou repositório institucional. Vale destacar que o fluxo de depósito e guarda não considera o tratamento e guarda do exemplar em mídia digital.

Os resultados da pesquisa demonstram a falta de conhecimento da legislação sobre teses e dissertações e a falta de padrão nas práticas de depósito das teses e dissertações, dificultando a preservação e acesso aos seus conteúdos. As práticas de depósito de teses e dissertações realizadas pelas IES brasileiras não contribuem para a sistematização e acesso dessas coleções no país de forma permanente. Sendo assim, a produção fica dispersa, o que prejudica a comunicação científica, uma vez que o acesso a esses conteúdos é prejudicado.

Evidencia-se a necessidade de desenvolvimento de política nacional, que poderia ser elaborada pelo CBBU, para depósito legal e controle bibliográfico das teses e dissertações, a exemplo da legislação portuguesa, que considera que esses documentos representam papel importante no patrimônio cultural e científico. Essa política permitiria a padronização dos processos de preservação e acesso à produção de teses e dissertações nas IES brasileiras. A política permitiria, ainda, a melhor divulgação dos conteúdos das teses e dissertações, o que

permitiria acompanhar o desenvolvimento acadêmico dos programas de pós-graduação, bem como, verificar os rumos da ciência, tecnologia e inovação no país.

Cabe destacar que, existe pouca literatura e registro histórico sobre o controle bibliográfico de teses e dissertações no Brasil, o que dificultou a elaboração da revisão de literatura.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria do R. G. **Literatura cinzenta**: teoria e prática. São Luiz : Edições UFMA, 2000.

ALMEIDA, Orlando de. A biblioteca depositária no Brasil: ideias e reflexões. **Ciência da Informação**, Brasília, v.18, n. 1, p. 15-20, jan./jun. 1989. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000002259&dd1=11aa5>>. Acesso em: 26 mai. 2014.

ALVES, Marília A. M.; MENEGAZ, Ronaldo. Depósito legal; esperança ou realidade. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**. Brasília, DF, v. 15, n. 1, p. 35-44, jan./jun. 1987. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000003007&dd1=18fc1>>. Acesso em: 20. Mai. 2014.

Biblioteca Nacional (Brasil). **Catálogo de teses**. Disponível em: <http://catalogos.bn.br/scripts/odwp012k.dll?INDEXLIST=fbn_teses_pr:fbn_teses>. Acesso em: 01. Out. 2013.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Tabela de Temporalidade de Documentos de Arquivo Relativo às Atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES**. Disponível em: <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/media/ifes_codigo_e_tabela_temporalidade/portaria_n0922011_tabela_de_temporalidade_e_destinao.pdf>. Acesso em: 20 out. 2012.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior. **Banco de teses**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior. **Estatísticas da pós-graduação**. Disponível em: <<http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/#>>. Acesso em: 26 fev. 2013.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **História e missão**. Brasília, DF : CAPES, 2006. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>>. Acesso em: 11 jul. 2013.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior. **Mestrados/doutorados reconhecidos**. Disponível em <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarRegiao>>. Acesso em: 07 out. 2013.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. I Plano Nacional de Pós-Graduação (1975-1977). Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/I_PNPG.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2013.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. II Plano Nacional de Pós-Graduação (1982-1985). Disponível em:

<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/II_PNPG.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2013.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. III Plano Nacional de Pós-Graduação (1986-1989). Disponível em:

<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/III_PNPG.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2013.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2005-2010). Brasília, DF : CAPES, 2005a.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011-2020). Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/plano-nacional-de-pos-graduacao/pnpg-2011-2020>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria n. 13, 15 de fevereiro de 2006. Institui a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos. Disponível em:

<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_013_2006.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2011.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Resultado de avaliação de programas**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/resultados-da-avaliacao-de-programas>>. Acesso em: 23 jul. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n° 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024.htm>. Acesso em: 01 jul. 2013

BRASIL. Presidência da República. Lei n° 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua organização com a escola média e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5540.htm>. Acesso em: 01 jul. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Lei n° 10.994, de 14 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o depósito legal de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10994.htm>. Acesso em: 15 mai. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Lei n° 12.192, de 20 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o depósito legal de obras musicais na Biblioteca Nacional. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12192.htm>. Acesso em: 10 de jun. 2014.

BRASIL. Senado Federal. Decreto n° 14.343, de 07 de setembro de 1920. Institui a Universidade do Rio de Janeiro. Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=48093>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

BRASIL. Senado Federal. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que, o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14 set. 2013.

BRASIL. Senado Federal. Decreto nº 21.321, de 18 de junho de 1946. Aprova o Estatuto da Universidade de Brasil. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-21321-18-junho-1946-326230-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14 set. 2013.

CALAZANS, Angélica T. S. Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa. *In*: MUELLER, Suzana P. M. (org.). **Métodos para a pesquisa em ciência da informação**. Brasília: Thesaurus, 2007. p. 39-62.

CAMPELLO, Bernadete S.; CALDEIRA, Paulo da T. Controle de teses no Brasil. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**. Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 196-204, set. 1977. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000001897&dd1=48138>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

CAMPELLO, Bernadete S. Teses e Dissertações. *In*: CAMPELLO, Bernadete S.; CEDON, Beatriz V.; KREMER, Janete M. (org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 121-128.

_____. **Introdução ao controle bibliográfico**. 2. ed. Brasília, DF: Brinquet de Lemos, 2006.

CNPq. O CNPq. Brasília, DF : CNPq, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/web/guest/o-cnpq>>. Acesso em: 11 jul. 2013

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Parecer nº 977, de 03 de dezembro de 1965. Definição dos cursos de pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**. n. 30, set./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n30/a14n30.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2013.

CÔRTEZ, Pedro L. Considerações sobre a evolução da ciência e da comunicação científica. *In*: POBLACION, Dinah A.; WITTER, Geraldina P.; SILVA, José F. M. da (org.). **Comunicação e produção científica: contexto, indicadores e avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006. p. 35-55.

CUNHA, Murilo B. da; CALVANCANTI, Cordélia R. de O. **Dicionário de biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Brinquet de Lemos/Livros, 2008.

DEPÓSITO legal. Fundação Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.bn.br/portal/?nu_pagina=22>. Acesso em: 20 jun. 2014.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Desenvolvimento e avaliação de coleções**. Rio de Janeiro: Rabiskus, 1993.

GRINGS, Luciana; PACHECO, Stela. A Biblioteca Nacional e o controle bibliográfico nacional: situação atual e perspectivas futuras. **InCid: Revista de Ciência da Informação e Documentação**. Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 77-88, jul./dez.2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42321>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

GOMES, Sandra L. G; MENDONÇA, Marília A. R.; SOUZA, Clarice M. de. Literatura cinzenta. In: CAMPELLO, Bernadete S.; CEDON, Beatriz V.; KREMER, Janete M. (org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 97-103.

GUÉDON, Jean-Claude. Acesso aberto e divisão entre ciência predominante e ciência periférica. In: FERREIRA, Sueli Mara; TARGINO, Maria das Graças. **Acessibilidade e visibilidade de revistas científicas eletrônicas**. São Paulo: Ed. Senac, 2010. p. 21-77.

IBICT. **Biblioteca Digital de Teses e Dissertações**: a BDTD. Brasília, DF : IBICT, 2009. Disponível em: <<http://bdt.d.ibict.br/pt/a-bdt.d.html>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

INEP. Centro de Informação e Biblioteca em Educação. **Thesaurus Brasileiro da Educação**. Brasília, DF : INEP, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/pesquisa-thesaurus>>. Acesso em: 25 jul. 2013.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

KURAMOTO, Hélio. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 91-102, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a10v35n2.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2012.

LEITE, Fernando César L. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília, DF : IBICT, 2009. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/13776/1/RI_-_Fernando_Leite.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2013.

LELLIS, Vera L.M. Controle da produção editorial brasileira. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**. Brasília, DF, v. 17, n. 2, p. 205-218, jul./dez. 1989. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000001750&dd1=fe5a4>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

LINE, Maurice B. Social science information: the poor relation. **IFLA Journal**. v. 26, n. 3, p. 177-179, 2000. Disponível em: <<http://ifla.queenslibrary.org/VII/d2/inspel/99-3libm.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

MACHADO, Ana Maria N. Controle bibliográfico. In: _____. **Informação e controle bibliográfico**: um olhar sobre a cibernética. São Paulo: Ed. UNESP, 2003. p. 39-85.

MARTINS, Gilberto de A. **Estudo de caso**: uma estratégia de pesquisa. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MEADOWS, A. J. Canais de comunicação científica. In: _____. **A comunicação científica**. Brasília, DF : Brinquet de Lemos, 1999. p. 116-160.

MIRANDA, Antonio. A Ciência da Informação e a teoria do conhecimento objetivo: um relacionamento necessário. In: Aquino, M. A. In: **O campo da Ciência da Informação: gêneses, conexões e especialidades**. João Pessoa: Ed.Universitária/UFPB, 2002.

MIRANDA, Marcos L. C. A organização do conhecimento e seus paradigmas científicos: algumas questões epistemológicas. **INFORMARE: Cad. Prog. Pós-Grad. Ci. Inf.**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 64-77, jul./dez. 1999.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 27-38, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a04v35n2.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2012.

NEVES, Clarissa E. B. A estrutura e o funcionamento do ensino superior no Brasil. In: SOARES, Maria Susana A. (org.). **Educação superior no Brasil**. Brasília, DF : Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.

OLIVE, Arabela C. História da educação superior no Brasil. In: SOARES, Maria Susana A. (org.). **Educação superior no Brasil**. Brasília, DF : Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002. p. 31-42.

POBLACIÓN, Dinah A. Literatura cinzenta ou não convencional: um desafio a ser enfrentado. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 21, n. 3, p. 243-246, set./dez. 1992.

PORTUGAL. Ministério de Educação e Cultura. Decreto-Lei nº 362/86, de 28 de outubro de 1986. Determina a obrigação do depósito legal na Biblioteca Nacional de um exemplar das teses de doutoramento e mestrado, bem como das dissertações destinadas às provas de aptidão científica e pedagógica das carreiras docentes do ensino superior politécnico e do ensino universitário. Disponível em: <<http://www.dre.pt/pdf1s/1986/10/24900/32383239.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

REGISTRY of open access repositories. Disponível em: <<http://roar.eprints.org/>>. Acesso em: 02 abr. 2013.

RETZ, Joan M. **ODLIS**: online dictionary for library and information science. Santa Barbara, CA: ABC-CLIO, 2004-2014. Disponível em: <http://www.abc-clio.com/ODLIS/odlis_A.aspx>. Acesso em: 05 jul. 2014.

RUTLEDGE, John B. European dissertations: production, access and use. **Collection Management**, v. 19, n. 1 /2, p. 43-67, 1994.

SAYÃO, Luis F. *et. al.* **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memórias, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009.

SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 8., Campinas. *Anais...* Campinas, 1994.

SHREINER, Heloisa Benetti. Sistema CALCO/UFRGS: automação da Biblioteca Central da UFRGS. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**. Brasília, v. 8, n. 2, p. 113-117, jul./dez. 1980.

THE RANKING WEB OF WORLD REPOSITORIES. Latin America. Disponível em: <http://repositories.webometrics.info/en/Latin_America>. Acesso em: 18 dez. 2013.

THE RANKING WEB OFWORLD REPOSITORIES. World. Disponível em: <<http://repositories.webometrics.info/en/world?page=1>>. Acesso em: 18 dez. 2013.

VILAN FILHO, Jayme Leiro. Catálogo coletivo de teses: situação atual e perspectivas. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE COMUTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA, Campinas, 1994. **Anais...** Brasília, DF : IBICT, 1995. p. 21-29.

WEITZEL, Simone da R. **Os repositórios de e-prints como nova forma de organização da informação científica**: o caso da área das ciências da comunicação no Brasil. 2006. 376 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-14052009-133509/pt-br.php>>. Acesso em: 01 jul. 2014.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ANEXO A – Área: Letras

PROGRAMA	IES	UF	NOTA		
			M	D	MP
<u>CIÊNCIAS DA LINGUAGEM</u>	UNISUL	SC	4	4	-
<u>CRÍTICA CULTURAL</u>	UNEB	BA	3	-	-
<u>ESTUDO DE LINGUAGENS</u>	UNEB	BA	3	-	-
<u>ESTUDOS DA LINGUAGEM</u>	UFG	GO	3	-	-
<u>ESTUDOS DA LINGUAGEM</u>	UEL	PR	4	4	-
<u>ESTUDOS DA LINGUAGEM</u>	UFRN	RN	4	4	-
<u>ESTUDOS DA TRADUÇÃO</u>	UFSC	SC	4	4	-
<u>ESTUDOS DA TRADUÇÃO</u>	USP	SP	4	4	-
<u>ESTUDOS DE LINGUAGEM</u>	UFMT	MT	3	-	-
<u>ESTUDOS DE LINGUAGENS</u>	CEFET/MG	MG	3	-	-
<u>ESTUDOS DE LINGUAGENS</u>	UFMS	MS	3	-	-
<u>ESTUDOS DE LITERATURA</u>	UFF	RJ	5	5	-
<u>ESTUDOS DE LITERATURA</u>	UFSCAR	SP	3	-	-
<u>ESTUDOS DE TRADUÇÃO</u>	UNB	DF	3	-	-
<u>ESTUDOS JUDAICOS E ARABES</u>	USP	SP	4	4	-
<u>ESTUDOS LINGÜÍSTICOS</u>	UFMG	MG	6	6	-
<u>ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS EM INGLÊS</u>	USP	SP	6	6	-
<u>ESTUDOS LITERÁRIOS</u>	UEFS	BA	3	-	-
<u>ESTUDOS LITERÁRIOS</u>	UFMG	MG	7	7	-
<u>ESTUDOS LITERÁRIOS</u>	UNEMAT	MT	3	4	-
<u>ESTUDOS LITERÁRIOS</u>	UNIR	RO	3	-	-
<u>ESTUDOS LITERÁRIOS</u>	UNESP/ARAR	SP	5	5	-
<u>FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA</u>	USP	SP	5	5	-
<u>INGLÊS:ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS</u>	UFSC	SC	5	5	-
<u>INTERDISCIPLINAR LINGÜÍSTICA APLICADA</u>	UFRJ	RJ	4	4	-
<u>LETRAS</u>	UFAM	AM	3	-	-
<u>LETRAS</u>	UFC	CE	4	4	-
<u>LETRAS</u>	UFES	ES	4	4	-
<u>LETRAS</u>	PUC-GOIÁS	GO	3	-	-
<u>LETRAS</u>	UFV	MG	4	-	-
<u>LETRAS</u>	UFU	MG	4	-	-

PROGRAMA	IES	UF	NOTA		
			M	D	MP
<u>LETRAS</u>	PUC/MG	MG	5	5	-
<u>LETRAS</u>	UNINCOR	MG	3	-	-
<u>LETRAS</u>	CES/JF	MG	3	-	-
<u>LETRAS</u>	UFMS	MS	3	-	-
<u>LETRAS</u>	UEMS	MS	3	-	-
<u>LETRAS</u>	UFGD	MS	3	-	-
<u>LETRAS</u>	UFPB/J.P.	PB	4	4	-
<u>LETRAS</u>	UFPE	PE	5	5	-
<u>LETRAS</u>	FUFPI	PI	3	-	-
<u>LETRAS</u>	UESPI	PI	3	-	-
<u>LETRAS</u>	UFPR	PR	5	5	-
<u>LETRAS</u>	UEL	PR	4	4	-
<u>LETRAS</u>	UEM	PR	4	4	-
<u>LETRAS</u>	UNICENTRO	PR	3	-	-
<u>LETRAS</u>	UERJ	RJ	5	5	-
<u>LETRAS</u>	UFRN	RN	-	-	4
<u>LETRAS</u>	UERN	RN	3	-	-
<u>LETRAS</u>	UNIR	RO	3	-	-
<u>LETRAS</u>	UNIR	RO	-	-	3
<u>LETRAS</u>	UFRR	RR	3	-	-
<u>LETRAS</u>	UFRGS	RS	5	5	-
<u>LETRAS</u>	UFSM	RS	5	5	-
<u>LETRAS</u>	UFPEL	RS	3	-	-
<u>LETRAS</u>	FURG	RS	4	4	-
<u>LETRAS</u>	UCS	RS	-	4	-
<u>LETRAS</u>	UPF	RS	4	-	-
<u>LETRAS</u>	URI	RS	3	-	-
<u>LETRAS</u>	UNISC	RS	3	-	-
<u>LETRAS</u>	UNIRITTER	RS	3	-	-
<u>LETRAS</u>	FUFSE	SE	3	-	-
<u>LETRAS</u>	UNESP/ASS	SP	4	4	-
<u>LETRAS</u>	UNESP/SJRP	SP	5	5	-

PROGRAMA	IES	UF	NOTA		
			M	D	MP
<u>LETRAS</u>	UPM	SP	5	5	-
<u>LETRAS</u>	UNIMAR	SP	3	-	-
<u>LETRAS (CIÊNCIA DA LITERATURA)</u>	UFRJ	RJ	6	6	-
<u>LETRAS (EST. LING., LITERÁRIOS E TRADUTOLÓGICOS EM FRANCÊS)</u>	USP	SP	5	5	-
<u>LETRAS (EST.COMP. DE LITER. DE LÍNGUA PORTUGUESA)</u>	USP	SP	5	5	-
<u>LETRAS (LETRAS CLÁSSICAS)</u>	UFRJ	RJ	4	4	-
<u>LETRAS (LETRAS CLÁSSICAS)</u>	USP	SP	5	5	-
<u>LETRAS (LETRAS VERNÁCULAS)</u>	UFRJ	RJ	5	5	-
<u>LETRAS (LÍNGUA E LITERATURA ALEMÃ)</u>	USP	SP	5	5	-
<u>LETRAS (LÍNGUA ESPANHOLA E LIT. ESPANHOLA E HISPANO-AMERIC.)</u>	USP	SP	5	5	-
<u>LETRAS (LÍNGUA LITERATURA E CULTURA JAPONESA)</u>	USP	SP	4	-	-
<u>LETRAS (LÍNGUA, LITERATURA E CULTURA ITALIANAS)</u>	USP	SP	4	4	-
<u>LETRAS (LITERATURA PORTUGUESA)</u>	USP	SP	4	4	-
<u>LETRAS (TEORIA LITERÁRIA E LITERATURA COMPARADA)</u>	USP	SP	6	6	-
<u>LETRAS -LINGUAGEM E SOCIEDADE</u>	UNIOESTE	PR	4	4	-
<u>LETRAS E ARTES</u>	UEA	AM	-	-	3
<u>LETRAS E LINGÜÍSTICA</u>	UFAL	AL	4	4	-
<u>LETRAS E LINGUÍSTICA</u>	UFG	GO	4	4	-
<u>LETRAS NEOLATINAS</u>	UFRJ	RJ	4	4	-
<u>LETRAS, CULTURA E REGIONALIDADE</u>	UCS	RS	4	-	-
<u>LETRAS- LINGUAGEM E IDENTIDADE</u>	UFAC	AC	3	-	-
<u>LETRAS-ESTUDOS LITERÁRIOS</u>	UNIMONTES	MG	3	-	-
<u>LETRAS: CULTURA, EDUCAÇÃO E LINGUAGENS</u>	UESB	BA	3	-	-
<u>LETRAS: ESTUDOS DA LINGUAGEM</u>	UFOP	MG	3	-	-
<u>LETRAS: ESTUDOS LITERÁRIOS</u>	UFJF	MG	4	4	-
<u>LETRAS: LINGÜÍSTICA E TEORIA LITERÁRIA</u>	UFPA	PA	3	4	-
<u>LETRAS:ENSINO DE LÍNGUA E LITERATURA</u>	UFT	TO	3	4	-
<u>LÍNGUA E CULTURA</u>	UFBA	BA	5	5	-
<u>LÍNGUA PORTUGUESA</u>	PUC/SP	SP	5	5	-

PROGRAMA	IES	UF	NOTA		
			M	D	MP
<u>LINGUAGEM E ENSINO</u>	UFMG	PB	3	-	-
<u>LINGUAGEM, IDENTIDADE E SUBJETIVIDADE</u>	UEPG	PR	3	-	-
<u>LINGUAGENS E REPRESENTAÇÕES</u>	UESC	BA	3	-	-
<u>LINGUAGENS E SABERES NA AMAZÔNIA</u>	UFPA	PA	3	-	-
<u>LINGÜÍSTICA APLICADA</u>	UECE	CE	4	4	-
<u>LITERATURA</u>	UNB	DF	5	5	-
<u>LITERATURA</u>	UFSC	SC	5	5	-
<u>LITERATURA BRASILEIRA</u>	USP	SP	7	7	-
<u>LITERATURA E CRÍTICA LITERÁRIA</u>	PUC/SP	SP	4	-	-
<u>LITERATURA E CULTURA</u>	UFBA	BA	5	5	-
<u>LITERATURA E CULTURA RUSSA</u>	USP	SP	4	4	-
<u>LITERATURA E INTERCULTURALIDADE</u>	UEPB	PB	4	4	-
<u>LITERATURA, CULTURA E CONTEMPORANEIDADE</u>	PUC-RIO	RJ	5	5	-
<u>TEORIA E HISTÓRIA LITERÁRIA</u>	UNICAMP	SP	6	6	-
<u>TEORIA LITERÁRIA</u>	UNIANDRADE	PR	3	-	-
<u>TEORIA LITERARIA E CRITICA DA CULTURA</u>	UFSJ	MG	3	-	-

Fonte: CAPES, 2013.

APÊNDICE A - Lista de e-mails dos Programas e das Bibliotecas

PROGRAMA	IES	UF	E-MAIL DO PROGRAMA	E-MAIL DA BIBLIOTECA
<u>CIÊNCIAS DA LINGUAGEM</u>	UNIVAS	MG	ppgcl@univas.edu.br	biblioteca.fafiep@univas.edu.br
<u>CIÊNCIAS DA LINGUAGEM</u>	UNICAP	PE	proespe@unicap.br	jaise@unicap.br
<u>CIÊNCIAS DA LINGUAGEM</u>	UNIR	RO	propesq@unir.br mestrdomcl@gmail.com	bc-unir@unir.br
<u>ENSINO DE LÍNGUAS</u>	UNIPAMPA	RS	valesca.irala@unipampa.edu.br	biblioteca.bage@unipampa.edu.br
<u>ESTUDOS DA LINGUAGEM</u>	PUC-RIO	RJ	gracap@puc-rio.br	bsecs_ctch@dbd.puc-rio.br
<u>ESTUDOS DE LINGUAGEM</u>	UFF	RJ	pgletras@vm.uff.br	bcg@ndc.uff.br
<u>ESTUDOS LINGÜÍSTICOS</u>	UEFS	BA	rcrqueiroz@uol.com.br	bcuefs@uefs.br
<u>ESTUDOS LINGÜÍSTICOS</u>	UFU	MG	secppgel@ileel.ufu.br coppgel@ileel.ufu.br	dirbi@dirbi.ufu.br
<u>ESTUDOS LINGÜÍSTICOS</u>	UFFS	SC	posg.estudioslinguisticos@uffs.edu.br	biblio.ch@uffs.edu.br
<u>ESTUDOS LINGÜÍSTICOS</u>	UNESP/SJRP	SP	pos@ibilce.unesp.br	leila@ibilce.unesp.br
<u>LETRAS</u>	UCPEL	RS	poslet@atlas.ucpel.tche.br	biblioteca@ucpel.tche.br
<u>LETRAS ESTRANGEIRAS MODERNAS</u>	UEL	PR	denise@uel.br	bibliotecach@uel.br
<u>LINGÜÍSTICA</u>	UESB	BA	ppglinguistica.uesb@gmail.com	bc_uesb@yahoo.com.br
<u>LINGÜÍSTICA</u>	UFC	CE	posling@ufc.br	bchleitor@ufc.br bchacecult@ufc.br
<u>LINGÜÍSTICA</u>	UNB	DF	ppgl@unb.br	direcao@bce.unb.br
<u>LINGÜÍSTICA</u>	UFES	ES	mestrado_linguistica_ufes@yahoo.com.br	biblioteca@bc.ufes.br direcao@bc.ufes.br
<u>LINGÜÍSTICA</u>	UFJF	MG	ppg.linguistica@ufjf.edu.br	atendimento.cdc@ufjf.edu.br
<u>LINGÜÍSTICA</u>	UNEMAT	MT	mestralin@unemat.br	biblioteca.caceres@unemat.br
<u>LINGÜÍSTICA</u>	UFPB/J.P.	PB	prolingufpb@hotmail.com	diretoria@biblioteca.ufpb.br
<u>LINGÜÍSTICA</u>	UF RJ	RJ	poslinguistica@yahoo.com.br	biblioteca@letras.ufRJ.br
<u>LINGÜÍSTICA</u>	UFSC	SC	secpgl@cce.ufsc.br	joao@bu.ufsc.br
<u>LINGÜÍSTICA</u>	UFSCAR	SP	ppgl@ufscar.br	ligia@ufscar.br camilapassos@ufscar.br
<u>LINGÜÍSTICA</u>	USP	SP	pgling@usp.br	bibflch@usp.br
<u>LINGÜÍSTICA</u>	UNICAMP	SP	cpgiel@iel.unicamp.br	biblos@iel.unicamp.br
<u>LINGÜÍSTICA</u>	UNICSUL	SP	guaraciaba.micheletti@cruzeirodosul.edu.br	biblioteca@cruzeirodosul.edu.br
<u>LINGÜÍSTICA</u>	UNIFRAN	SP	sai@unifran.br	biblioteca@unifran.br
<u>LINGÜÍSTICA APLICADA</u>	UNB	DF	coordp gla@gmail.com	direcao@bce.unb.br
<u>LINGÜÍSTICA APLICADA</u>	UNISINOS	RS	ppglinguisticaaplic@unisinos.br	contato_biblio@unisinos.br
<u>LINGÜÍSTICA APLICADA</u>	UNICAMP	SP	cpgiel@iel.unicamp.br	biblos@iel.unicamp.br

<u>LINGÜÍSTICA APLICADA</u>	UNITAU	SP	linguistica.aplicada@unitau.br	sibi.letras@unitau.br
<u>LINGÜÍSTICA APLICADA E ESTUDOS DA LINGUAGEM</u>	PUC/SP	SP	lael@puccsp.br	biblinak@puccsp.br
<u>LINGÜÍSTICA E ENSINO</u>	UFPB/J.P.	PB	aldrigue@gmail.com	diretoria@biblioteca.ufpb.br
<u>LINGÜÍSTICA E LETRAS</u>	PUC/RS	RS	letras-pg@puccrs.br	biblioteca.central@puccrs.br
<u>LINGÜÍSTICA E LÍNGUA PORTUGUESA</u>	UNESP/ARAR	SP	pgling@fclar.unesp.br	bib@fclar.unesp.br
<u>CIÊNCIAS DA LINGUAGEM</u>	UNISUL	SC	ppgcl.sec@unisul.br	bibliote@unisul.br
<u>CRÍTICA CULTURAL</u>	UNEB	BA	sec.poscritica@gmail.com	evalves@uneb.br
<u>ESTUDO DE LINGUAGENS</u>	UNEB	BA	secretariappgel@yahoo.com.br	aclima@uneb.br
<u>ESTUDOS DA LINGUAGEM</u>	UFG	GO	mestrado.letrascac@gmail.com	comunicabibliotecaufg@gmail.com
<u>ESTUDOS DA LINGUAGEM</u>	UEL	PR	ppgel@uel.br	beteca@uel.br
<u>ESTUDOS DA LINGUAGEM</u>	UFRN	RN	pglet@cchla.ufrn.brpglet@cchla.ufrn.br	bsecchla@bczm.ufrn.br
<u>ESTUDOS DA TRADUÇÃO</u>	UFSC	SC	secpget@gmail.com	diretor.bu@contato.ufsc.br
<u>ESTUDOS DA TRADUÇÃO</u>	USP	SP	dlim@usp.br	atendimento@sibi.usp.br
<u>ESTUDOS DE LINGUAGEM</u>	UFMT	MT	secretariameel@hotmail.com	bibliotecacentral@ufmt.br
<u>ESTUDOS DE LINGUAGENS</u>	CEFET/MG	MG	posling@dppg.cefetmg.br	bibliotecabpg@adm.cefetmg.br
<u>ESTUDOS DE LINGUAGENS</u>	UFMS	MS	pglinguagens.cchs@ufms.br	bibliotecacentral.preg@ufms.br
<u>ESTUDOS DE LITERATURA</u>	UFF	RJ	pgletras@vm.uff.br	bcg@ndc.uff.br
<u>ESTUDOS DE LITERATURA</u>	UFSCAR	SP	secpget@gmail.com	ligia@ufscar.br camilapassos@ufscar.br
<u>ESTUDOS DE TRADUÇÃO</u>	UNB	DF	postrad.unb@gmail.com	direcao@bce.unb.br
<u>ESTUDOS JUDAICOS E ARABES</u>	USP	SP	pos@usp.br	atendimento@sibi.usp.br
<u>ESTUDOS LINGÜÍSTICOS</u>	UFMG	MG	poslin@letras.ufmg.br	bib@letras.ufmg.br
<u>ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS EM INGLÊS</u>	USP	SP	dlim@usp.br	atendimento@sibi.usp.br
<u>ESTUDOS LITERÁRIOS</u>	UEFS	BA	posldc@uefs.br	bcuefs@uefs.br
<u>ESTUDOS LITERÁRIOS</u>	UFMG	MG	poslit@letras.ufmg.br	bib@letras.ufmg.br
<u>ESTUDOS LITERÁRIOS</u>	UNEMAT	MT	ppgel@unemat.br	biblioteca.caceres@unemat.br
<u>ESTUDOS LITERÁRIOS</u>	UNIR	RO	mel@unir.br	bc-unir@unir.br
<u>ESTUDOS LITERÁRIOS</u>	UNESP/ARAR	SP	pglet@fclar.unesp.br	bib@fclar.unesp.br
<u>FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA</u>	USP	SP	posdlev@usp.br	atendimento@sibi.usp.br
<u>INGLÊS: ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS</u>	UFSC	SC	ppgi@contato.ufsc.br	diretor.bu@contato.ufsc.br
<u>INTERDISCIPLINAR LINGÜÍSTICA APLICADA</u>	UFRJ	RJ	laplicada.interdisciplinar@gmail.com	biblioteca@letras.ufrj.br
<u>LETRAS</u>	UFAM	AM	g_albuquerque@ufam.edu.br	centralbc@ufam.edu.br
<u>LETRAS</u>	UFC	CE	mestradoemletras@ufc.br	bchleitor@ufc.br bhacecult@ufc.br

<u>LETRAS</u>	UFES	ES	ppglufes@gmail.com	biblioteca@bc.ufes.br direcao@bc.ufes.br
<u>LETRAS</u>	PUC-GOÍAS	GO	mestrado.let@ucg.br	servicoaoileitor@pucgoias.edu.br
<u>LETRAS</u>	UFV	MG	posgradla@ufv.br	bcentral@ufv.br
<u>LETRAS</u>	UFU	MG	copglet@ileel.ufu.br	dirbi@dirbi.ufu.br
<u>LETRAS</u>	PUC/MG	MG	posletras@pucminas.br	bibcoord@pucminas.br
<u>LETRAS</u>	UNINCOR	MG	pesquisa@unincor.edu.br	biblioteca@unincor.edu.br
<u>LETRAS</u>	CES/JF	MG	mestradoletras@pucminas.cesjf.br	biblioteca@pucminas.cesjf.br
<u>LETRAS</u>	UFMS	MS	coordenacao@posgraduacaoletras.com.br	bibliotecacentral.preg@ufms.br
<u>LETRAS</u>	UEMS	MS	pgletras@uems.br	biblio@uems.br
<u>LETRAS</u>	UFGD	MS	mestradoletras@ufgd.edu.br	catalogacao@ufgd.edu.br
<u>LETRAS</u>	UFPB/J.P.	PB	posletras@cchla.ufpb.br	diretoria@biblioteca.ufpb.br
<u>LETRAS</u>	UFPE	PE	pgletras@ufpe.br	bcufpe@ufpe.br
<u>LETRAS</u>	FUFPI	PI	posletras@gmail.com	bccb@ufpi.edu.br
<u>LETRAS</u>	UESPI	PI	meluespi@uespi.br	biblioteca@uespi.br
<u>LETRAS</u>	UFPR	PR	pglet@ufpr.br	biblioeh@ufpr.br
<u>LETRAS</u>	UEL	PR	ppg_letras@uel.br	beteca@uel.br
<u>LETRAS</u>	UEM	PR	sec-ple@uem.br	bce-pte@uem.br
<u>LETRAS</u>	UNICENTRO	PR	marialeciventurini@hotmail.com	fabianoqueiroz@yahoo.com.br
<u>LETRAS</u>	UERJ	RJ	secretaria_pgletras@yahoo.com.br	cehb@uerj.br
<u>LETRAS</u>	UFRN	RN	profletras@reitoria.ufrn.br	bsecchla@bczm.ufrn.br
<u>LETRAS</u>	UERN	RN	letras.pferros@mestrado.uern.br	biblioteca@uern.br
<u>LETRAS</u>	UNIR	RO	mestradoemletras@unir.br	bc-unir@unir.br
<u>LETRAS</u>	UNIR	RO	wansamp@gmail.com	bc-unir@unir.br
<u>LETRAS</u>	UFRR	RR	ppgl@ufr.br	biblioteca.central@ufr.br
<u>LETRAS</u>	UFRGS	RS	ppglet@ufrgs.br	bibbscsh@ufrgs.br
<u>LETRAS</u>	UFSM	RS	ppgletras@ufsm.br	bibliocal@smail.ufsm.br
<u>LETRAS</u>	UFPEL	RS	ppgl.ufpel@gmail.com	bcsufpel@gmail.com
<u>LETRAS</u>	FURG	RS	pgletras@furg.br	biblioteca@riogrande.ifrs.edu.br
<u>LETRAS</u>	UCS	RS	ppglet@ucs.br	bice@ucs.br
<u>LETRAS</u>	UPF	RS	fabianevb@upf.br	biblio@upf.br
<u>LETRAS</u>	URI	RS	mestradoletras@fw.uri.br	permuta@uri.edu.br biblioteca@uri.edu.br
<u>LETRAS</u>	UNISC	RS	mestradoletras@unisc.br	lmotta@unisc.br
<u>LETRAS</u>	UNIRITTER	RS	mestradoletras@uniritter.edu.br	bibpoa@uniritter.edu.br
<u>LETRAS</u>	FUFSE	SE	npgletras.ufs@gmail.com	bicen@ufs.br
<u>LETRAS</u>	UNESP/ASS	SP	posgradu@assis.unesp.br	biblioteca@assis.unesp.br

<u>LETRAS</u>	UNESP/SJRP	SP	pos@ibilce.unesp.br	biblioteca@ibilce.unesp.br
<u>LETRAS</u>	UPM	SP	letras.pos@mackenzie.br	biblioteca@mackenzie.br
<u>LETRAS</u>	UNIMAR	SP	propos@unimar.br	biblio@unimar.br
<u>LETRAS (CIÊNCIA DA LITERATURA)</u>	UFRJ	RJ	ciencialit@letras.ufrj.br	biblioteca@letras.ufrj.br
<u>LETRAS (EST. LING., LITERÁRIOS E TRADUTOLÓGICOS EM FRANCÊS)</u>	USP	SP	ppg.frances@usp.br	atendimento@sibi.usp.br
<u>LETRAS (EST.COMP. DE LITER. DE LÍNGUA PORTUGUESA)</u>	USP	SP	posdlev@usp.br	atendimento@sibi.usp.br
<u>LETRAS (LETRAS CLÁSSICAS)</u>	UFRJ	RJ	tania.ms@terra.com.br	biblioteca@letras.ufrj.br
<u>LETRAS (LETRAS CLÁSSICAS)</u>	USP	SP	posdlev@usp.br	atendimento@sibi.usp.br
<u>LETRAS (LETRAS VERNÁCULAS)</u>	UFRJ	RJ	posvernaculas@gmail.com	biblioteca@letras.ufrj.br
<u>LETRAS (LÍNGUA E LITERATURA ALEMÃ)</u>	USP	SP	ppg.alemao@usp.br	atendimento@sibi.usp.br
<u>LETRAS (LÍNGUA ESPANHOLA E LIT. ESPANHOLA E HISPANO-AMERIC.)</u>	USP	SP	dlim@usp.br	atendimento@sibi.usp.br
<u>LETRAS (LÍNGUA LITERATURA E CULTURA JAPONESA)</u>	USP	SP	dlopos@usp.br	atendimento@sibi.usp.br
<u>LETRAS (LÍNGUA, LITERATURA E CULTURA ITALIANAS)</u>	USP	SP	dlim@usp.br	atendimento@sibi.usp.br
<u>LETRAS (LITERATURA PORTUGUESA)</u>	USP	SP	posdlev@usp.br	atendimento@sibi.usp.br
<u>LETRAS (TEORIA LITERÁRIA E LITERATURA COMPARADA)</u>	USP	SP	ppg.tllc@usp.br	atendimento@sibi.usp.br
<u>LETRAS -LINGUAGEM E SOCIEDADE</u>	UNIOESTE	PR	casavel.mestradoletras@unioeste.br	bibcvel@gmail.com
<u>LETRAS E ARTES</u>	UEA	AM	jucianecavalheiro@gmail.com	bibc@uea.edu.br
<u>LETRAS E LINGÜÍSTICA</u>	UFAL	AL	ppgll@chla.ufal.br	direcao@sibi.ufal.br dtt@sibi.ufal.br
<u>LETRAS E LINGÜÍSTICA</u>	UFG	GO	mestrado@letras.ufg.br	comunicabibliotecaufg@gmail.com
<u>LETRAS NEOLATINAS</u>	UFRJ	RJ	neolatinas@gmail.com	biblioteca@letras.ufrj.br
<u>LETRAS, CULTURA E REGIONALIDADE</u>	UCS	RS	ppglet@ucs.br	bice@ucs.br
<u>LETRAS- LINGUAGEM E IDENTIDADE</u>	UFAC	AC	posletras.ufac@gmail.com	bcentral@ufac.br
<u>LETRAS-ESTUDOS LITERÁRIOS</u>	UNIMONTES	MG	poslitunimontes@yahoo.com.br	biblioteca.central@unimontes.br
<u>LETRAS: CULTURA, EDUCAÇÃO E LINGUAGENS</u>	UESB	BA	ppgcel@gmail.com	bc_uesb@yahoo.com.br
<u>LETRAS: ESTUDOS DA LINGUAGEM</u>	UFOP	MG	posletras@ichs.ufop.br	bibichs@sisbin.ufop.br
<u>LETRAS: ESTUDOS LITERÁRIOS</u>	UFJF	MG	ppg.letras@ufjf.edu.br	cdc@ufjf.edu.br atendimento.cdc@ufjf.edu.br
<u>LETRAS: LINGÜÍSTICA E TEORIA LITERÁRIA</u>	UFPA	PA	mletrasufpa@gmail.com	bcdirecao@ufpa.br bc@ufpa.br

<u>LETRAS:ENSINO DE LÍNGUA E LITERATURA</u>	UFT	TO	pgletras@uft.edu.br	coordbiblio@uft.edu.br
<u>LÍNGUA E CULTURA</u>	UFBA	BA	pgletba@ufba.br	bsfch@ufba.br
<u>LÍNGUA PORTUGUESA</u>	PUC/SP	SP	lgport@pucsp.br	biblinak@pucsp.br
<u>LINGUAGEM E ENSINO</u>	UFMG	PB	posletras@ch.ufcg.edu.br	biblioteca@ufcg.br
<u>LINGUAGEM, IDENTIDADE E SUBJETIVIDADE</u>	UEPG	PR	mestradolinguagem@uepg.br	biblio@uepg.br
<u>LINGUAGENS E REPRESENTAÇÕES</u>	UESC	BA	msletraslr@uesc.br	bibliot@uesc.br
<u>LINGUAGENS E SABERES NA AMAZÔNIA</u>	UFPA	PA	pos.letras.braga@gmail.com	bc@ufpa.br bcdirecao@ufpa.br
<u>LINGÜÍSTICA APLICADA</u>	UECE	CE	posla@uece.br	biblioteca_ch@hotmail.com
<u>LITERATURA</u>	UNB	DF	poslit.unb@gmail.com	direcao@bce.unb.br
<u>LITERATURA</u>	UFSC	SC	literatura@cce.ufsc.br	diretor.bu@contato.ufsc.br
<u>LITERATURA BRASILEIRA</u>	USP	SP	plitbras@usp.br	atendimento@sibi.usp.br
<u>LITERATURA E CRÍTICA LITERÁRIA</u>	PUC/SP	SP	poslel@pucsp.br	biblinak@pucsp.br
<u>LITERATURA E CULTURA</u>	UFBA	BA	pgletba@ufba.br	bsfch@ufba.br
<u>LITERATURA E CULTURA RUSSA</u>	USP	SP	dlopos@edu.usp.br	atendimento@sibi.usp.br
<u>LITERATURA E INTERCULTURALIDADE</u>	UEPB	PB	ppgli@uepb.edu.br	bc@uepb.edu.br
<u>LITERATURA, CULTURA E CONTEMPORANEIDADE</u>	PUC-RIO	RJ	alexandre.montaury@gmail.com	bsecs_ctch@dbd.puc-rio.br
<u>TEORIA E HISTÓRIA LITERÁRIA</u>	UNICAMP	SP	cpgiel@iel.unicamp.br	biblos@iel.unicamp.br
<u>TEORIA LITERÁRIA</u>	UNIANDRADE	PR	josecampos@uniandrade.br	biblioteca@uniandrade.br
<u>TEORIA LITERARIA E CRITICA DA CULTURA</u>	UFSJ	MG	mletras@ufs.edu.br	psantos@ufs.edu.br

APÊNDICE B – Quadro de perguntas para o questionário

QUADRO DE PERGUNTAS PARA O QUESTIONÁRIO – PROGRAMAS			
OBJETIVO	DIMENSÃO	VARIÁVEIS	PERGUNTAS
Identificar e analisar as práticas mais comuns de depósito legal e preservação dos acervos digitais de teses e dissertações sob a ótica dos programas de pós-graduação.	Depósito Legal	Fluxo Operacional	- Descreva brevemente as etapas do fluxo das teses e dissertações desde seu recebimento até a etapa final
		Suporte	- O programa recebe uma cópia impressa da tese e/ou dissertação? - O programa recebe alguma mídia digital da tese e/ou dissertação? - Qual o suporte da tese e/ou dissertação recebidos pelo programa? Papel, CD, DVD, disquete? Ou outros? Especificar.
		Armazenamento	- Existe uma coleção e/ou espaço específico para armazenamento das teses e dissertações? - O que é feito com a mídia? Ela é armazenada juntamente com a cópia impressa ou existe um local específico para seu armazenamento?
		Preservação	- Existe alguma norma que regulamente a entrega obrigatória da tese e/ou dissertação ao programa? - Existe alguma norma que regulamente a entrega obrigatória da mídia digital da tese e/ou dissertação ao programa? - É realizada a preservação desse acervo? Qual acervo, impresso ou digital? Como ela é feita? - Existe alguma política específica para preservação desse acervo? - É realizado descarte de teses e/ou dissertações? Em quais casos? Como ele é feito?
		Acesso	- É permitido empréstimo? - Como é realizado a divulgação da tese e/ou dissertação? Através da BDTD local ou repositório institucional? Ou ambos? Outros? Especificar. - Como é feita a divulgação da tese e/ou dissertação com conteúdo sigiloso? - Quem realiza o depósito da tese e/ou dissertação na BDTD local? A biblioteca ou o programa? No caso de não haver BDTD local como as teses e dissertações são divulgadas? - Quem ou qual é o setor responsável pela divulgação?

QUADRO DE PERGUNTAS PARA O QUESTIONÁRIO – BIBLIOTECAS

OBJETIVO	DIMENSÃO	VARIÁVEIS	PERGUNTAS
Identificar e analisar as práticas mais comuns de depósito legal e preservação dos acervos impresso e digital de teses e dissertações sob a ótica das bibliotecas.	Depósito Legal	Fluxo Operacional	- Descreva brevemente as etapas do fluxo das teses e dissertações desde seu recebimento até a etapa final
		Suporte	- A biblioteca recebe uma cópia impressa da tese e/ou dissertação? Quantos exemplares? - A biblioteca recebe alguma mídia digital da tese e/ou dissertação? - Qual o suporte da tese e/ou dissertação recebidos pela biblioteca? Papel, CD, DVD, disquete? Ou outros? Especificar
		Armazenamento	- Existe uma coleção e/ou espaço específico para armazenamento das teses e dissertações? - O que é feito com a mídia? Ela é armazenada juntamente com a cópia impressa ou existe um local específico para seu armazenamento?
		Preservação	- Existe alguma norma que regulamente a entrega obrigatória da tese e/ou dissertação a biblioteca? Qual norma? - Existe alguma norma que regulamente a entrega obrigatória da mídia digital da tese e/ou dissertação à biblioteca? Qual norma? - É realizada a preservação desse acervo? Qual acervo, impresso ou digital? Como ela é feita? - Existe alguma política específica para preservação desse acervo? - A política de desenvolvimento de coleções da biblioteca contempla esse acervo? - É realizado descarte de teses e/ou dissertações? Em quais situações? Como ele é feito?
		Acesso	- É permitido empréstimo? - Como é realizada a divulgação da tese e/ou dissertação? Através da BDTD local, repositório institucional ou site do programa? Outros? Especificar. - Como é feita a divulgação da tese e/ou dissertação com conteúdo sigiloso? - Quem realiza o depósito da tese e/ou dissertação na BDTD local? A biblioteca, o programa, o aluno ou o orientador? - No caso de não haver BDTD local, como as teses e dissertações são divulgadas? - Quem ou qual é o setor responsável pela divulgação?

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIOS

Questionário sobre a coleção de teses e dissertações nas bibliotecas universitárias brasileiras

Este questionário faz parte de uma pesquisa de mestrado e visa compreender as práticas de depósito legal nos acervo de teses e dissertações nas universidades brasileiras, mais especificamente sob a ótica das bibliotecas universitárias (Não é necessário se identificar com nome ou documento). Todos os dados obtidos nessa pesquisa serão tratados de forma anônima. Grato pela colaboração!

- 1) A biblioteca recebe cópia impressa da tese e/ou dissertação?
- Sim
 - Não. Prossiga para a pergunta 5.
- 2) Quantos exemplares?
- 3) Existe alguma norma institucional que regulamente a entrega obrigatória da tese e/ou dissertação à biblioteca?
- Sim
 - Não. Prossiga para a pergunta 5.
- 4) Qual é a norma?
- 5) A biblioteca recebe alguma mídia digital da tese e/ou dissertação?
- Sim
 - Não. Prossiga para a pergunta 10
- 6) Existe alguma norma institucional que regulamente a entrega obrigatória da mídia digital da tese e/ou dissertação à biblioteca?
- Sim
 - Não
- 7) Qual é a norma?
- 8) Qual o suporte da mídia digital da tese e/ou dissertação recebidos pela biblioteca?
Marque quantos achar necessário.
- Disquete
 - CD-ROM
 - DVD
 - Outro:
- 9) O que é feito com a mídia digital?
- A mídia digital é armazenada juntamente com a cópia impressa
 - Existe um local específico para o armazenamento da mídia digital
 - Outro:

10) Existe uma coleção e/ou espaço específico para armazenamento das teses e/ou dissertações?

- Sim
- Não

11) É realizada alguma manutenção do acervo de teses e dissertações? *

- Sim
- Não. Prossiga para a pergunta 15.

12) Em qual acervo?

- Impresso
- Digital
- Ambos

13) Como é feita a manutenção do(s) acervo(s)?

Descreva como é realizada a manutenção dos acervos. Se é realizada pela equipe de limpeza do local ou se alguma empresa especializada é contratada? De quanto em quanto tempo é realizada o processo? No caso das mídias digitais, é feito backup em outras mídias? De quanto em quanto tempo?

14) Existe alguma política específica para preservação desse acervo?

- Sim
- Não

15) É realizado descarte de teses e/ou dissertações?

- Sim
- Não. Prossiga direto para pergunta 18.

16) Em quais casos?

Marque quantos achar necessário.

- Duplicatas
- Exemplares deteriorados
- Exemplares com anotações ou comentários da banca
- Quando existe exemplar digital
- Descarte de mídia digital após disponibilização do conteúdo online
- Outro:

17) Como o descarte é realizado?

Descreva o processo de descarte. De quanto em quanto tempo é realizada? Como é realizada a seleção para o descarte?

18) É permitido empréstimo?

- Sim
- Não

19) Como é realizada a divulgação da tese e/ou dissertação?

Marque quantos achar necessário.

- BDTD local
- Repositório Institucional
- Site do programa
- Outro:

20) Quem ou qual é o setor responsável pela divulgação?

Diga qual é o setor responsável pela divulgação e aponte o nome do funcionário responsável pelo processo, se houver.

21) Quem realiza o depósito da tese e/ou dissertação na BDTD local, Repositório Institucional ou site do programa?

- O programa
- A biblioteca
- O aluno
- O orientador

22) Como é feita a divulgação da tese e/ou dissertação com conteúdo sigiloso?

Descreva o que é feito com a tese e/ou dissertação. A tese e/ou dissertação é divulgada parcialmente ou fica armazenada por determinado período de tempo para depois ser divulgada em sua totalidade?

23) Descreva brevemente as etapas do fluxo das teses e dissertações desde seu recebimento até a etapa final.

Descrever o que acontece com a tese e/ou dissertação desde que é entregue pelo aluno ao programa até a divulgação

Questionário teses e dissertações nas bibliotecas universitárias brasileiras

Este questionário faz parte de uma pesquisa de mestrado e visa compreender as práticas de depósito legal nos acervo de teses e dissertações nas universidades brasileiras, mais especificamente sob a ótica dos programas de pós-graduação (Não é necessário se identificar com nome ou documento). Todos os dados obtidos nessa pesquisa serão tratados de forma anônima. Grato pela colaboração!

- 1) O programa recebe cópia impressa da tese e/ou dissertação?
 - Sim
 - Não

- 2) Existe alguma norma institucional que regulamente a entrega obrigatória da tese e/ou dissertação ao programa?
 - Sim
 - Não

- 3) O programa recebe alguma mídia digital da tese e/ou dissertação?
 - Sim
 - Não

- 4) Existe alguma norma institucional que regulamente a entrega obrigatória da mídia digital da tese e/ou dissertação ao programa?
 - Sim
 - Não

- 5) Qual o suporte da tese e/ou dissertação recebidos pelo programa?
Marque quantos achar necessário.
 - Papel
 - Disquete
 - CD-ROM
 - DVD
 - Outro:

- 6) Existe uma coleção e/ou espaço específico para armazenamento das teses e/ou dissertações?
 - Sim
 - Não

- 7) O que é feito com a mídia digital?
 - A mídia digital é armazenada juntamente com a cópia impressa
 - Existe um local específico para o armazenamento da mídia digital
 - Outro:

- 8) É realizada alguma manutenção do acervo de teses e dissertações?

- Sim
- Não. Prossiga para pergunta 12

9) Em qual acervo?

- Impresso
- Digital
- Ambos

10) Como é feita a manutenção do(s) acervo(s)?

Descreva como é realizada a manutenção dos acervos. Se é realizada pela equipe de limpeza do local ou se alguma empresa especializada é contratada? De quanto em quanto tempo é realizada o processo? No caso das mídias digitais, é feito backup em outras mídias? De quanto em quanto tempo?

11) Existe alguma política específica para preservação desse acervo?

- Sim
- Não

12) É realizado descarte de teses e/ou dissertações?

- Sim
- Não. Prossiga direto para pergunta 15.

13) Em quais casos?

Marque quantos achar necessário.

- Duplicatas
- Exemplares deteriorados
- Exemplares com anotações ou comentários da banca
- Descarte de mídia digital após disponibilização do conteúdo online
- Outro:

14) Como o descarte é realizado?

Descreva o processo de descarte. De quanto em quanto tempo é realizada? Como é realizada a seleção para o descarte?

15) É permitido empréstimo?

- Sim
- Não

16) Como é realizada a divulgação da tese e/ou dissertação?

Marque quantos achar necessário.

- BDTD local
- Repositório Institucional
- Site do programa
- Outro:

17) Quem ou qual é o setor responsável pela divulgação?

Diga qual é o setor responsável pela divulgação e aponte o nome do funcionário responsável pelo processo, se houver.

18) Quem realiza o depósito da tese e/ou dissertação na BDTD local ou Repositório Institucional?

- O programa
- A biblioteca
- O aluno
- O orientador

19) Como é feita a divulgação da tese e/ou dissertação com conteúdo sigiloso?

Descreva o que é feito com a tese e/ou dissertação. A tese e/ou dissertação é divulgada parcialmente ou fica armazenada por determinado período de tempo para depois ser divulgada em sua totalidade?

20) Descreva brevemente as etapas do fluxo das teses e dissertações desde seu recebimento até a etapa final.

Descrever o que acontece com a tese e/ou dissertação desde que é entregue pelo aluno ao programa até a divulgação.